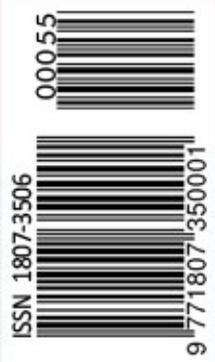


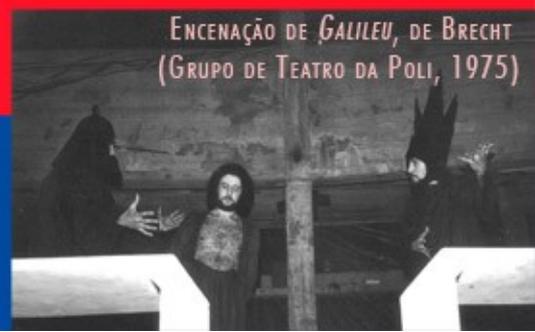
# Revista AduSP

Associação dos Docentes da USP  
Seção Sindical da Andes-SN - Outubro de 2013 - Nº55

Megaeventos,  
megaespeculação,  
megarremoeções



**TEATRO NA USP  
EM TEMPOS DE DITADURA**



ENCENAÇÃO DE GALILEU, DE BRECHT  
(GRUPO DE TEATRO DA POLI, 1975)

6

ENTREVISTA: Sônia Fleury

**"A sociedade está se apropriando do poder.  
Temos que revitalizar a democracia"**

#### ESPECIAL

18

**De copa em copa**

Daniel Cassol

30

**Rio de Janeiro "para inglês ver", maquiagem urbana e especulação**

Luiza Sansão

42

**Em Manaus, contrastes da Zona Franca são aguçados pela Copa**

Paulo Roberto Ferreira

#### DITADURA

50

**Na USP, teatro foi palco de resistência à Ditadura Militar**

Eduardo Campos Lima

61

**Revolução e paixão na vida admirável de Iara Iavelberg**

Gabriela Moncau

70

**"Ditadura fardada", na visão insuspeita da esquerda militar**

João Ricardo Penteado

#### SÃO PAULO

75

**Univesp é quem comanda o primeiro curso da USP de graduação à distância**

Eliane Parmezani

#### MIRADA AO REDOR

82

**Nossa América e a obra do herói cubano José Martí**

Hugo Fanton

#### MEMÓRIA

88

**Governo Alckmin pressionou Cetesb para licenciar USP Leste, revela SEF**

92

**Comissão da Verdade estadual examina casos Forrastal e Benetazzo**

93

**Justiça Federal condena ex-diretores da Funbeo a sete e dez anos de prisão**

94

**Justiça rejeita pedidos de Cerri e Uip contra a Revista Adusp**

**DIRETORIA**

Ciro Teixeira Correia, César Augusto Minto, Osvaldo Coggiola,  
Francisco Miraglia, Antonio Carlos Cassola, Lighia Horodyski Matsushigue,  
Adriana Pedrosa Biscaia Tufaile, Demóstenes Ferreira da Silva Filho,  
Andrés Vercik, Caio Gracco Pinheiro Dias, César Antunes de Freitas

**Comissão Editorial**

Jessé D'Assunção Rebello de Souza Júnior, José Marcelino de Rezende Pinto,  
José Maria Pacheco, Luiz Menna-Barreto, Marcos Barbosa de Oliveira,  
Osvaldo Coggiola, Pedro Paulo Chieffi, Primavera Borelli, Sumaya Mattar

**Editor:** Pedro Estevam da Rocha Pomar

**Assistente de redação:** Mariana Queen Nwabasili

**Ilustrações desta edição:** Ohi. **Fotografia da capa:** Acervo do GTP

**Editor de Arte:** Luís Ricardo Câmara

**Assistente de produção:** Rogério Yamamoto

**Secretaria:** Alexandra Moretti e Aparecida de Fátima dos R. Paiva

**Distribuição:** Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Tiragem: 5.500 exemplares

Gráfica: Eskenazi

Adusp - S. Sind.

Sede provisória:

Rua Dr. Ernâni da Gama Correia, 498

CEP 05539-040 - Butantã - São Paulo - SP

Internet: <http://www.adusp.org.br> • E-mail: [imprensa@adusp.org.br](mailto:imprensa@adusp.org.br)

Telefone: (011) 3724-8900

A Revista **Adusp** é uma publicação quadrimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da Diretoria da entidade.

Contribuições inéditas poderão ser aceitas, após avaliação pela Comissão Editorial.

# HIGIENISMO RENTÁVEL

Relatora da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Moradia, a professora Raquel Rolnik, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, já havia advertido para a lógica implacável da etapa precursora dos megaeventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, excludente por excelência (“Coisas nada civilizadas ocorrem quando um país prepara um megaevento”, *Revista Adusp* 52, <http://goo.gl/E7KvrN>). Por curiosidade e dever de ofício, fomos conferir o vaticínio da professora em três das capitais brasileiras que sediarão partidas da Copa de 2014: Porto Alegre, Rio de Janeiro e Manaus. O resultado foi tristemente surpreendente.

Embora as três grandes cidades sejam muito diferentes entre si, constatamos um padrão de atuação do poder público municipal muito semelhante, no tocante ao planejamento das obras relacionadas aos eventos, às decisões que envolvem a remoção de populações, ao tratamento dispensado aos moradores, ao valor das indenizações (às vezes, como no Rio de Janeiro, inferiores a R\$ 15 mil!) etc.

Os repórteres também verificaram que o acesso ao “Minha Casa, Minha Vida” — programa que é, em princípio, uma interessante iniciativa do governo federal de combate ao déficit habitacional — vem sendo utilizado pelas prefeituras como moeda de troca, de modo que se tornou um instrumento “facilitador de remoções”, como definiu uma defensora pública que atua em favor das populações das regiões periféricas ameaçadas de expulsão. Vale a pena conferir, a partir da p. 16, o trabalho dos repórteres Daniel Cassol, Luiza Sansão e Paulo Roberto Ferreira.

## **Teatro de resistência à Ditadura Militar**

Nos anos 1960 e 1970, em pleno regime dos generais, estudantes da USP juntaram-se a artistas e intelectuais em torno de experiências como o TUSP, o Teatro Novo, o “Teatro-Jornal” e os grupos que atuavam em unidades específicas: Escola Politécnica, Escola de Engenharia de São Carlos, Faculdade de Direito. Surgiu também o Grupo Teatro da Cidade (GTC), ligado a Heleny Guariba e a alunos da Escola de Artes Dramáticas (EAD) que tinham em comum o fato de morar em Santo André. O repórter Eduardo Campos Lima traça um belo retrato dessa aventura coletiva.

## **Revitalizar a democracia!**

Convidada a comentar as grandes manifestações de junho e julho de 2013, a cientista política e professora Sônia Fleury não hesita em considerá-las um avanço do ponto de vista da democracia, pois colocaram em evidência pautas políticas que até então circulavam, segundo ela, em âmbitos mais restritos. Sônia, que foi uma das formuladoras do Sistema Único de Saúde (SUS), adverte, na entrevista concedida à jornalista Daniela Alarcon, à p.6: “A gente tem de rever o modelo de participação, porque a institucionalidade democrática [atual] não dá conta das prioridades da população. Temos que revitalizar a democracia”.

## **Iara Iavelberg, um perfil**

Quem foi Iara Iavelberg, a guerrilheira que se tornou um mito? Como se deu sua passagem, como aluna e depois professora, pelo Instituto de Psicologia da USP? A repórter Gabriela Moncau buscou as respostas nos depoimentos de parentes, como o irmão (e companheiro de militância) Samuel Iavelberg, e das amigas Tuta Magaldi e Maria Lúcia Carvalho. Apoiou-se também no livro pioneiro de Judith Patarra sobre Iara e em outras fontes. Não deixe de ler “Revolução e paixão na vida admirável de Iara Iavelberg”, à p. 61.

## **Queda de Cerri e Prêmio Herzog**

Alguns meses após a publicação da *Revista Adusp* 54, que revelou conflito de interesses na pasta estadual da Saúde, o professor Guido Cerri foi demitido e substituído por David Uip. Ambos pretenderam interpelar judicialmente nossa equipe, sem êxito (vide p. 94). Outra boa notícia é que o caderno “Subsídios para uma Comissão da Verdade na USP”, publicado na edição 53, recebeu menção honrosa do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

**ENTREVISTA**  
SÔNIA FLEURY

**“A SOCIEDADE ESTÁ SE  
APROPRIANDO DO PODER.  
TEMOS QUE REVITALIZAR A  
DEMOCRACIA”**

Luana Laux



*Pesquisadora e militante, a professora Sônia Fleury afirma ter uma visão “muito positiva” das mobilizações iniciadas em junho deste ano, desencadeadas pelo aumento das tarifas do transporte público. Para ela, as manifestações, inicialmente lideradas pelo Movimento Passe Livre (MPL), fizeram com que uma série de pautas políticas que não transcendiam a esquerda finalmente atingissem um público mais amplo. “Eu, por exemplo, militei a vida inteira na defesa do SUS [Sistema Único de Saúde] e essa agenda estava completamente abandonada pela sociedade, cada um procurando seu plano de saúde — e agora ela voltou com vigor!”*

*Para Sônia, a raiz das mobilizações está no modelo de democracia participativa vigente no Brasil, “mobilizador e centralizador ao mesmo tempo”. Isto é, ainda que haja numerosos espaços de participação e controle social, as decisões ocorrem em outros âmbitos, envolvendo apenas governantes e empresários, e se voltam, sobretudo, à privatização da coisa pública. Ainda segundo ela, alguns problemas trazidos à tona pelas manifestações, como a violência institucional, já eram evidentes para pesquisadores que vêm acompanhando os processos de “pacificação” de favelas. “Agora as pessoas estão se dando conta, com a questão do Amarildo [de Souza, trabalhador carioca presumivelmente assassinado por policiais militares], mas a violência policial é cotidiana e a questão social foi transformada em uma questão policial.”*

*Sônia é professora titular da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV), onde coordena o Programa de Estudos sobre a Esfera Pública. Teoria da democracia, democracia deliberativa, teoria da cidadania e construção de sujeitos políticos, gestão descentralizada e reforma do Estado, redes de políticas e inovação social são alguns de seus interesses de pesquisa.*

*Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Sônia desenvolveu mestrado em Sociologia e doutorado em Ciência Política, ambos no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ). Em 1995, aposentou-se como professora titular da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), onde fundou o Núcleo de Estudos Político-Sociais em Saúde (Nupes). Atuando em instituições como o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Sônia teve participação destacada na luta pela democratização, sobretudo na formulação do projeto da Reforma Sanitária Brasileira, que resultou na criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Contribuiu para a elaboração do capítulo sobre a Seguridade Social da Constituição Federal de 1988, como consultora da Assembleia Nacional Constituinte. Já no governo Lula, foi nomeada para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e também foi membro da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS).*

*“Há uma consciência muito grande das pessoas, de que são cidadãos, de que têm direitos, e isso é fruto da democracia”, acredita Sônia, para quem as manifestações foram positivas e acumularam em direção a avanços democráticos.*

*A entrevista foi concedida a **Daniela Alarcon**.*

**Revista Adusp.** No final de junho, avaliando a mobilização detonada pelo aumento das tarifas do transporte público, o filósofo Paulo Arantes comentou: “Pelo tênue fio da tarifa é todo o sistema que desaba, do valor da força de trabalho a caminho de seu local de exploração à violência da cidade segregada rumo ao colapso ecológico. Simples assim, por isso, fatal, se alcançar seu destinatário na hora social certa, como parece estar ocorrendo agora”. A senhora concorda com essa reflexão?

**SÔNIA FLEURY.** Eu penso que a questão urbana foi completamente abandonada, até mesmo por nós, da esquerda, que estávamos muito setorializados. As grandes lutas continuam, mas a população vive isso [as pautas específicas] como uma questão urbana. Talvez tenhamos descurado muito de que, da Constituição de 1988 para cá, muitas coisas não funcionaram, especialmente a qualidade de vida urbana, que foi se deteriorando enormemente. E o transporte tem se transformado num problema crucial. Para além da moradia, do saneamento, que são questões que a população sofre também, o cotidiano de tentar se transportar na cidade é um cotidiano violento, que tem esse caráter de englobar toda a sociedade. Claro que a situação das pessoas que gastam três horas [em seus deslocamentos diários] não é a mesma do pessoal que se movimenta na zona sul da cidade [do Rio de Janeiro]. Mas o transporte tem se transformado

em uma ameaça ao meio ambiente, em um transtorno para a vida de todo mundo. Foi uma questão que conseguiu juntar diferentes demandas num dado momento e foi um estopim. Mas, de qualquer jeito, há muitas outras questões vinculadas. De alguma forma, trabalhar nas favelas, nos processos de pacificação, nos permitia ver que o estopim estava para ser acionado a qualquer momento. O que está em questão é a violência institucional, é o Estado como uma mão violenta constantemente contra a população mais pobre — e isso a gente via com muita nitidez. Agora as pessoas estão se dando conta, com a questão do Amarildo, mas a violência policial é cotidiana e a questão social foi transformada em uma questão policial. Acho que essa transmutação do social em problema coercitivo, de violência e de segurança, é um problema da política pública e do Estado que precisa ser revertido.

**Revista Adusp.** A violência policial nas manifestações tem sido amplamente documentada. Ocorreram numerosas prisões arbitrárias, um fotógrafo e uma manifestante perderam a visão, pessoas morreram vítimas de armas ditas “menos letais” e, no Complexo da Maré, dez pessoas foram assassinadas pelo BOPE em poucas horas. Depois, ocorreu o caso Amarildo, com significativa repercussão, indicando eventualmente que setores mais amplos da população vêm alterando sua percepção acerca da violência policial. Ou se trataria apenas de um “espasmo” de indignação?



Protesto contra aumento das tarifas de ônibus leva milhares

*“Você tem um primado dos órgãos coercitivos, articulando todo o social. Nas favelas o direito está entre aspas, você tem regimes de exceção em termos de direitos de se reunir, de manifestações culturais. Esse poder discricionário que foi dado à Polícia na favela se mostrou sem nenhum pudor nas manifestações”*

**SÔNIA.** Essa questão, que é um resquício do Estado ditatorial, estava cada vez mais se transformando no eixo das políticas públicas. Em fevereiro, eu escrevi um artigo chamado “Do welfare ao warfare state”, publicado no *Le Monde Diplomatique*,



Ramiro Furgum/Sul21

às ruas de Porto Alegre

que já mostrava isso: que havia uma transmutação do social. Primeiro, no final dos anos 1980, nós entendíamos social como primado dos direitos; depois, nos anos 1990, passou a ser o combate à pobreza; e, agora, virou uma questão de segurança. E isso não é pouca coisa: aqui no Rio de Janeiro, por exemplo, o secretário de assistência social é um delegado, a saúde está ligada aos bombeiros. Você tem um primado não mais do direito, mas dos órgãos coercitivos, articulando todo o social. Isso depois dessa fase anterior, de transformar direitos em necessidades, em combater pobreza, e transformar a inserção [social] em uma inserção através do consumo, do mercado, e não através de uma comunidade de cidadãos. Isso não poderia dar certo, porque o mercado não unifica, não coesiona a sociedade.

Essa ideia de que nós vamos inserir todo mundo dentro do Bolsa Família, e vamos inserir todo mundo consumindo, pode construir mercado, mas não constrói sociedade. A gente que está pesquisando já estava vendo esse problema. Via com mui-



Luana Laux

to mais dramaticidade nas favelas, onde o direito estava entre aspas, onde você tem regimes de exceção em termos de direitos de se reunir, de manifestações culturais. Esse poder discricionário que foi dado à Polícia na favela se mostrou sem nenhum pudor nas manifestações, e as pessoas descobriram: “Olha, isso é um problema”. Quando antes você levantava essas questões de desaparecimento de pessoas, da violência da polícia, todo mundo perguntava: “E o que você quer, então, que volte o domínio do tráfico?”. Como se só existisse o domínio da coerção, de um lado ou de outro, e não fosse possível existir uma sociedade civilizada fora da barbárie, onde nós nos coesionássemos de acordo com certos valores do direito e da cidadania.

**Revista Adusp.** De certo modo, o caso Amarildo desencadeou uma discussão — pelo menos em alguns setores da sociedade — sobre a existência de “muitos Amarildos”.

**SÔNIA.** São eventos que dramatizam certa situação social, que a gente chama de catalisadores. Veja

só: morreram dez pessoas na Maré e não ganharam a mesma repercussão. De repente, por alguma peculiaridade, a questão do Amarildo se transforma numa questão que catalisa a sociedade. Tanto que os meninos que estão nas ocupações, nas assembleias, quando perguntam o nome deles, eles dizem: “Meu sobrenome é Amarildo”. São situações que conseguem canalizar um conjunto de demandas, emoções, de uma forma dramática, e têm esse impacto importante. Embora a situação da Rocinha fosse bastante conhecida — quem está na área sabia disso, que é um tipo de comando policial completamente violento e bárbaro, e que essas coisas iriam acontecer.

**Revista Adusp.** Nesse quadro, o debate em torno das armas supostamente “menos letais” e da desmilitarização da polícia se intensificou. A senhora enxerga perspectivas para o avanço dessas pautas? A correlação de forças é favorável?

**SÔNIA.** Veja só: houve já coisa que não acontecia, houve discussões sobre isso, até na grande mídia. A tentativa de criar um sistema unificado de polícias, quando Tarso [Genro] foi ministro da Justiça, não funcionou. E não funcionou porque eles pegaram o modelo do SUS e usaram só metade dele. Na verdade, o SUS pensava em unificar e descentralizar, mas, ao mesmo tempo, em ter a participação da sociedade, para fazer o controle daquele processo, senão o bonde não anda. No SUS, em muitos momentos houve tentativa de retroagir e a sociedade empurrou. Eu acho que no modelo do SUSP, o Sistema Unificado de Segurança Pública, que foi tentado nesse momento, faltou

esse pé. Talvez a população estivesse muito distante da questão da segurança, e agora descobriu que ela diz respeito a todo mundo. Mas não sei se há uma correlação de forças suficiente para fazer mudanças estruturantes. Mudanças perfunctórias ou até mudanças reformistas interessantes vão acontecer, já estão acontecendo. Agora, mudança estrutural, acabar com uma Polícia que age como se o outro fosse seu inimigo, cujo modelo de pensar é de combate... Se a moçada do *funk* não admite que não tenha baile, são considerados inimigos. Eles não são inimigos: eles são uma resistência. Não sei se nós conseguiríamos fazer alguma coisa que mude o eixo. Que vai mudar, vai, mas não sei até onde.

*“Criamos um modelo de democracia, em 1988, com um formato deliberativo e participativo de controle da sociedade sobre o Estado.*

*Ao mesmo tempo, o poder de decisão estava muito longe desses espaços participativos.*

*A questão dos megaeventos mostrava claramente que o processo decisório, de definir prioridades, aonde vão os recursos, estava se passando entre governo e empresários”*

Fotos: Daniel Garcia



*“Nacionalistas” e outros manifestantes hostilizam partidos e grupos de esquerda em SP*

**Revista Adusp.** Gostaria de ouvir sua análise sobre os megaeventos. Setores da esquerda, como aqueles reunidos nos comitês da Copa e das Olimpíadas, já vinham discutindo as remoções, os ataques ao patrimônio e as decisões arbitrárias. Mas, no contexto das mobilizações, o debate se expandiu. No Rio de Janeiro houve inclusive protestos na Copa das Confederações, em contraste com a receptividade popular quando do anúncio de que esses e outros megaeventos ocorreriam no Brasil.

**SÔNIA.** O que eu tenho falado sempre nos meus artigos é que houve uma espetacularização, do ponto de vista do governo, do “Brasil que deu certo”. Normalmente, é assim: na África do Sul, [a realização da Copa do Mundo] foi uma forma de mostrar o país que saiu do *Apartheid*; no Brasil, de mostrar um país que saiu da maior desigualdade, que está dando certo, que está sendo capaz de criar uma classe média. E aqui, a questão de ser futebol tem um impacto: você mexe com aquilo que toca a brasilidade das pessoas. Mas, de repente,

era uma coisa externa a elas, eram a FIFA [Federação Internacional de Futebol] e o governo decidindo, e mais ninguém sabia se ia poder frequentar [os estádios], quem vai ficar sendo dono da bola. Essas questões foram importantes, fizeram a coisa eclodir. Mas tem que entender que — como você lembrou, ao falar nos comitês — há toda uma sociedade trabalhando como formiguinha nesse sentido, discutindo essas questões, mas que não conseguia transcender, chegar ao grande público. Chegou através das manifestações.

O que está por trás de tudo isso, na minha análise, é o seguinte. Criamos um modelo de democracia, em 1988, com todo um formato deliberativo e participativo de controle da sociedade sobre o Estado. E continuamos ativando isso o tempo inteiro — foram realizadas muito mais conferências do que sempre no governo Lula, nos últimos anos. Ao mesmo tempo, o poder de decisão estava muito longe desses espaços participativos, cada vez mais longe. A questão dos megaeventos mostrava muito

Luana Laux



claramente que o processo decisório, de definir quais são as prioridades, para onde vão os recursos, estava se passando entre governo e empresários. Esse *gap*, essa contradição tinha que, num dado momento, estourar, emergir. Porque, se fosse só um modelo de decisão fechado, empresarial (a cidade mercadoria, que nós vamos vender), e de repressão total, esses modelos combinam. Agora, é um modelo de ativação por um lado e, por outro, de centralização e concentração do poder. Com interesses muito claros de privatização da coisa pública, com interesses de mercado, que têm muito a ver com as campanhas eleitorais, com a ausência de reforma política, de financiamento público [das campanhas eleitorais]. É um somatório de coisas e de uma sociedade que não estava desativada. Isso de que “o gigante acordou” não é verdade, porque as pessoas estavam ativas. Estavam participando, mas infelizes e insatisfeitas, porque o poder, como dizia Foucault, circula, e ali onde eram os espaços participativos o poder não estava. Mas

esses espaços servem para as pessoas se construírem como sujeitos, construírem vínculos e pensarem juntas. Esse modelo não era desmobilizador como o da Ditadura: ele era mobilizador e centralizador ao mesmo tempo. Isso tinha que dar errado em algum momento.

**Revista Adusp.** Considerando que o Brasil vive, nas últimas décadas, uma polarização eleitoral entre PT e PSDB e que, no contexto das mobilizações, ambos os partidos sofreram desgastes, seria possível prever alterações no cenário das próximas eleições?

**SÔNIA.** A primeira coisa importante é que essa crítica contundente que a sociedade fez foi para todo mundo, pelo exercício do poder. E os partidos vão ter que ouvir isso, vão ter que repensar qual a relação que vão ter com as bases, se é que querem ter relações com base. Então, acho que esse recado foi importante e isso tende a alterar as dinâmicas partidárias que estavam cada dia mais isoladas de um trabalho de base, dos movimentos sociais. Houve tentativa dos movimentos de preservar lideranças

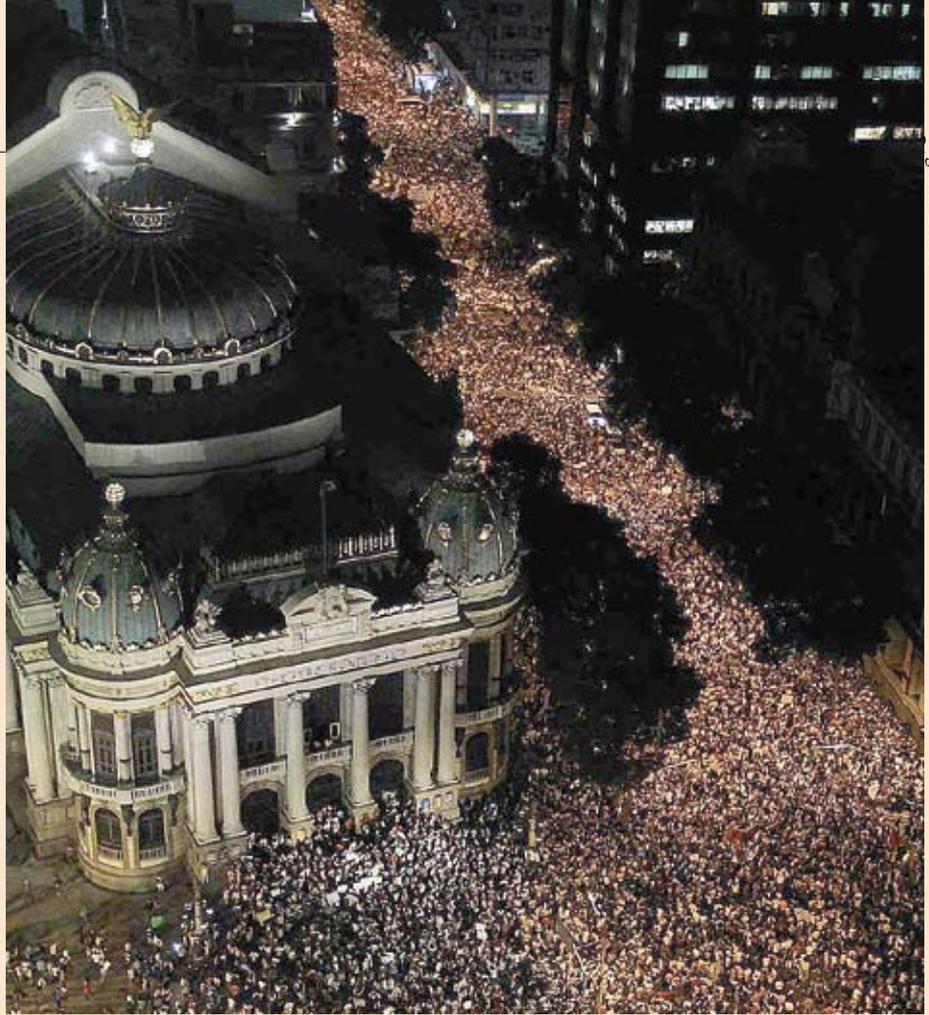
que eram oriundas dos movimentos, mas estava difícil preservar, porque houve um distanciamento absoluto e acho que isso vai ter consequências. Não dá para prever coisas assim, mas o aparecimento de lideranças extemporâneas, como [Fernando] Collor ou ministro do Supremo [Tribunal Federal] e tudo mais são as piores soluções possíveis, porque elas não buscam resolver os problemas, buscam um salvador da pátria, que fosse nos redimir sem mudar o sistema. Não é isso que está faltando: precisamos de uma reestruturação de todo o sistema político. Então, o que eu espero, mais que o reflexo eleitoral, é o reflexo na possível transformação do sistema político; a institucionalidade democrática é que precisa ser restaurada. É isso que deveria mudar para as eleições.

*“O fato de estarmos caminhando quase para o pleno emprego é um efeito do lulismo, que mobilizou a população e gerou demandas. FHC foi desmobilizador. Lula tem as desvantagens de ter atrelado os grandes atores tradicionais à sua própria agenda de governabilidade, mas fez emergir outros atores e não os reprimiu, deixou que se mobilizassem”*

**Revista Adusp.** Aparentemente, sindicatos e outros movimentos sociais que tradicionalmente protagonizavam manifestações não tiveram papel tão destacado nas manifestações de junho. Isso indicaria que esses atores estão perdendo a importância política?

**SÔNIA.** Alguns deles ficaram extremamente atrelados ao governo e, com isso, se distanciaram das demandas mais contundentes da sociedade. Na verdade, essas demandas — por exemplo, por transporte melhor — são demandas de toda a população, mas particularmente dos setores informais, das pessoas que não estão nos sindicatos. Não são as demandas corporativas dos sindicatos, que têm melhores condições de habitação, de transporte. Mas, além disso, eles não tiveram a capacidade de encampar demandas para além das demandas corporativas. Defendem o SUS e tudo mais, mas têm seus próprios planos de saúde. Eles não conseguiram ampliar a agenda para abarcar os trabalhadores informais. E a estrutura do governo também não foi capaz de mudar isso. Temos um Ministério do Trabalho que, mesmo nestes últimos governos, não foi capaz de ter o trabalhador informal como parte — ele é o ministério do trabalho formal, de Getúlio Vargas até hoje. Então, não houve uma modernização, nem no governo, nem nos atores tradicionais, para além das suas agendas muito pequenas.

**Revista Adusp.** O professor Vladimir Safatle caracterizou os protestos dos trabalhadores da usina de Jirau como um “ensaio geral para as manifestações de junho”, conectando-as também à multiplicação das greves observada nos últimos anos.



Agência Estado

*Manifestação no Rio de Janeiro contra reajuste da passagem de ônibus e gastos com a Copa*

Todos esses processos seriam decorrentes, segundo ele, da “consciência de que o processo de ascensão social produzido pelo lulismo esgotou”. O professor Giuseppe Cocco avaliou as manifestações como “melhor produto do lulismo” e ao mesmo tempo “o movimento que decretou o fim do lulismo”. Na sua avaliação, essas conexões procedem?

**SÔNIA.** Esse tipo de manifestação grevista, que vinha ocorrendo em setores como a construção civil — que não são os setores mais organizados, ao contrário — mostrava uma realidade do país: que havia crescimento. As pessoas fazem greve quando a situação está ruim, mas não quando está péssima, porque as pessoas perdem o emprego e aí ficam com medo. Então, o fato de nós estarmos caminhando quase para o

pleno emprego é claro que é um efeito do lulismo, do tipo de desenvolvimento que mobilizou essa população — seja através das transferências [de renda], seja através de empregos — e que gerou expectativas e demandas de que o modelo não estava dando conta. Porque é um modelo que tem um compromisso com os banqueiros, com a estabilização da moeda, tem milhões de compromissos que fazem com que a redistribuição não seja de acordo com as expectativas desses novos atores. É claro que isso tem a ver com o contexto de mobilização que esse governo promoveu, porque o governo do Fernando Henrique [Cardoso] foi um governo desmobilizador, que tratava greves, como a da Petrobras, como caso de polícia. O governo Lula tem as desvantagens de ter atrelado os grandes atores

Luana Laux



tradicionais à sua própria agenda de governabilidade, mas fez emergir outros atores e não os reprimiu, deixou que se mobilizassem. Então tem a ver com o lulismo, sim. Mas não sei se esgota o modelo, porque o próprio lulismo não existe sem o Lula.

Ninguém sabe como seriam essas manifestações, esse processo, com o Lula como governante. Agora, há setores muito perdedores nesse modelo, que não foram os da construção civil: são os indígenas, os movimentos ecológicos. Tem-se privilegiado um tipo de modelo de desenvolvimento no qual atores como o agronegócio passaram a ter um poder desmesurado — quem poderia imaginar a presença tão forte da Kátia Abreu no cenário político nacional? Um modelo que parecia ser hegemônico, que poderia beneficiar toda a sociedade, mostrou que não é verdadeiro, que se você beneficia a indústria automobilística para vender carro, você prejudica o transporte público. Nesse sentido, sim, é um limite ao modelo lulista de desenvolvimento. Mas não sei quanto ao lulismo.

*“A Globo fez uma cobertura de 7 horas seguidas, dizendo que as manifestações eram pacíficas e mostrando só imagens violentíssimas. No dia seguinte, jogou no caos, jogou na desordem, pedindo ordem. Só que não tem ninguém a fim de dar golpe ultimamente. Então, teve que recuar, teve que dar explicações. É preciso, a partir disso, fortalecer a agenda do controle social da mídia”*

**Revista Adusp.** Muitos dos que saíram às ruas foram enfáticos em suas críticas à grande mídia. Um apresentador de televisão “mudou de opinião” ao vivo, pressionado pelos espectadores. Uma celebridade “global”, Arnaldo Jabor, teve de pedir desculpas pelo comentário da véspera. A pauta da democratização da comunicação saiu fortalecida ou os grandes meios já se recuperaram dos “arranhões”?

**SÔNIA.** “Arranhou” no sentido de que eles tiveram que, pela primeira vez, prestar contas. A Globo fez uma cobertura de sete horas seguidas da manifestação, sem entrar nenhum comercial, foi impactante, dizendo que as manifestações eram pacíficas e mostrando só imagens violentíssimas, que é o que grava nas pessoas. E, no dia seguinte, o [tele]

jornal passou a primeira parte inteira dizendo: “É o caos”. Jogou no caos, jogou na desordem, pedindo ordem. Só que não tem ninguém a fim de dar golpe ultimamente. Então, teve que recuar: ouvir outras pessoas, dizer “nós estamos cobrindo, sim”, teve que dar explicações. Isso é uma grande mudança? Não. É preciso, a partir disso, fortalecer a agenda que vinha sendo construída pelo Franklin [Martins], que é do controle social da mídia. Houve muita manifestação contrária à mídia, mas essa agenda não foi ainda incorporada pela sociedade. Esse movimento que já vinha do Interozes, de vários outros atores mobilizados, governo e movimentos sociais, numa tentativa de somar forças para ter algum controle da mídia, sempre era exorcizado, como sendo chavismo, censura e tal. Agora, há um potencial muito grande de forças da sociedade para ativar essa agenda reguladora do governo. O clima pré-eleitoral não ajuda, porque nenhum candidato vai querer se meter com isso. Mas certamente essa agenda vai voltar para o governante, qualquer um que seja eleito. Ela vai ser abafada agora pelo clima eleitoral, mas que ela está posta, está posta.

**Revista Adusp.** As redes sociais foram amplamente empregadas para convocar manifestações e difundir informações, inclusive coberturas dos protestos em tempo real. A senhora entende que esses espaços estão se firmando como alternativas de fato à comunicação hegemônica ou eles apresentam muitas limitações?

**SÔNIA.** Eles mostraram grande eficácia para efeito de manifestações, para dar uma versão distinta da história oficial que é construída pela gran-

de mídia. Isso foi fantástico: agora se mostrou que existem varias versões possíveis e que a grande mídia não é a dona da verdade. E tiveram que aceitar isso, tiveram que entrevistar os meninos da [Mídia] Ninja, ouvir aquelas coisas. Eles viraram um fato social, criticando a mídia, fazendo uma mídia diferente. Mas acho que não resolve o problema. Nós precisamos ter capacidade de regular a grande mídia, que é a que chega, no “Jornal Nacional”, como *diário oficial* na casa das pessoas todo dia. Monopólio, as inserções de propaganda como se não fossem propaganda, nós perdemos o controle totalmente. É um momento favorável para reunir a sociedade. Agora, vai depender da força da sociedade, mas também de quem vai ser o governo, em que medida isso entra na agenda dele. No primeiro ano [de governo], essa é uma coisa para se exigir.

**Revista Adusp.** Sobretudo após a revogação do aumento da tarifa, emergiram nas manifestações indivíduos e grupos organizados de direita e extrema-direita. Muitos deles atacaram não apenas militantes de partidos políticos, mas também de sindicatos e outras organizações de esquerda, inclusive arrancando suas bandeiras.

**SÔNIA.** Eu escrevi um artigo sobre violência e democracia [“Manifestações e vandalismo desafiam a democracia”, publicado pela Fundação Heinrich Böll] comentando o seguinte: num dado momento, houve uma confluência até sinérgica entre manifestantes de uma forma geral e aqueles que, por várias razões, se engajam num tipo de manifestação violenta, que não são todos iguais, não são todos idênticos. Você tem,

por exemplo, setores do *Black Bloc*, que têm uma estética própria, uma maneira de lidar com os conflitos que é de enfrentá-los de uma forma vigorosa e violenta. Mas você tinha ali também um lúmpen, meio ligado a bandidos, que não está fora do círculo político: essas pessoas em geral são contratadas pelas campanhas políticas para estar lá mobilizadas, para dar porrada, isso faz parte do nosso sistema político. E tinha também os neonazistas, cuja forma de lidar com as diferenças é matar o que é diferente, eliminá-lo. Veja só, são coisas muito diferenciadas que estavam em jogo ali. No entanto, elas alcançaram dar uma visibilidade muito grande às manifestações — as manifestações teriam sido uma coisa sem a violência e outra com a violência. A imprensa é que ficou tentando diferenciar os “vândalos” dos “bonzinhos”, mas, na verdade, essa violência fez parte intrínseca das manifestações, mesmo para as pessoas que não eram violentas. Agora, quando começa a chamar a atenção só para a violência, a agenda social das manifestações vai perdendo o sentido. Não se fala nela, não se organiza em torno dela. E aí é um risco: invalidar uma agenda positiva que a sociedade estava construindo, que ainda está construindo.

Por exemplo, as pessoas não tinham a menor noção sobre as concessões dos ônibus, elas queriam só passe livre ou redução da tarifa. Hoje, as pessoas estão mobilizadas em torno de uma CPI [Comissão Parlamentar de Inquérito] que elas sequer sabiam que estava sendo tentada. Isso é uma apropriação de conhecimento pela sociedade, maravilhosa, que há muitos anos não se fazia — desde a

construção da Assembleia Nacional Constituinte, que, para mim, foi um marco de construção coletiva de uma agenda. Agora, pela primeira vez, a sociedade está se apropriando do poder. Houve uma enorme construção coletiva de subjetividade, de outras formas de organização, de outra gramática. As pessoas gostavam de estar ali. Alguém escreveu até: havia uma potência muito grande, na libido, no fato de estar junto. E isso é construção de poder — o poder passa pela constituição de sujeitos coletivos e passa pelo conhecimento.

*“A esquerda tem que defender princípios democráticos de exercício do poder. A gente tem de rever o modelo de participação, porque toda a institucionalidade democrática não dá conta das prioridades da população. Isso não é democracia; pode ter eleição, mas democracia não é. Temos que revitalizar a democracia”*

**Revista Adusp.** O fato de a política ter se tornado, nos últimos meses, um tema presente no cotidiano de grande parte da população aponta para um processo mais perene de politização da sociedade ou é um fenômeno que deve arrefecer?

**SÔNIA.** As pessoas estão conhecendo muito mais sobre o exercício do



poder, construindo relações de poder: isso é democracia. O que uma pessoa poderia querer mais? Que isso fosse canalizado, organizado para uma transformação, que não ficasse só na rua, que chegasse às instituições. Esse pulo, que normalmente era feito só pelos partidos e representações, é que é a grande incógnita, na medida em que as ruas não têm imediatamente um canal, a não ser que elas fiquem o tempo todo ocupadas. Essa é a questão que fica pendente. É claro que os governantes estão sensíveis, que eles precisam ser eleitos, que eles vão ouvir a voz das ruas e responder. Mas as ruas construíram um poder e a gente precisa saber como ele vai ser exercido a partir de agora. Porque só canalizar e o governante responder como quiser, não é isso que esse movimento quer. Foi uma construção coletiva de poder, é preciso pensar as formas de exercício desse poder. Não é um poder paralelo, o tempo todo ele esteve direcionado para o Estado, ele não se construiu anti-Estado. Ele se dirigiu com uma agenda pública muito consistente: o SUS de qualidade, a educação “padrão FIFA”, a redução

[das tarifas] do transporte, a CPI. Isso é uma agenda de política pública fantástica. Quem não vê nisso uma forma de fazer política... Foi bastante diferente de outras manifestações, em outros países, que não chegaram a essa construção tão rápida de uma agenda pública. Mesmo na Itália, onde houve eleição de pessoas que estavam contra o sistema, não vingou, porque não se construiu uma agenda, se construiu [apenas] uma agenda de contestação. Aqui não: ela foi muito positiva, o tempo todo interpelando muito claramente: “Eu quero isso, eu quero aquilo”. Eu tenho uma visão muito positiva. Eu, por exemplo, militei a vida inteira na defesa do SUS e essa agenda do SUS estava completamente abandonada pela sociedade, cada um procurando seu plano de saúde, e agora ela voltou com um vigor! Pode ser que o encaminhamento que o governo esteja dando seja parcial, não seja o que a gente quer, mas o SUS voltou à agenda pública, construída pela sociedade. A educação também. Isso reforça movimento, ao contrário do que se pensa — olha aí a manifestação tradicional dos professores do Rio de

Janeiro, ela é beneficiária desse clima de manifestações, senão poderia ser uma coisa muito menor.

**Revista Adusp.** Na sua análise, então, nós acumulamos com esse processo.

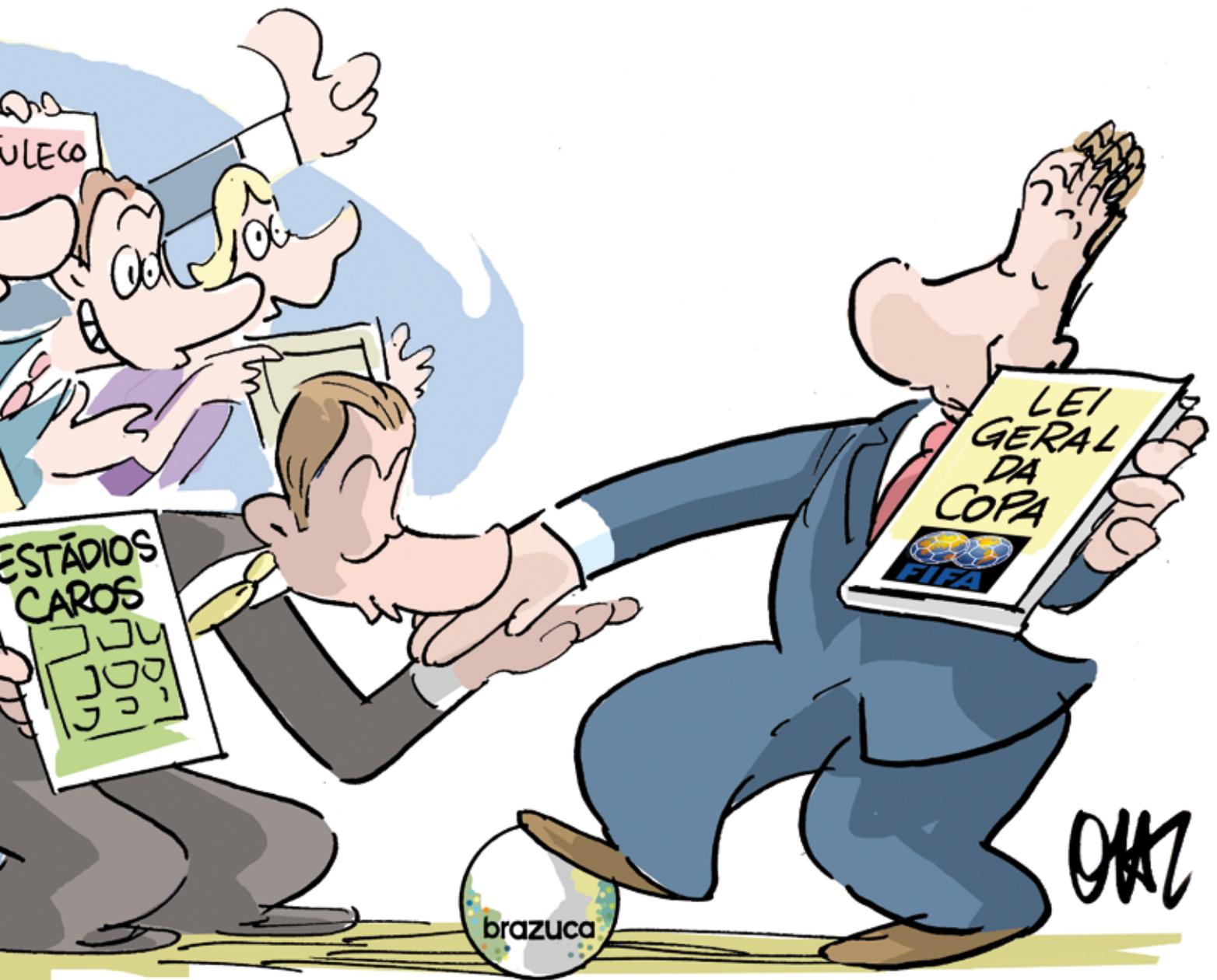
**SÔNIA.** Seguramente. E como acumulamos!

**Revista Adusp.** Que lições esses episódios deixam? Quais as tarefas da esquerda para o próximo período, para consolidar as vitórias obtidas pelas jornadas de junho e aprofundar os processos de transformação?

**SÔNIA.** Estar onde o povo está. Minimamente, se quer ser esquerda, tem que defender princípios democráticos de exercício do poder. A gente tem que rever o modelo de participação, porque um modelo que ative participação, mas não dá poder, tende a dar esse tipo de problema. Eu vejo esse problema como uma grande solução, como uma demonstração de que é preciso ir para as ruas, porque toda a institucionalidade democrática não dá conta das prioridades, das demandas que a população tem. Isso não é democracia; pode ter eleição, mas democracia não é. Então, nós temos que revitalizar a democracia, rever todos aqueles instrumentos [de participação], porque eles certamente não são eficazes. Nós estamos engatinhando, construindo a democracia e esse foi um momento muito bom para refletir o que não estava dando muito certo. Há uma consciência muito grande das pessoas, de que são cidadãos, de que têm direitos, e isso é fruto da democracia. Nos anos 1970 e 1980, ninguém sairia na rua para reclamar direitos assim — não havia nem essa consciência, nem essa possibilidade.

# MEGAEVENTOS E REMOÇÃO DE POPULAÇÕES POBRES, UM PADRÃO NACIONAL





# DE COPA EM COPA

Daniel Cassol  
Jornalista

Ramiro Furquim/Sul 21



Mascote da Copa no Largo Glênio Peres, em Porto Alegre, antes de ser derrubado por manifestantes

*Na Porto Alegre da participação popular, as obras da Copa do Mundo de 2014 removem árvores — e também 4.600 famílias. Tida como exemplo de transparência, a capital gaúcha obteve a maior pontuação entre as 12 cidades-sede da Copa em **ranking** elaborado pelo Instituto Ethos. Mas os relatos de moradores atingidos pelas remoções, movimentos sociais e urbanistas vão no sentido contrário: a Prefeitura de Porto Alegre está violando o direito à moradia. A especulação imobiliária expulsou as populações mais pobres para bairros afastados*

A população de Porto Alegre valoriza suas árvores. Ainda permanece viva na memória coletiva da cidade a manhã de 25 de fevereiro de 1975, quando o estudante universitário Carlos Alberto Dayrell subiu numa tipuana que seria derrubada pela Prefeitura para a construção de um viaduto na avenida João Pessoa, em frente à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O ato de Dayrell, singelo mas impensável em tempos de Ditadura Militar, é considerado um marco do movimento ecologista da capital gaúcha, conhecida também pela participação política da população.

Quase quarenta anos depois, também em um caloroso fevereiro de Porto Alegre, o gesto do estudante foi repetido. Surpreendidos pela derrubada de árvores pela Prefeitura, no leito da avenida Edvaldo Pereira Paiva, às margens do lago Guaíba, manifestantes realizaram um protesto no dia 6 de fevereiro de 2013, subindo nas árvores que restavam de pé.

Outras coisas se repetiram. Em 1975, o prefeito Thompson Flores argumentou que as árvores velhas seriam substituídas por milhares de novas mudas. Foi rebatido: não seria problema o prefeito morrer, já que novos bebês estavam nascendo. Em 2013, causou indignação a declaração do prefeito José Fortunati: “As pessoas não utilizam essas árvores”.

Acatando uma ação do Ministério Público, a Justiça acabou suspendendo a derrubada de árvores até que a Prefeitura apresentasse sua proposta para a construção do Parque Corredor do Gasômetro,

previsto em lei da própria administração municipal. No dia 16 de maio, no entanto, a 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça voltou a permitir a derrubada das árvores. Em 2013, vive-se em pleno regime democrático, mas há uma Copa do Mundo pela frente.

*Porto Alegre surgiu naturalmente como uma das sedes da Copa. O Beira-Rio do Inter só carecia de uma reforma, ao passo que o Grêmio ergueria um novo estádio. As autoridades exaltaram o exemplo da capital gaúcha, que usaria recursos públicos apenas para obras de mobilidade urbana. Mas logo vieram favores públicos e dinheiro público para os clubes*

O Gre-Nal é um dos clássicos de maior rivalidade no Brasil. Grêmio e Internacional se perseguem mutuamente ao longo da história, dentro e fora do campo. A questão dos estádios mostra a força dessa disputa.

A inauguração em 1931 do Estádio dos Eucaliptos, que recebeu jogos da Copa de 1950, levou o Internacional a se tornar imbatível durante um longo período no futebol gaúcho. A resposta gremista veio com a construção do Monu-



Protesto de Carlos Dairell (1975)

mental Olímpico, inaugurado em 1954, um colosso para a época. Ao Internacional não coube outra alternativa que não erguer, em 1969, literalmente dentro do Guaíba, o Gigante da Beira-Rio.

Quando a FIFA escolheu o Brasil para sediar a Copa de 2014, Porto Alegre surgiu naturalmente como cidade-sede. O Beira-Rio, maior estádio da cidade, só precisaria de uma reforma e de melhoria nos acessos. Na rivalidade Gre-Nal, o Grêmio anunciou que ergueria uma nova e moderna arena. Porto Alegre teria dois estádios “padrão FIFA” e as autoridades exaltaram o exemplo da capital gaúcha, que usaria recursos públicos apenas para as obras de mobilidade urbana, deixando os estádios sob inteira responsabilidade dos clubes.

Não foi exatamente o que aconteceu. Em setembro de 2010, o governo Yeda Crusius (PSDB) aprovou um projeto de lei que dava isenção de até R\$ 30 milhões para a reforma do Bei-

ra-Rio e para a construção da Arena do Grêmio, sob a justificativa de que o estádio será usado como centro de treinamentos durante a Copa. Para a construção do novo estádio gremista, o governo patrocinou uma mudança na legislação para permitir a venda, à construtora OAS, de um terreno doado pelo poder público a uma federação de trabalhadores. A OAS também foi beneficiada com mudanças em leis de zoneamento municipais e ficou desobrigada de fazer obras viárias no entorno como contrapartida.

A direção do Internacional chegou a iniciar as obras por conta própria, acreditando que conseguiria bancar a reforma com a venda do antigo Estádio dos Eucaliptos e de camarotes no novo Beira-Rio. Inviável. A obra atrasou, Porto Alegre foi retirada da relação de possíveis sedes da Copa das Confederações — realizada em julho de 2013 — e a construtora Andrade Gutierrez assumiu a reforma, que em maio estava 68% concluída, com prazo final marcado para dezembro deste ano.

A obra do novo Beira-Rio, que terá capacidade para 51.300 espectadores, está orçada em R\$ 330 milhões. Deste valor, R\$ 30 milhões se referem à isenção de ICMS do governo do Estado e R\$ 26 milhões aportados pelo clube, resultado da venda do antigo estádio. A empresa obteve financiamento de R\$ 271,5 milhões no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Como se vê, Porto Alegre, assim como outras capitais brasileiras que receberão a Copa do Mundo, é cenário de circulação de dinheiro público e favores públicos investidos na organização do megaevento.



Protesto coletivo contra derrubada de árvores, perto da Usina do Gasômetro (2013)

*Tal como as árvores no caminho do Beira-Rio, os moradores locais afetados por obras da Copa são mais um problema a ser solucionado por projetos técnicos que ignoraram o impacto social. “Apostou-se bastante no mérito dos arquitetos e planejadores e se esqueceram de que havia pessoas”, aponta o arquiteto e urbanista Felipe Drago*

Para sediar cinco jogos da Copa de 2014, Porto Alegre priorizou melhorar os acessos ao estádio Beira-Rio e implementar novos sistemas de mobilidade urbana, como os corre-

dores de ônibus, ou *Bus Rapid Transit* (BRTs) A ampliação da pista do aeroporto Salgado Filho era uma prioridade, mas a obra não ficará pronta a tempo e foi descartada. A Prefeitura aproveitou a Copa para colocar em andamento ou acelerar obras mais antigas, como o Programa Integrado Sócio Ambiental (PISA), voltado para o tratamento de esgotos da cidade.

“O legado das obras e do transporte público está na cidade”, afirmou o prefeito José Fortunati (PDT) no dia 8 de maio, a 400 dias do começo da Copa do Mundo. Mas no caminho das obras não há apenas árvores. Se forem consideradas apenas as obras relacionadas diretamente à Copa (ampliação da pista do aeroporto e duplicações na região do estádio Beira-Rio), cerca de 4.600 famílias serão removidas até o final do processo.

Porto Alegre é tida como exemplo de transparência nas obras da Copa. Em novembro de 2012, obteve a maior pontuação entre as 12 cidades-sede da Copa em um *ranking* elaborado pelo Instituto Ethos. O

**Reforma do Beira-Rio**

Flickr

**Lucimar Siqueira, geógrafa**

portal “Transparência na Copa” foi considerado o melhor entre as capitais. Em relação às remoções, no entanto, os relatos de moradores atingidos, movimentos sociais e urbanistas vão no sentido contrário: a capital gaúcha também está violando o direito à moradia e ignorando o histórico de participação popular consolidado nas últimas décadas.

“Num outro contexto, Porto Alegre tinha tudo para ser diferente,

por conta de seu histórico. Mas essa herança de participação e discussão com a comunidade foi solapada”, afirma a geógrafa Lucimar Siqueira, do Observatório de Metrôpoles. “Porto Alegre é melhor se comparada com as outras. Mas viola direitos tanto quanto as outras”, completa.

Cidade do Orçamento Participativo e do Fórum Social Mundial, Porto Alegre está vendo seu histórico de participação popular ser soterrado pela política de exceção implementada pela organização da Copa. De acordo com os ativistas, os diálogos patrocinados pela Prefeitura com as lideranças comunitárias serviram para referendar uma política já estabelecida previamente.

“Porto Alegre é conhecida internacionalmente pela democracia participativa. Não é que isso deixou de existir, mas existiu com efeito contrário. Lideranças que historicamente militaram em favor das comunidades hoje estão fazendo o trabalho contrário”, afirma o arquiteto e urbanista Felipe Drago, da ong Cidade.

Assim como as árvores no caminho do estádio Beira-Rio, as famílias que moravam e ainda moram em locais por onde passarão as obras da Copa são mais um problema a ser solucionado por projetos técnicos que não se deram conta do tamanho do impacto social. “Apostou-se bastante no mérito dos arquitetos e planejadores de resolver os problemas e se esqueceram de que havia pessoas”, aponta Drago. “Poderia haver um plano participativo, dentro de um processo possível atualmente, com momentos em que população possa decidir ou ser consultada, ou seja, um processo democrático onde as pessoas saibam o que está acontecendo. Hoje elas não sabem o que está acontecendo”, diz o urbanista.

“Toda essa vivência exige de um governo, que tenta implantar uma série de projetos em tão pouco tempo, que tenha certos cuidados e procure minimamente respeitar limites impostos pelas conquistas da população. No entanto, o que temos visto é que as violações se repetem”, concorda a arquiteta Cláudia Favaro, integrante do Comitê Popular da Copa na capital gaúcha.

A Prefeitura contesta as informações. De acordo com o engenheiro Rogério Baú, que coordena as obras relacionadas à Copa na Secretaria Municipal de Gestão, a Prefeitura pode ser criticada pelo ritmo das obras, não por violações de direitos humanos. “Podemos sofrer críticas em relação à celeridade dos processos e estamos aí para encarar. Mas de maneira nenhuma estamos prejudicando a população, cerceando direitos ou

Flickr



Cláudia Fávoro, arquiteta



Rogério Baú, coordenador das obras da Copa

impondo constrangimentos. O processo é muito bem acompanhado pelo Ministério Público, órgãos de controle e agentes financeiros do projeto”, afirma.

***Há tanto tempo que ela não sabe precisar, Aline espera uma resposta ao seu cadastramento na Prefeitura. A Vila Dique já se mudou, mas eles ficaram para trás: “O povo ficou esquecido e a situação aqui não está boa”. As linhas de ônibus escassearam. Para pegar um ônibus e levar o pequeno Richard à creche, Aline caminha cerca de 2 quilômetros***

Em 2009, a Prefeitura começou o processo de reassentamento das famílias que viviam nas vilas Dique e Nazaré, na cabeceira da pista do aeroporto Salgado Filho, cuja ampliação era considerada obra prioritária para receber a Copa do Mundo. Na Vila Dique, 1.476 famílias seriam reassentadas em um loteamento construído a cerca de oito quilômetros dali. Na Vila Nazaré, outras 1.291 famílias seriam levadas a loteamentos construídos nos bairros Sarandi e Mario Quintana.

Os novos loteamentos foram construídos em regiões relativamente próximas à antiga moradia das famílias, mas o processo de transferência não deixou de apresentar problemas. Os equipamentos de saúde e educação chegaram cerca de dois anos depois da mudança das primeiras famílias. Há relatos de problemas de rachaduras nas residências e pouca acessibilidade para cadeirantes e idosos. Além disso, muitas pessoas que trabalhavam com reciclagem de lixo tiveram dificuldade para seguir na atividade

de nas novas casas. Oficinas profissionalizantes foram oferecidas pela Prefeitura. “A ideia, em tese, é interessante. Mas às vezes há um divórcio entre a ideia do gabinete e a realidade das pessoas”, resume o defensor público Marcelo Dadalt.

Em janeiro de 2011, após as primeiras remoções, a Prefeitura entregou à Infraero a área necessária para a ampliação da pista do aeroporto, de 2.280 metros para 3.200 metros. O projeto executivo da obra, de responsabilidade do Exército, atrasou, e a Infraero descartou a possibilidade de a nova pista ficar pronta até 2014. Ficou para trás um grave problema social.

Há cerca de dois anos a faxineira Aline Melo, 24 anos, vive com o filho, o esposo e um cunhado na casa onde antes viviam também os sogros. Eles se mudaram para o novo loteamento e, até hoje, Aline espera uma resposta ao cadastramento junto à Prefeitura, feito pelo marido há tanto tempo que ela não sabe precisar. A Vila Dique já se mudou, mas eles ficaram para

**Aline Melo****Valtair Ramos, ainda na Vila Dique**

trás. “O povo ficou esquecido e a situação aqui não está boa”, afirma Aline, que atendeu a reportagem da *Revista Adusp* em frente à sua casa nas margens da Avenida Dique, de costas para o aeroporto cuja ampliação não se sabe quando vai acontecer.

Uma vez realizada a transferência das famílias da Vila Dique para o novo loteamento, foram transferidos também o posto de saúde e a creche da região. As linhas de ônibus escassearam. Aline caminha cerca de 2 quilômetros até a avenida Sertório para pegar um ônibus e levar o pequeno Richard, de 3 anos, à creche. Ela faz faxinas em residências, mas no momento se vê obrigada a ficar cuidando da casa — sem os vizinhos, que já se foram, a casa solitária no meio do mato é alvo fácil para assaltantes. No mato que cerca a casa proliferam mosquitos em proporções nunca vistas.

São dezenas de famílias na mesma situação de Aline. Por problemas nos cadastros, falta de moradias

nos novos loteamentos e atrasos em geral, elas ficaram para trás no processo de remoção das vilas Dique e Nazaré. No dia 10 de maio, as vereadoras Fernanda Melchionna (PSOL) e Luiza Neves (PDT) reuniram-se com o diretor do Departamento Municipal de Habitação (Demhab), Everton Braz, que pediu um “voto de confiança” no órgão. Em abril, os vereadores haviam realizado uma visita na avenida Dique e conversado com as famílias.

“Agora estamos longe das coisas e de noite isso aqui é uma escuridão. Tinha tudo, agora não tem mais nada”, lamenta Valtair Ramos, que trabalha com reciclagem de lixo e mora a cerca de 50 metros da casa de Aline. Assim como a vizinha, Valtair não sabe o que responder quando perguntado a respeito da informação que recebe dos funcionários da Prefeitura a propósito de sua possível transferência. “Dizem que agora é por nossa conta”, repete Valtair. Viúvo, ele vive com o filho que, no momento da visita,

trabalha como “caseiro” de uma residência próxima, cujos proprietários saem para trabalhar e não querem deixá-la sem ninguém.

Rogério Baú, da Secretaria de Gestão, afirma que a transferência completa das famílias dessa região continua sendo uma prioridade. “Se a transferência não ocorreu totalmente, é por alguma questão operacional ou de finalização plena das habitações. A garantia de mudança da totalidade da Vila Dique está posta”, diz ele.

Para a geógrafa Lucimar Siqueira, a situação das famílias que ainda permanecem na região do aeroporto revela como Porto Alegre inverteu as prioridades na corrida pela Copa. “Você está preocupado com as famílias ou está preocupado em implementar uma obra e, para isso, vai utilizar alguns instrumentos para viabilizar a retirada das famílias? Porto Alegre optou pela segunda alternativa. O mais importante era o aeroporto”, afirma a integrante do Observatório de Metrôpoles.



*Em maio de 2013, moradores ainda não removidos da Vila Dique residem e trabalham entre escombros*

***Na Avenida Tronco, Deroci Santos mostra ao repórter que, ao derrubar a casa vizinha, a Prefeitura danificou a casinha onde ele guarda oferendas. “Eles não podem sair derrubando as casas assim, de qualquer jeito”, reclama. Deroci aceitou o bônus moradia, mas só deixa o local se a irmã, que mora nos fundos, também receber o benefício***

Comitê Popular da Copa é suficiente para perceber que há muita desinformação e uma boa dose de indignação entre os moradores que terão suas casas removidas. Eles saem de dentro de suas casas quando percebem o grupo caminhando. Todos têm alguma história para contar.

Funcionário de uma firma de limpeza, Deroci Santos quer mostrar que, na derrubada da casa vizinha, os funcionários da Prefeitura danificaram a casinha onde guarda oferendas de sua religião. “Eles não podem sair derrubando as casas assim, de qualquer jeito”, reclama. Deroci aceitou receber o bônus moradia, no valor de R\$ 52 mil, para comprar uma outra casa. Já tem dois imóveis em vista, mas está aguardando que a Prefeitura aceite dar o mesmo benefício à irmã, que mora nos fundos. “Não vou sair e deixar minha irmã para trás”, afirma.

Mais à frente, o servente Juliano Silveira vive situação semelhante. A mãe já pegou o bônus moradia

e se mudou para Viamão, cidade da região metropolitana. Ele, que vivia com a esposa no mesmo local, aguarda a inclusão no cadastro para ter direito ao benefício. Enquanto isso, convive com os escombros das casas derrubadas ao redor. Muito lixo é jogado no agora terreno baldio. Na pele da esposa surgiram feridas, que ele atribui à presença de ratos. “Até agora não recebi resposta da Prefeitura”, lamenta.

O problema também atinge comerciantes da região. Vera Muller é proprietária de uma serralheria bem em frente ao posto de saúde, conhecido como “postão da Cruzeiro”. A mudança implicará perda da referência para os clientes. Vera pediu reavaliação do seu imóvel, para obter mais que os R\$ 52 mil oferecidos, mas também sofre com a falta de informações. “A Prefeitura não quer saber de nada. Estão derrubando as casas e vamos embora”, critica.

A duplicação da Avenida Tronco é uma obra prevista há quatro

Uma caminhada na Avenida Tronco na companhia de um repórter-fotográfico e de integrantes do



décadas no plano diretor de Porto Alegre. Apesar de não fazer parte da matriz de responsabilidade da Copa do Mundo, a obra ajudaria a desafogar o trânsito na região do estádio Beira-Rio, já que essa via é uma alternativa para quem se desloca rumo à zona sul da cidade. No contexto das obras de mobilidade urbana relacionadas ou não à Copa, a Prefeitura de Porto Alegre decidiu levar adiante a duplicação da Avenida Tronco e a remoção de 1.400 famílias ao longo dos 5,3 quilômetros de extensão.

Para transferir as famílias, a Prefeitura abriu um escritório na comunidade para oferecer ou um bônus moradia no valor de R\$ 52 mil ou um aluguel social, no valor

*O bônus moradia representa uma violação, diz a geógrafa Lucimar Siqueira: “Ele não é ilegal. Mas só indeniza a casa, e não a posse. O bônus moradia é um instrumento de remoção. Ele viria como uma forma de indenização, mas foi subvertido dentro desse processo para ser utilizado para remoção”*

de R\$ 500. O próprio morador fica com a responsabilidade de encontrar um imóvel para comprar ou alugar por estes valores. O baixo valor, comparado ao aquecimento do mercado imobiliário, estaria obrigando os moradores a procurarem residências em regiões afastadas e até mesmo no litoral, transferindo o problema social para outra cidade.

“Muitas famílias ameaçadas de remoção, sentindo-se pressionadas com o cenário de guerra, têm optado pelo bônus moradia ou pelo aluguel social com medo de ficar sem nada”, relata Cláudia Favaro, do Comitê Popular da Copa. O relato do aposentado José Araújo, 72 anos, que terá parte de seu terreno atingido pelas obras, é semelhante. “Não se



**Leandro Anton**



**Deroci Santos**

encontra nada em Porto Alegre nem na região metropolitana. Algumas pessoas estão se mudando para o interior e para o litoral”, protesta Seu Zé, como é conhecido.

Além do baixo valor oferecido, o bônus moradia não leva em conta a posse do terreno, um direito garantido pelo Estatuto das Cidades. “Eles não podem simplesmente tirar as famílias, como se não tivessem direito a nada. E todo o tempo em que vivem ali, as conquistas que trouxeram para a região?”, questiona.

O morador critica também a atitude dos funcionários da Prefeitura, que estariam pressionando as famílias a deixarem a região em razão da pressa para concluir a obra até a Copa do Mundo.

Segundo o arquiteto e urbanista Felipe Drago, famílias estariam juntando seus bônus a fim de conseguirem comprar imóveis em melhores condições e próximos às suas antigas moradias. “Isso está alimentando o déficit qualitativo no Brasil. Co-residência é déficit habitacional também”, lembra.

Para a geógrafa Lucimar Siqueira,



**Juliano Silveira**

o bônus moradia representa uma violação, apesar de não ser ilegal. “Do ponto de vista da tramitação, o bônus moradia não é ilegal. Mas é uma violação, porque só indeniza a casa, e não a posse. E o direito à posse tanto existe que a última coisa que as famílias assinam quando vão entregar a casa é a entrega do direito à posse à Prefeitura”, aponta. “O bônus moradia é um instrumento de remoção. Ele viria em tese como uma forma de indenização, mas foi subvertido dentro desse processo para ser utilizado para fazer remoção”, completa.

Coordenador do Quilombo de Sopapo, ponto de cultura localizado no bairro Cristal, também atingido pela duplicação da Avenida Tronco, Leandro Anton afirma que a Prefeitura nunca apresentou um plano de reassentamento das famílias e ainda está violando o direito de serem reassentadas dentro da região, apesar da promessa do prefeito José Fortunati, em reunião realizada em maio de 2012, de garantir a moradia para quem desejasse permanecer na região. “O escritório da prefeitura só oferecia bônus moradia ou aluguel



**Bruna Rodrigues, presidente da União das Associações de Moradores**

social. Isso estava violando o direito das famílias que optaram por moradia no local”, declara. Com o valor do bônus moradia, prevê Leandro, os moradores vão adquirir casas em locais muito afastados, vender e voltar para a região da vila Cruzeiro comprando uma casa irregular.

Em resposta ao discurso de que não haveriam áreas disponíveis na região para o reassentamento das famílias, os moradores se organizaram e mapearam terrenos que, com prédios de apartamentos, dariam conta de acomodar as famílias atingidas pela duplicação da Avenida Tronco. Organizados no Comitê Popular da Copa, lançaram a campanha “Chave por Chave”, ou seja, anunciando que só deixariam suas antigas casas tendo as chaves das novas.

A Prefeitura terminou por desapropriar esses terrenos, mas o atraso nas obras leva os moradores a defender que o processo de reassentamento seja priorizado. “A obra só deve sair quando estiverem concluídas as moradias ou na medida em que as casas forem construídas”, sustenta Leandro.

***A Defensoria Pública do RS instituiu a Comissão de Defesa aos Atingidos pela Copa e Megaeventos (Cdcopa), para evitar violação de direitos. “Antes de a demanda vir até nós, queremos tomar conhecimento das obras e de como estão sendo feitos os deslocamentos”, diz a defensora Adriana Schefer***

A falta de informações confiáveis da Prefeitura, a pressão em função da Copa do Mundo e a derubada das casas são fatores que criam tensão entre os moradores. “A comunidade está se transformando em uma panela de pressão”, afirma Bruna Rodrigues, presidente da União das Associações de Mora-

dores (Uampa). Ela também terá sua casa removida para a ampliação da avenida e vê as famílias optando pelo bônus moradia porque não vêem perspectiva de serem reassentadas na região. Mesmo assim, a demora na liberação dos recursos faz com que as famílias percam oportunidades de comprar imóveis em melhores condições. “As pessoas não sabem o que está acontecendo. Tudo é muito confuso”, diz. As negociações da Prefeitura, conduzidas individualmente com os moradores, são um fator de desestabilização que tende a se agravar com o encurtamento do prazo. “Vão começar a atropelar”, prevê.

O aluguel social estaria se transformando em um instrumento para forçar o despejo das famílias. “Essa política expõe a comunidade e a deixa refém do poder público, podendo ser obrigada a qualquer momento a aceitar qualquer proposta de reassentamento, principalmente sabendo que a intenção da Prefeitura foi desde sempre utilizar os empreendimentos do ‘Minha Casa, Minha Vida’ que estão sendo construídos para além dos bairros periféricos da cidade, para reassentamento destas famílias”, afirma Cláudia Favaro.

De acordo com Rogério Baú, da Secretaria de Gestão, o cadastro da Prefeitura indicou que 22% dos moradores atingidos optaram por mudar de bairro. Aos que optaram por permanecer na região, estaria garantido este direito com a construção de prédios em 43 terrenos da região adquiridos pela municipalidade. “A política habitacional da Prefeitura é pela permanência

das famílias na região. Foram escolhidos terrenos pelas próprias comunidades, garantia de que as famílias permanecerão na região”, afirma o coordenador das obras da Copa, na contramão das evidências e dos diversos relatos colhidos na comunidade.

As habitações não começaram a ser construídas, informa o representante da Prefeitura, porque nenhuma construtora se interessou pelos editais do programa “Minha Casa, Minha Vida”. Para resolver esta situação, a municipalidade aumentou o valor do programa em seis CUBs (Custo Unitário Básico de Construção por metro quadrado, cujos parâmetros são definidos por lei federal). Baú defende que as obras podem seguir em andamento ao mesmo tempo em que as famílias são removidas. “Não há sentido começarmos as obras só depois de as famílias saírem da região. Não estaríamos aplicando engenharia”, afirma.

Após a articulação do Comitê Popular da Copa, os moradores da Avenida Tronco receberam visitas da Secretaria de Direitos Humanos do governo federal, em setembro de 2012, e da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (Ciset), em novembro. No relatório apresentado à Presidência, a Ciset escreveu que as obras preparatórias para a Copa em Porto Alegre demandam “remoções e despejos necessários à adequação da mobilidade urbana”, mas “possíveis casos de violações de direitos humanos devem ser evitados”.

“Dessa forma, entendemos que as remoções devem ser previamente

discutidas com a população atingida para que participem do processo de planejamento e identificação de alternativas de forma a minimizar os impactos sociais. Ademais, as famílias removidas devem ser reassentadas em lugares mais apropriados que aqueles em que moravam antes, ou seja, com a adequada infraestrutura de educação, saúde, esporte, lazer, dentre outros, constituindo-se assim um plano de legado sócio-ambiental da Copa 2014, que valoriza e protege os direitos humanos”, diz o texto.

A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul instituiu, em maio deste ano, a Comissão de Defesa aos Atingidos pela Copa e Megaeventos (Cdcopa), para prevenir possíveis conflitos e evitar violação de direitos. “Com a aceleração do processo e os prazos fluindo, a tendência é a violação de direitos. Antes de a demanda vir até nós, queremos tomar conhecimento das obras e de como estão sendo feitos os deslocamentos de famílias, para não chegar no final e termos um passivo social para resolver”, afirma a defensora Adriana Schefer do Nascimento, coordenadora do recém criado Núcleo de Defesa e Moradia.

O Departamento Municipal de Habitação (Demhab) mantém audiências mensais com o Ministério Público, para informar o andamento das remoções e das obras de habitação. “Nos nossos dias, não é crível que o poder público execute políticas de reassentamento na base do despejo e da patrula, como acusam”, sustenta Rogério Baú.

*“Em todas as cidades que têm problemas de moradia associados à Copa os governos não estão fazendo nenhuma das etapas de apresentação de projeto e discussão com a população. A comunidade só fica sabendo das obras quando os tratores já estão na rua”, avalia Anelise Gutterres*

No seu doutorado na UFRGS, a antropóloga Anelise Gutterres vem pesquisando as redes formadas por moradores, ativistas, pesquisadores e comunicadores contra as violações de direitos humanos em decorrência das obras da Copa. Realizando trabalho de campo no Morro da Providência, no Rio de Janeiro, ela vê uma lógica no processo de preparação da maioria das cidades sede no Brasil.

“O que está acontecendo em todas as cidades que têm problemas de moradia associados à Copa é que os governos realmente não estão fazendo nenhuma das etapas de apresentação de projeto e discussão com a população. A comunidade só fica sabendo das obras quando os tratores já estão na rua. A informação realmente não circula na comunidade”, avalia.

Assim como a população não vem sendo informada nem con-

sultada sobre as obras que atingirão suas moradias, em Porto Alegre, não poderia ser diferente, está em curso o mesmo processo de especulação imobiliária que se verifica em todas as grandes cidades brasileiras, principalmente naquelas que vão receber a Copa. “A Copa é uma oportunidade de implementar um projeto de cidade, dinamizar o capitalismo, aquecer a economia e o mercado para concentrar renda”, resume Lucimar Siqueira.

No final de 2011, a Prefeitura de Porto Alegre gravou aproximadamente 40 áreas de interesse social na cidade, para onde seriam realocadas famílias removidas em função de obras de mobilidade urbana. Todas nas regiões periféricas da cidade. “As áreas foram gravadas na periferia, mas as obras de mobilidade urbana não chegam até elas”, lembra a geógrafa. Em resumo, o que está acontecendo em Porto Alegre é que a região central da cidade tornou-se um canteiro de obras, imobiliárias e de mobilidade urbana, enquanto as populações mais pobres estão sendo removidas para bairros afastados que não estão recebendo os mesmos investimentos.

Além de dinamizar a especulação imobiliária, a Copa do Mundo é um pretexto para levar adiante políticas de elitização da cidade e privatização dos espaços públicos. A segurança do Mundial e a organização do evento para além dos



**Parque Marinha do Brasil, um dos maiores de Porto Alegre, está sendo rasgado para duplicação de uma avenida**

estádios — as cidades-sede terão espaços controlados pela FIFA para a população assistir aos jogos em telões, por exemplo — servem como catalisador desse processo.

Se no Senado tramita um projeto de lei que “define crimes e infrações administrativas com vistas a incrementar a segurança” da Copa, Porto Alegre também discute a reformulação de seu código de convivência, incluindo um ponto sobre o regramento de manifestações populares. Exemplos já estão disponíveis, como as leis municipais que restringem atividades públicas no Largo Glênio Peres, em frente ao Mercado Público de Porto Alegre, tradicional palco de

manifestações populares. Futuro local da “Fanfest” durante a Copa do Mundo, o largo já é patrocinado pela Coca-Cola e, nos fins de semana, vira estacionamento — enquanto feiras populares têm seu funcionamento restringido no local.

O efeito colateral desse processo é o surgimento de movimentos culturais e políticos de contestação a este modelo de cidade e, mais do que isso, de construção efetiva de alternativas. Entre eles, se destacam o Defesa Pública da Alegria; o Vaga Viva, que promove a “ocupação” de vagas de estacionamento nas ruas; e o Largo Vivo, que desenvolve atividades culturais no Largo Glênio Peres. O ápice desta tendência na capital gaúcha foram as manifestações contra o aumento na

tarifa do transporte coletivo em 2013.

“São movimentos políticos de outra ordem, que não têm uma dependência institucional que os movimentos da reforma urbana buscaram a vida toda e estão numa situação precária justamente por isso”, analisa o arquiteto Felipe Drago. A antropóloga Anelise Gutterres lembra, porém, que os moradores da periferia são esquecidos até pelos movimentos dos “indignados” de Porto Alegre. “A moradia tem poucos parceiros. A sociedade como um todo acha mesmo que essas pessoas são invasoras e que é melhor ir para o local onde a Prefeitura as está levando do que ficarem nas suas casas”.

# RIO DE JANEIRO “PARA INGLÊS VER”, MAQUIAGEM URBANA E ESPECULAÇÃO

Luiza Sansão  
Jornalista

Luana Laux



A artesã Jane de Oliveira e companheiros de luta contra as remoções arbitrárias na Vila Autódromo

*“Quando houve a notícia, em 2009, de que o Rio de Janeiro seria sede da Copa e das Olimpíadas, minha mãe me disse: ‘Eu não vou estar viva para ver, mas vai ser uma felicidade para vocês’. Hoje eu digo: minha mãe morreu e, para mim, não tem felicidade. A Copa e as Olimpíadas vieram para o Rio de Janeiro para tirar o pobre daqui”. Maria do Socorro, líder da Favela Indiana, resume o sentimento de milhares de cariocas afetados pelas remoções. Os apetites da especulação imobiliária contrastam com o baixo valor que a Prefeitura oferece para compra de outro imóvel: até R\$ 20 mil*

Tão logo anunciou-se, em 2009, que o Brasil sediaria a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, poucos imaginariam o impacto deletério que tais megaeventos trariam às camadas mais pobres da população urbana, que certamente estiveram entre os brasileiros que comemoraram a notícia com enorme euforia. No ano de 2010, porém, em função



Luana Laux

Morador da Vila Autódromo

da preparação do país para a Copa, iniciou-se um verdadeiro calvário para milhares de famílias, nas doze cidades que sediarão os jogos. No Rio de Janeiro, cidade-sede oficial das Olimpíadas de 2016, os impactos econômicos, fundiários, urbanísticos, ambientais e sociais decorrentes dos grandes projetos urbanos são mais visíveis, destacando-se “uma política de realocação dos pobres na cidade a serviço de interesses imobiliários e oportunidades de negócios”,

como assinala o capítulo “Moradia” do dossiê “Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro”, divulgado em maio pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas.

A primeira grande questão discutida pelos movimentos sociais é a ausência da participação popular no processo de investimentos e replanejamento da cidade do Rio de Janeiro, na qual, de acordo com dados do Comitê Popular, cerca de 3 mil famílias já foram removidas e outras

8 mil estão sofrendo ameaças de remoção, em mais de 35 locais, entre comunidades e ocupações. Se, por um lado, tais ameaças já vêm acontecendo há muitos anos em diversas dessas áreas, intensificaram-se às vésperas dos Jogos Pan-Americanos, de 2007, tornando-se constantes de 2010 para cá, num processo de violação de direitos humanos em que milhares de pessoas, de uma

hora para a outra, se vêem obrigadas a desocupar as casas onde vivem há décadas, em geral em favelas e outras áreas há muito abandonadas pelo poder público.

De acordo com o já mencionado dossiê, as principais justificativas utilizadas pelo governo municipal para remover populações são: as obras viárias associadas aos corredores dos BRTs (*Bus Rapid Transit*); as obras de instalação ou reforma de equipamentos esportivos; e as

obras voltadas à promoção turística na área portuária e áreas de risco ou de interesse ambiental. Nem todos os casos estão relacionados diretamente aos megaeventos, mas todos estão vinculados à especulação imobiliária. “No Rio de Janeiro, o mercado imobiliário é muito influente. Apóia e elege prefeitos, vereadores, deputados. O investimento que acontece na cidade hoje é regido por regras de benefício privado e não de benefício público”, diz Renato Cosentino, do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro e da organização não governamental Justiça Global, de defesa dos Direitos Humanos.

**“Não é deixar de negociar, porque tinha que ter algum acordo. Mas as autoridades brasileiras falaram ‘fininho’ e se renderam às exigências da FIFA, sem proteger os interesses da população, dos comerciantes, dos trabalhadores, do esporte local”, critica o deputado Gilberto Palmares (PT-RJ)**

Nos acordos do governo federal com o Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), o Brasil demonstra ter se rendido por completo aos interesses das duas entidades, o que se evidencia no

conjunto de alterações legislativas e de uma série de medidas de caráter excepcional da chamada Lei Geral da Copa. “Foi criada toda uma legislação específica sobre a Copa, uma legislação federal, que redundou numa adaptação da legislação estadual”, afirma à *Revista Adusp* o deputado Gilberto Palmares (PT-RJ), para quem os governantes brasileiros cederam demais às determinações das organizações esportivas. “Não é deixar de negociar, não é deixar de ter o entendimento, porque tinha que ter algum acordo com a FIFA. Mas as autoridades brasileiras falaram ‘muito fininho’ e se renderam com muita facilidade às exigências da FIFA, sem proteger os interesses da população local, dos comerciantes locais, dos trabalhadores locais, dos interesses do esporte local”, critica Palmares.

A priorização dos interesses privados em detrimento dos interesses públicos, na preparação do Rio de Janeiro para os megaeventos, pode ser claramente percebida em casos como o da comunidade da Vila Autódromo, localizada na Baixada de Jacarepaguá, próximo à Barra da Tijuca. Na luta contra as remoções há mais de vinte anos, a área onde vivem cerca de 500 famílias sofreu forte valorização nos últimos anos, tornando-se alvo de grande interesse dos especuladores imobiliários, em nome dos quais a Prefeitura já alegou variados motivos para remover os moradores da comunidade. Na região está sendo construído o Parque Olímpico, uma das justificativas utilizadas para a remoção. “Alegaram muitos motivos. Em um momento, seria para o Centro de



**Renato Cosentino**

Mídia, antes de existir essa questão do Parque Olímpico aqui. Depois, teve uma questão de uma alça da Transolímpica, que passaria aqui em cima. A gente vem passando por várias etapas, de maneiras diferentes a Prefeitura vem renovando o seu discurso para tentar retirar a comunidade”, conta a artesã Jane Nascimento de Oliveira, líder comunitária da Vila Autódromo. “Antes dos Jogos Pan-Americanos a gente já estava na luta, por conta de um processo que a Prefeitura colocou para retirar a Vila Autódromo, alegando ocupação de área ambiental. A situação se agravou quando vieram as notícias da Copa e Olimpíadas. A partir de 2009, as coisas apertaram para o nosso lado”, diz a moradora, próxima ao muro que separa a comunidade do Parque Olímpico em construção.

Até o momento, apesar das diversas e incessantes tentativas da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), não houve remoções na comunidade, devido à enorme vi-

Rafael Wallace

**Deputado Gilberto Palmares**

sibilidade que a luta dos moradores ganhou na imprensa nacional e internacional, ao apoio constante de diversos movimentos sociais e ao intenso trabalho da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro. “Em todos os casos, e na Vila Autódromo especificamente, existe uma justificativa política da especulação imobiliária, da valorização do entorno. Naquela região o município investiu muito. Não é à toa que eles quiseram jogar os equipamentos esportivos para essa região. Foram interesses claramente econômicos. Os megaeventos, na minha avaliação, só facilitam isso, porque aí eles têm dinheiro para movimentar e uma justificativa”, explica a defensora pública Maria Lúcia Pontes, do Núcleo de Terras e Habitação, responsável pelo processo da Vila Autódromo há mais de dez anos. Contudo, não consta dos documentos oficiais do governo municipal a associação entre a intenção de remover a comunidade e as Olimpíadas. Maria Lúcia

**Estudantes na Vila Autódromo**

acredita que a omissão é proposital e se deva ao fato de que, no final de 2010, a Defensoria enviou uma notificação ao COI, na qual questionava a justificativa de que a comunidade seria removida em razão dos Jogos Olímpicos, uma vez que, na apresentação do Rio de Janeiro e em alguns projetos, afirmava-se que a melhoria da qualidade de vida da população seria um legado dos eventos.

Em agosto de 2012, a comunidade apresentou ao prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, o “Plano Popular da Vila Autódromo”, elaborado em parceria com o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas e o coletivo técnico do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O Plano Popular propõe a urbanização da comunidade, com a retirada das pessoas que estão na faixa marginal da Lagoa de Jacarepaguá, e que as pessoas que necessitarem realmente ser removidas sejam remanejadas den-

tro da própria comunidade, e não reassentadas em outro local. “Os representantes do SMH falaram que, quando a Vila Autódromo criou o Plano Popular, não respeitou o que eles já tinham programado para cá, em matéria de obras do alargamento do rio [Pavuninha]. Mas, quando eles vieram com o Parque Olímpico e com o alargamento, a gente já existia aqui”, conta Jane, que cita, entre os problemas sociais que assolam a comunidade, a ausência de saneamento básico, destacando o fato de a água não ser legalizada, “exatamente para não nos afirmar mais aqui”.

O assédio da Prefeitura sobre as pessoas, para forçá-las a saírem de suas casas, também é uma constante, de acordo com moradores de comunidades. “As pessoas estão muito desorientadas pela pressão que já foi feita aqui dentro pela SMH. Eles sonégam informações e causam um terror psicológico. É uma estratégia desgraçada que eles têm de fazer as pessoas desistirem

do seu direito”, denuncia Jane, referindo-se ao fato de que alguns moradores acabam abrindo mão de seu direito e aceitando a remoção para os conjuntos habitacionais oferecidos pela Prefeitura — como os construídos pelo programa “Minha Casa, Minha Vida”, do governo federal — por não suportarem tamanha pressão. “Nós tivemos, de 2009 pra cá, muito mais falecimentos na comunidade do que nós tínhamos antes. Não posso provar, mas a gente imagina que tem a ver com o sofrimento das pessoas por causa dessa tortura psicológica”, completa.

***“Membros da Secretaria da Habitação retornaram à comunidade oferecendo apartamento na região de Triagem ou indenização de R\$ 20 mil, não passava disso, ‘colocando terror’ no morador que não quisesse sair, dizendo que sua casa seria derrubada, que o trator ia entrar”***

Na Favela de Indiana, na Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro, as queixas são semelhantes. “O secretário de Habitação, Jorge Bittar, chegou à comunidade em 2010 dizendo que não estava lá para retirar os moradores. Duas semanas depois, membros da SMH retornaram oferecendo apartamento na região de Triagem ou uma indenização de R\$ 15 mil ou R\$ 20 mil, não pas-

sava disso, e *colocando terror* no morador que não quisesse sair da comunidade, dizendo que sua casa seria derrubada, que o trator ia entrar, e que o morador se preparasse para aceitar o apartamento ou a indenização”, conta Maria do Socorro da Silva de Oliveira, auxiliar de serviços gerais, líder comunitária da Indiana. “Tem muita gente lá sofrendo, tem morador que morreu, devido a essa pressão. Eu soube da mesma coisa acontecendo em outras comunidades, gente que morreu por não suportar o terror que a Prefeitura fez. Não tem serviço social e, quando vai um assistente social na comunidade, é para pressionar os moradores também, ‘vendendo’ apartamentos em Triagem”, critica a moradora, que já presenciou visitas à comunidade em que representantes da Prefeitura se faziam acompanhar por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) de Indiana, como uma forma de intimidar moradores.

Quando as ameaças de remoção tiveram início, houve uma divisão entre os moradores de Indiana. A maioria, cerca de 500 pessoas, não querem deixar o lugar. Porém, segundo Maria do Socorro, a Associação de Moradores não os representa, e incentiva a população do local a aceitar o apartamento do “Minha Casa, Minha Vida”, desmobilizando-os na luta pela permanência. A líder comunitária e outros moradores fundaram, então, uma comissão de luta contra as remoções, que, assim como ocorre na Vila Autódromo, conta com o apoio de movimentos sociais e com o trabalho da defensora pública Maria Lúcia Pontes. “O trabalho da Defen-

soria Pública, e em especial da Maria Lúcia, está sendo muito importante para nós, principalmente no sentido de nos informar sobre os nossos direitos e defendê-los. Se não fosse isso a Prefeitura passava por cima de nós de uma vez. O trabalho da Pastoral de Favelas também tem sido muito importante”, ressalta a moradora de Indiana, comunidade que a SMH alega ser de alto risco. “Não existe nenhum fundamento em alegarem que a região de Indiana é de alto risco. Não tem nenhuma obra, não será construído lá nenhum equipamento para jogos. Então alegaram risco, porque era o único argumento fácil. Mas nós entramos com uma ação civil pública para o município simplesmente informar qual a natureza da intervenção, e pedimos que parassem as demolições e retirassem os entulhos de lá, pois eles demoliam e deixavam os entulhos lá mesmo. E o município não apresentou nenhum documento que mostrasse a natureza da intervenção. Logo depois, o Ministério Público, que atua no processo por conta do impacto na cidade, apresentou um documento da GeoRio que classificava a Indiana como de baixo risco. Isso entrou no processo e todos os argumentos acabaram”, explica Maria Lúcia Pontes.

As opções que são oferecidas pela Prefeitura aos moradores ameaçados de remoção são, em geral, um apartamento em conjunto habitacional do programa “Minha Casa, Minha Vida”; o chamado aluguel social, que é sempre de 400 reais, independentemente do valor imobiliário da região, ou, em último caso, uma indenização baixíssima, que, quando muito, não passa de R\$ 15

mil ou R\$ 20 mil, valor obviamente insuficiente para uma família adquirir outra propriedade ao ser removida de sua moradia. “Todo processo de urbanização de favelas tem algum tipo de impacto. Só que há diversas formas de lidar com isso. A forma com que o governo está fazendo isso, com indenizações baixíssimas, por exemplo, é que é o problema. Tem casos na Restinga em que as pessoas não receberam indenização, estão esperando até hoje. Não aceitaram negociar nas bases que a Prefeitura impunha, que era ou indenização baixa ou reassentamento em Campo Grande, eles não aceitaram e não receberam nada, e ainda tiveram sua casa derrubada. E teve que refazer a vida sem nada, começando do zero. Ou tem caso de moradores que receberam R\$ 7 mil, R\$ 10 mil”, afirma Renato Cosentino.

O valor mínimo para uma indenização, frisa o membro do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, é o que garante à pessoa removida a compra de outro imóvel nas mesmas condições. “O valor justo é o valor de mercado. Isso está nas leis internacionais das quais o Brasil é signatário. A pessoa não pode ser removida e ainda piorar sua condição de moradia”. Ele também questiona as condições dos reassentamentos: “Os condomínios do ‘Minha Casa, Minha Vida’ também são de apartamentos muito pequenos em locais muito afastados”, critica Cosentino. O modelo mais propagandeado pela Prefeitura como exemplo bem-sucedido é o condomínio do bairro Triagem, onde já se encontram pessoas que foram removidas de Indiana. Porém, segundo Maria do Socorro,

o condomínio já apresenta problemas: “Em risco não está Indiana, está Triagem, para onde já se mudaram algumas pessoas e já sofreram um alagamento no primeiro andar do prédio”.

***“O ‘Minha Casa, Minha Vida’ é executado com a visão do construtor, são prédios que têm de ser baratos”, explica a defensora Maria Lúcia Pontes. “No Rio de Janeiro, o programa se transformou em facilitador de remoções”. Nos apartamentos de dois quartos, pequenos demais, “não é toda família que cabe”. É “isso ou a indenização ridícula”***

A defensora pública Maria Lúcia atribui esse tipo de problema à baixa qualidade dos empreendimentos. “O problema do ‘Minha Casa, Minha Vida’ é que ele é executado com a visão do construtor, ou seja, são prédios que têm que ser baratos, com trabalhos que compensem o que eles estão recebendo de incentivo. Aí, constroem-se condomínios que, do ponto de vista estrutural, não são da melhor qualidade”, explica. “O programa não considera a realidade das famílias. No Rio de Janeiro especificamente, o programa se transformou em um mecanismo de remoção, um facilitador de remoções. As pessoas estão sendo

obrigadas a receber esses apartamentos de dois quartos pequenos demais, por exemplo, onde não é toda família que cabe. É aceitar isso ou uma indenização ridícula. É preciso haver um diálogo com quem vai receber esses empreendimentos, e não apenas com quem os constrói”, completa.

A dificuldade de dialogar com o governo municipal é um grande problema em todo esse processo. Um exemplo disso é que as comunidades não são sequer notificadas sobre as audiências públicas que tratam de suas situações, embora seja lei que toda obra de grande impacto ambiental e social deva ser discutida em audiências públicas. Assim, os moradores mais envolvidos na luta contra as remoções tomam conhecimento das audiências por meio de membros de movimentos sociais. “As audiências públicas acontecem como farsa. A audiência pública do metrô foi isso, a do processo de privatização do Maracanã foi uma vergonha, a legalidade dela está sendo até contestada. As audiências são ritos do processo democrático, e eles são atropelados. Isso mostra muito de uma forma autoritária de gestão, que é o que acontece tanto na Prefeitura quanto no Governo do Estado”, critica Cosentino. “Até acontecem as audiências públicas, mas são audiências manipuladas e feitas sem que ninguém saiba. Então eles cumprem formalmente a lei, mas você não tem efetiva participação popular. É um processo meio nebuloso”, avalia o cientista político Paulo Baía, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Procurado pela *Revista Adusp* para uma entrevista, o secretário municipal de Habitação do Rio de Janeiro, Pierre Batista, enviou, por meio de sua assessoria de comunicação, somente a seguinte resposta via e-mail: “A Secretaria Municipal de Habitação (SMH) trabalha com projetos de Habitação de Interesse Social, focados mais especialmente nas famílias com rendas de até R\$ 1.600,00 por mês. A Prefeitura do Rio não está realizando nenhum reassentamento em função da Copa do Mundo. Com relação aos Jogos Olímpicos, o único projeto de reassentamento que estava em estudo era o dos moradores da Vila Autódromo, em Jacarepaguá, mas, como você deve estar acompanhando pela imprensa, a medida está sendo reavaliada, em função da abertura de nova rodada de negociações, realizada entre o prefeito Eduardo Paes e os moradores da comunidade.” Houve nova solicitação de entrevista, mas a assessoria do secretário afirmou que esta não seria concedida.

Em agosto de 2013, Eduardo Paes recuou com relação às remoções em algumas comunidades, dentre as quais as já mencionadas Vila Autódromo e Indiana, cuja mobilização pela permanência tem se destacado pela força de atuação. Jane Nascimento e Maria do Socorro, lideranças das comunidades, ainda não estão comemorando: o fato de o prefeito ter aceitado negociações na primeira delas, bem como seu gesto de ir pessoalmente à segunda comunidade dizer que não seria removida, são motivos de alegria, mas insuficientes para gerar entusiasmo. As lideranças comunitárias ressaltam



**Choque da PM cerca Aldeia Maracanã, no Museu do Índio (22/3/13)**

a desconfiança dos moradores nos governos municipal e estadual. “A cobrança à Prefeitura vai continuar, as manifestações não vão parar, porque nós não confiamos no poder público, e essa falta de confiança é comum a todas as comunidades”, afirma Maria do Socorro, que destaca que a luta pela permanência de Indiana é também uma luta “pela regularização fundiária, melhorias na comunidade e título de posse”. Em resumo: “Tudo o que a comunidade precisa e nunca teve”.

Para as lideranças comunitárias e a Defensoria Pública, o recuo da Prefeitura se deve não só à luta intensa travada pelas comunidades que se organizaram contra as remoções, mas às manifestações que tomaram as ruas do país e do Rio de junho para cá. “A capacidade de organização e mobilização foi fundamental para Indiana, Vila Autódromo e outras comunidades. Mas a mudança de postura pública do prefeito tem um claro impacto das manifestações também”, diz Maria Lúcia. “Está havendo um recuo de vários governantes em fun-

ção das grandes manifestações”, afirma Paulo Baía. “Em situações como a da Vila Autódromo, da Aldeia Maracanã e alguns outros locais que sofreriam demolição para tornarem-se estacionamentos ou outros empreendimentos, o prefeito tem voltado atrás em função do clima geral que se instalou no país”.

***“No dia 22 de março, às 3h da madrugada, chegaram 200 homens fortemente armados, 40 viaturas, dois caveirões, três helicópteros. Fomos retirados do prédio como se fôssemos bandidos. Foi terrível o que o governo fez contra os povos indígenas”, diz Carlos Tucano sobre o despejo no Antigo Museu do Índio***

Nadia Maria



Carlos Tucano

O caso da Aldeia Maracanã, no prédio do Antigo Museu do Índio, ocupado em outubro de 2006 por 40 índios de 12 etnias, ganhou repercussão internacional pelo desfecho violento. Fundado pelo antropólogo Darcy Ribeiro em 1953, o antigo Museu do Índio foi criado com a finalidade primordial de preservar a memória e a cultura dos povos indígenas. A instituição foi transferida para o bairro do Botafogo em 1978, esvaziando a antiga sede, no Maracanã. “O prédio tinha sido abandonado pelo governo federal havia quase três décadas quando nós o ocupamos”, conta Carlos Tucano, cacique da Aldeia Maracanã, explicando que o Ministério da Agricultura liberou o espaço, em 2006, para que os índios que o haviam ocupado permanecessem lá. “Então, limpamos aquele espaço e o mantivemos para formalizar um centro cultural, que foi o sonho do índio. E ficamos lá desde então. Nesse processo, muita gente nos ajudou. Inclusive as universidades

UFF, UERJ, UFRJ e algumas privadas, sindicatos de professores, e a sociedade civil”, conta o líder indígena que, nascido no Amazonas e pertencente à etnia Tucano, veio para o Rio de Janeiro aos 37 anos de idade e sempre atuou na luta pela causa indígena.

“Até os Jogos Pan-Americanos de julho de 2007, ninguém disse que a gente estava atrapalhando, nem que o prédio estava velho, em ruínas”, lembra Tucano, que é consultor de questões indígenas e trabalhou por muitos anos no Museu do Índio, em Botafogo. “O nosso sofrimento começou em 2010, quando foi anunciado que o Brasil sediaria a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016”, destaca. Localizado no bairro Maracanã, o prédio e todo o entorno do grande estádio estão passando por obras de preparação para a Copa. “Quando houve a Rio+20, como o Brasil já seria sede da Copa e o Maracanã é o maior estádio do mundo, eu pensei: até a Conferência Rio+20, onde haveria

a Cúpula dos Povos Indígenas, o governo não mexeria com a gente, mas, depois que acabasse a conferência, mexeria. Foi o que aconteceu. No dia 16 de junho, não tinha passado nem um mês que a conferência tinha terminado, o Governo do Rio anunciou que tinha comprado o prédio por R\$ 60 milhões”, lembra o cacique, que procurou a Defensoria Pública, iniciando-se uma série de ações judiciais para que o prédio não fosse demolido — já que o Governo do Estado pretendia demoli-lo para construir um estacionamento para o megaevento — e para que os povos indígenas pudessem permanecer no local.

Carlos Tucano conta que, após a concessão de privatização de todo o Complexo Maracanã, em 8 de novembro de 2012, um grupo de indígenas foi até o chefe da Casa Civil do governo Cabral, Régis Fichtner, mas não foi atendido. “No dia seguinte, 9, estivemos com a Defensoria Pública e com a desembargadora da 2ª Região do Tribunal Federal, Maria Helena Cisne, que é quem teria o poder de derrubar as ações. Pedimos que nos desse pelo menos um tempo para a gente se organizar e garantir para onde nós iríamos. Ela disse simplesmente que não poderia fazer nada, que o prédio estava velho e em ruínas”. Cerca de três dias depois, as liminares foram derrubadas e os povos indígenas, derrotados.

“No dia 12 de janeiro de 2013, chegaram 40 homens do BOPE às cinco horas da manhã, nos pressionando para sair. Mas eles não tinham nenhum documento, nenhuma legalidade, nenhum mandado. Foi uma grande pressão psico-

lógica”, narra Tucano. O episódio foi presenciado por parlamentares, como o deputado Marcelo Freixo (PSOL), da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), defensores públicos, a imprensa nacional e internacional e ativistas de movimentos sociais que apóiam a causa indígena. Os policiais se retiraram, mas a tensão somente aumentava e a ausência de diálogo com o governo estadual piorava a situação dos indígenas.

Em 15 de janeiro, a tropa dita de elite retornou à Aldeia Maracanã, encabeçada pela subsecretária de Assistência Social, Nelma Azeredo, e pela subsecretária de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, Andréia Sepulveda, que ofereceram aluguel social aos índios. “Doutoras, não estamos pedindo esmola, só queremos que vocês, do Estado do Rio de Janeiro, reformem esse prédio para nós, para que possamos trabalhar com dignidade”, respondeu o cacique, a quem foi oferecido um prazo de três dias para pensar na proposta, prazo este que não foi cumprido: no mesmo dia, o secretário estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, Zaqueu Teixeira, convocou quatro líderes para negociação, à qual Tucano compareceu. Desmobilizados estrategicamente pela rapidez com que o Estado agiu, ouviram pela primeira vez a proposta de reassentamento. Os advogados, que foram impedidos de entrar na sala onde se dava a reunião, orientaram os indígenas a solicitar que a proposta fosse feita por escrito. No dia seguinte, um documento assinado por Zaqueu Tei-



**Complexo do Rock in Rio domina paisagem na V. Autódromo**

xeira e o governador Sérgio Cabral (PMDB) foi entregue ao cacique.

*Na Zona Portuária houve muitos despejos forçados, com violência policial, para atender ao Projeto Porto Maravilha de revitalização. “Quando você tem uma cidade gerida em benefício privado, passa a ser excludente, porque é preciso valorizar espaços. Isso está acontecendo com o Porto Maravilha”, avalia*

*Renato Cosentino*

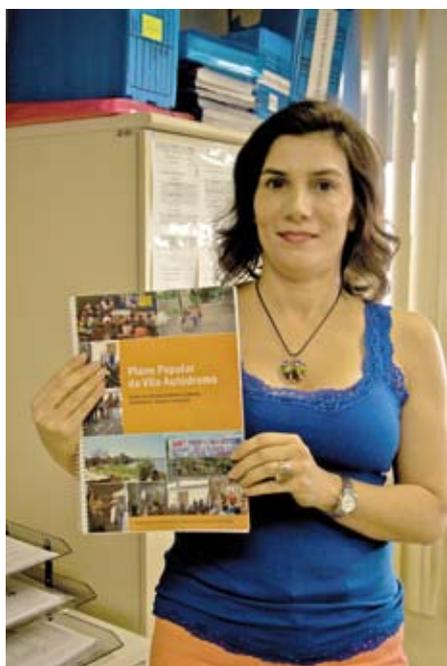
Os índios aceitaram o acordo, cuja oferta envolvia a criação de um Centro de Referência da Cultura dos Povos Indígenas. Em março, receberam a primeira comunicação de que deviam desocupar o prédio e teriam um prazo de dez dias para fazê-lo. Um dia depois, este prazo

foi reduzido para 72 horas. Tucano afirma ter procurado novamente negociar com o secretário, mas este se recusou a reconsiderar a remoção da Aldeia Maracanã, alegando que o prazo para negociação estava esgotado. E foi aí que o mundo todo pôde acompanhar a enorme violência do Estado contra os povos indígenas. “No dia 22 de março, às três horas da madrugada, chegaram 200 homens fortemente armados, 40 viaturas, dois caveirões, três helicópteros. Fomos retirados do prédio como se fôssemos bandidos. Nunca vou me esquecer, foi terrível o que o governo fez contra os povos indígenas. Nós não tínhamos nada, nenhum armamento. Eu vi quando eles cantaram, dançaram, para nos provocar. Assim fomos retirados, com muitas agressões”, relatou o índio.

Nesse dia, os indígenas que aceitaram sair deixaram o prédio por volta das nove horas da manhã, sendo levados para um hotel no centro da cidade e, em seguida, para a distante Colônia de Curupaiti, em Jacarepaguá, onde estão até hoje. “Os que não aceitaram e



*Outro contraste opõe o cenário da vegetação de mangue da Vila Autódromo a grandes edifícios a pouca distância*



**Maria Lúcia Pontes, defensora**

resolveram resistir foram retirados entre as 12 e 13 horas, na base da violência, e hoje estão nas ruas”, conta Tucano, que, desde então, vive em Curupaiti, onde o governo montou um alojamento provisório, com beliches, cozinha e banheiros. De acordo com o cacique, o go-

verno se comprometeu a conceder cestas básicas de 15 em 15 dias, mas não está cumprindo. “Eu não estou comendo carne, nem peixe, nada. Só mandam arroz e feijão. O leite que eles mandaram, por exemplo, é horrível”. Os índios permanecerão em Curupaiti até o governo construir uma aldeia, o que, de acordo com o governo, deveria acontecer entre seis meses e um ano e meio após a remoção. “Já estamos em cinco meses e até agora não se construiu nada”, questiona o cacique. “Eu não sou contra a Copa do Mundo, eu não sou contra a alegria do povo. Sou contra as injustiças que estão praticando contra nós em função disso”, enfatiza. Os índios não retornarão ao prédio, mas este não corre mais o risco de ser demolido e transformado em estacionamento. Em 9 de agosto, Dia da Luta Internacional dos Povos Indígenas, o governo estadual anunciou o tombamento do prédio do anti-

go Museu do Índio e o debate em torno da criação de um Centro de Cultura Indígena no local.

Dentre as comunidades que estão sofrendo processo de remoção no Rio de Janeiro, há as ocupações da Zona Portuária, onde já houve muitos despejos forçados pelo Estado, com intensa violência policial. A justificativa da Prefeitura para a remoção na região é o Projeto Porto Maravilha, de revitalização da região portuária, mais um caso que evidencia o projeto do Rio de Janeiro como cidade para turista, em que a população pobre compromete a estética da Cidade Maravilhosa e, portanto, é retirada no processo de higienização urbana que varre a pobreza como sujeira para “debaixo do tapete”, jogando-a para as regiões periféricas da cidade, distantes das regiões que serão visitadas pelos turistas atraídos pela Copa e Olimpíadas. “Quando você tem uma cidade que é gerida em benefício privado, passa a

ser uma cidade excludente, porque é preciso valorizar espaços e, para isso, a lógica é de espaços exclusivos e de hegemonia de uma determinada classe. Isso está acontecendo com o Porto Maravilha. Você pega uma área de expansão da cidade que você quer tornar uma área de expansão para alta renda. Porque só assim você consegue extrair o máximo de preço daquele solo. Assim, a primeira coisa que eles fazem é tirar as ocupações”, afirma Renato Cosentino.

“As intervenções na cidade para prepará-la para os megaeventos visam criar uma vitrine, uma imagem de cidade supostamente cosmopolita, que atraia os investidores internacionais. Dentro desse empresariamento urbano, os megaeventos são ferramentas privilegiadas. O que precisa ser destacado é a violência do Estado contida nesse conjunto de intervenções seletivas e repressivas. Essas intervenções acabam se integrando a uma dinâmica de exceção na qual as legislações urbanísticas, quando não relativizadas, são descaradamente ignoradas e os direitos fundamentais são desrespeitados”, afirma Felipe Brito, professor na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST-RJ), que comenta a violência policial que se abateu contra a série de atos contra as remoções, realizados em oito das doze cidades-sede da Copa. Os atos constituíram a Jornada Nacional organizada pelo MTST, em conjunto com os Comitês Populares da Copa e Olimpíadas de vários Estados e outros movimentos sociais.

***“A Lei Geral da Copa é muito preocupante, porque suspende temporariamente a legislação brasileira ordinária. Outro fator muito importante é que a segurança na Copa está sendo pensada não pelo Ministério da Justiça, mas pelo Ministério da Defesa, portanto está militarizada”, diz Paulo Baía***

Na onda de manifestações que tomou as ruas do país em junho, muito se gritou contra esse processo de remoções, assim como contra a privatização do Maracanã e outras arbitrariedades decorrentes dos acordos do Brasil com a FIFA e o COI para a realização dos megaeventos. Houve uma grande manifestação na abertura da Copa das Confederações, em que, paralelamente, também aconteceu a Copa Popular Contra as Remoções, organizada pelo Comitê Popular do Rio. Diversas comunidades impactadas pelo processo jogaram futebol no campo da Gamboa, bairro na região portuária da cidade. Outras manifestações de resistência continuam acontecendo com frequência, sempre articuladas pelo Comitê e pelas entidades e movimentos sociais envolvidos na defesa dos Direitos Humanos, contra as remoções mas igualmente contra a Odebrecht,

empresa responsável pelas obras do Complexo Maracanã Entretenimento S.A. As convocações ganham milhares de adeptos todos os dias, nas redes sociais e nas ruas.

“As manifestações têm mostrado que a população brasileira percebeu que a Copa está trazendo prejuízos para ela, para o país. A paixão pelo futebol fez com que o povo percebesse que esta Copa do Mundo o tirou do estádio e que o evento só está beneficiando empreiteiras, grupos financeiros, grupos turísticos, redes de gastronomia, enquanto a população não terá lugar nem no estádio”, analisa Paulo Baía. “A Lei Geral da Copa é muito preocupante, porque suspende temporariamente a legislação brasileira ordinária. Outro fator que considero muito importante é que a segurança na Copa está sendo pensada não pelo Ministério da Justiça, mas pelo Ministério da Defesa, portanto está militarizada”, diz o sociólogo.

A Lei Geral da Copa determina, dentre outras arbitrariedades, um verdadeiro prejuízo para os trabalhadores locais, formais e informais. “Os pequenos comerciantes, donos de bares, de pequenas lojas, que às vezes passam a vida toda vendendo bem pouquinho, não serão beneficiados justamente quando surge uma oportunidade como o megaevento, em que a venda deles poderia crescer. A legislação da Copa, aprovada aqui na Assembleia Legislativa, contra o nosso voto, é tão refinada, tão perversa em alguns aspectos, que até nisso causa constrangimento, pois proíbe donos de pequenos estabelecimentos que estejam no raio de um quilômetro do Maracanã de

Luana Laux



**Maria do Socorro de Oliveira, líder comunitária da Indiana**

vender nos grandes jogos”, critica o deputado Gilberto Palmares. Devido à proibição de venda de quaisquer mercadorias nas imediações dos estádios ou suas vias de acesso, não só os trabalhadores são prejudicados (principalmente os informais, que serão reprimidos), como pode ser dificultado o funcionamento de escolas, hospitais e outros equipamentos públicos essenciais. Além destas questões, há as inúmeras formas de isenções fiscais; a flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal para obras associadas aos megaeventos; a possibilidade de desmatamento em áreas de Preservação Permanente para obras relacionadas à Copa e outras determinações absurdas. O preço dos ingressos para assistir aos jogos é proibitivo para a maior parte da população, em meio a um processo de elitização do Maracanã, que vem sendo tão criticado e alvo de manifestações. “A expressão que o povão sempre utilizou, ‘o Maraca é nosso’, não pode ser mais utilizada”, observa Palmares.

Todos esses problemas sociais ocasionados ou aprofundados pelas mudanças do Rio de Janeiro em função da preparação da cidade para a Copa e as Olimpíadas evidenciam o que a defensora pública Maria Lúcia Pontes considera como ausência de uma política habitacional no município. “Eu não sei que política habitacional é esta, que pretende excluir todos os pobres dos lugares atraentes do município. Não existe, por exemplo, uma política de regularização fundiária. O programa ‘Minha Casa, Minha Vida’ não só criou a possibilidade de construção de habitações; criou incentivos fiscais para se construir imóveis, que parece algo voltado muito mais para agradar os construtores do que os moradores; criou uma formalização da regularização fundiária e, no Rio de Janeiro, isso não tem sido aplicado. Pelo contrário: toda a movimentação do município é para excluir as pessoas mais pobres dos lugares mais atraentes. Então não existe uma política habi-

tacional voltada para os pobres no Rio de Janeiro. Reassentamento é você tirar uma pessoa de uma área de risco, por exemplo, e levá-la para um lugar próximo ao que ela vive, dentro ou próximo da comunidade dela, e não para um lugar distante”, critica a defensora pública.

“O plano diretor aprovado em 2011 no Rio deixa muito claro, em vários pontos, o que o município quer para a cidade do Rio de Janeiro: ele quer uma cidade para o turismo. A cidade tem uma política para atrair turistas e para ganhar dinheiro. Não tem uma política para tornar as comunidades melhor habitadas, a posse mais segura, direito a um tratamento isonômico do ponto de vista do direito material”, completa.

Neste sentido, a escolha da Cidade Maravilhosa para sediar os maiores eventos do esporte mundial revelou-se um completo logro para os cidadãos que se encontram à margem das escolhas do poder econômico. “Quando o sorteio aconteceu, foi uma felicidade. Mas, logo depois, começou a remoção. Quando houve a notícia, em 2009, de que o Rio seria sede da Copa e das Olimpíadas, minha mãe, que faleceu há três anos, me disse: ‘Eu não vou estar viva para ver, mas vai ser uma felicidade para vocês que vão ver’. Hoje eu digo: minha mãe morreu e, para mim, não tem felicidade. Feliz foi ela, que não viu o que está acontecendo comigo, com os moradores de comunidades pobres, que estamos sofrendo. A Copa e as Olimpíadas vieram para o Rio de Janeiro para tirar o pobre daqui. Então só tem é tristeza para todo morador pobre do Rio de Janeiro”, encerra a líder comunitária Maria do Socorro.

# EM MANAUS, CONTRASTES DA ZONA FRANCA SÃO AGUÇADOS PELA COPA

Paulo Roberto Ferreira  
Jornalista

Maris Sanne



Palafitas na capital do Amazonas

*Orgulho de Manaus, o antigo estádio “Vivaldão” virou pó: em seu lugar surgirá a “Arena Amazônica”, orçada em R\$ 500 milhões, apelidada de “Cestão” por suas formas inspiradas num balaio. A Copa ampliou os contrastes e paradoxos criados pela Zona Franca. As obras de mobilidade com entrega prevista para 2014, como os corredores de ônibus (BRTs), foram suspensas a pedido do MPF. Poder público e especulação imobiliária expulsam os pobres para longe. E a Prefeitura busca transatlânticos para hospedar turistas*

A população de Manaus tinha orgulho de ter o maior estádio de futebol do Norte do Brasil. O Vivaldo Lima, o “Vivaldão”, que recebeu o nome em homenagem a um médico da Cruz Vermelha apaixonado por futebol, tinha capacidade para mais de 40 mil pessoas. O arquiteto Severiano Mário Vieira de Magalhães Porto, que nasceu em Uberlândia (MG), ganhou a menção honrosa do Instituto dos Arquitetos do Brasil, em 1965, pelo projeto do estádio, que foi inaugurado em 1970. Mas as toneladas de concreto se transformaram em poeira e o desperdício consumiu R\$ 32 milhões dos cofres públicos para pagamento do serviço de demolição. Para muita gente, foi semelhante a um gol contra.

No mesmo lugar do “Vivaldão” está sendo erguida a “Arena Amazônica”, uma invenção dos cartolas da política local, com custo superior a R\$ 500 milhões e capacidade para 44 mil torcedores. Inspirado em um cesto da região, alguns cronistas já estão se referindo ao novo estádio como “Cestão” ou “Arenão”. O projeto foi concedido pelo arquiteto alemão Ralf Amann, do escritório GMP, e está sendo executado pela construtora Andrade Gutierrez. Tudo de acordo com as regras e súmulas da FIFA. Mas o que a população e a capital do Estado do Amazonas ganham com isso?

Há dúvidas sobre o que vai acontecer depois da realização da Copa do Mundo. O maior clássico do futebol amazonense, que é o Rio-Nal (Rio Negro x Nacional), tem levado ao estádio do Sesi menos de 5 mil torcedores. Acredita-

se que ainda vai demorar muito para que o “Cestão” atinja a sua capacidade plena nos jogos do campeonato estadual.

A maioria dos clubes que disputa o “Barezão”, como é conhecido o campeonato local, enfrenta prejuízo. Não raramente, as rendas não cobrem nem as despesas para colocar o time em campo. Diferente do que ocorre no vizinho estado do Pará, onde o clássico Remo x Paysandu chega a levar ao estádio Mangueirão mais de 40 mil torcedores, com renda de R\$ 1 milhão.

Para os administradores dos recursos públicos, a Copa do Mundo vai alavancar o setor turístico de Manaus, que contará com um espaço poliesportivo para shows e torneios de outras modalidades esportivas. A cidade ganharia, ainda, obras de infraestrutura. Porém, a capital do Amazonas não conta sequer com vagas de hotel em número suficiente para receber o fluxo de turistas. Estima-se que 31 mil pessoas devem se deslocar para Manaus a fim de assistir aos quatro jogos da Copa que serão sediados na cidade, conforme a programação da FIFA. Como resolver a carência de leitos? A solução apontada pelo prefeito Arthur Virgílio Neto (PSDB) depende das empresas proprietárias de transatlânticos, que seriam convidadas a deslocar suas embarcações para o rio Negro, para acomodar os turistas... Só não informa quantos navios serão necessários e se existe possibilidade de alterar as agendas de cruzeiros, que são programados com muita antecedência pelos operadores do setor de turismo.

*O governador do Amazonas e o prefeito de Manaus anunciaram que o Bus Rapid Transit (BRT) e o Monotrilho, cuja implantação deveria facilitar o acesso do torcedor aos jogos de 2014, não ficarão prontos a tempo. Ambos foram retirados do plano chamado Matriz da Copa e remanejados para o PAC 2*

Outra pisada na bola derrubou os corredores de trânsito e os terminais de passageiros. Ficaram de fora da exigência da FIFA e de seus parceiros as ações de mobilidade urbana, que previam a implantação do BRT (*Bus Rapid Transit*) e do Monotrilho, os quais, ao menos teoricamente, facilitariam o acesso do torcedor aos jogos de 2014. Na época da escolha de Manaus como uma das 12 capitais brasileiras que vão sediar a Copa do Mundo, foi anunciado que a cidade passaria por intervenções urbanas que representariam importantes conquistas urbanísticas.

Porém, tanto o governador do Amazonas, Omar Aziz (PSD), quanto o prefeito Arthur Virgílio, já descartaram o término das duas obras antes dos jogos do próximo ano. Faltam recursos próprios e o governo federal aguarda que se-



“Cestão”, ou Arena Amazônica

jam sanadas as pendências técnicas apontadas pelo Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual. Os festejados projetos foram retirados do plano chamado Matriz da Copa e remanejados para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

Orçados em R\$ 230 milhões, ambos apresentavam tantos problemas que pareciam *bichados*, como se diz no linguajar do futebol. Apresentavam falhas nas áreas de fundação dos terminais de ônibus, de terraplanagem, pavimentação, drenagem, estações de transferência, hidráulico e de obras de arte especiais. As planilhas orçamentárias estavam incompletas e genéricas, impedindo o cálculo do custo total. A Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) confirmaram as irregularidades e alertaram que a falta de clareza poderia resultar em paralisação das obras, superfaturamento e aditivos durante a execução. “Agora nós temos todo o tempo do mundo para reavaliar o

traçado do ônibus expresso”, declarou o prefeito, numa demonstração de catimba digna de Garrincha, justamente no dia em que completou 100 dias de governo.

Alcebíades Cavalcante, professor aposentado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e membro do Movimento Educar para a Cidadania, opina que os projetos do BRT e do Monotrilho são “megalomaníacos, produtos do desequilíbrio de governantes que desqualificam a ciência e embarcam em propostas de resultados sociais altamente questionáveis e inexpressivos diante da gravidade dos problemas básicos na área da educação, saúde e saneamento”.

No maior Estado da federação brasileira, com 1,5 milhão de quilômetros quadrados, cujo território é maior que a soma de França, Espanha, Suécia e Grécia, os problemas são também gigantescos. A ausência do poder público no interior deixa a descoberto o setor de saúde. Os recursos financeiros destina-



Saneamento, ainda um problema gravíssimo

dos à Secretaria Estadual de Saúde (Susam) representam pouco mais de 15% dos quase R\$ 13 bilhões do orçamento estadual. Mas apenas 12 dos 62 municípios contam com hospital e equipe básica de atendimento, com médicos, especialistas e enfermeiros.

A população do Estado, segundo o IBGE, é de 3,4 milhões de habitantes, dos quais 1,8 milhão vivem na capital; 2,1 milhões quando considerado o total da região metropolitana, o que representa mais de 60% do contingente populacional amazonense. A concentração demográfica foi gerada pela Zona Franca de Manaus (ZFM), um polo industrial criado em 1967 pelo regime militar, que concentra hoje 600 empresas incentivadas.

A Consultoria Legislativa do Senado Federal publicou, em abril de 2013, o estudo “Zona Franca de Manaus: Desafios e Vulnerabilidades”, que aponta contradições entre os amplos benefícios tributários concedidos à ZFM e os seus efeitos. Seu autor, Ricardo



Maris Sanne



Nova área de urbanização, na entrada do bairro São Jorge

Nunes de Miranda, identificou alta rotatividade da força de trabalho no polo industrial de Manaus, que empregava 111 mil trabalhadores em 2011. O índice encontrado em 2010, para um contingente de 104 mil trabalhadores, foi de 35%, muito próximo da média nacional, de 37%. “O esperado seria que os empregos gerados tivessem certo grau de estabilidade, pois se trata de um conjunto de atividades industriais incentivadas intensamente e com uma reserva de mercado que as protege da competição”, observa Miranda.

Outro aspecto investigado por ele foi a massa salarial. Ao debruçar-se sobre os dados referentes à remuneração dos operários da ZFM em 2011, o autor constatou que “os benefícios fiscais (cerca de R\$ 17 bilhões) não se traduziram em elevada massa salarial — que, incluindo salários, encargos e benefícios sociais, não atingiu R\$ 4,5 bilhões, ante um faturamento de quase R\$ 70 bilhões”. Mais ainda: “Entre 2006 e 2011, a massa salarial

não chegou a atingir, em média, 6% do faturamento”.

Miranda também pesquisou diferentes aspectos das isenções tributárias, mostrando que grande parte dos recursos que beneficiam a ZFM são diretamente transferidos de outros municípios do Amazonas e, principalmente, de outros Estados. A maior parte, ou 56% dos benefícios fiscais, diz respeito ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Segundo o autor, 32,5% dos benefícios tributários concedidos à ZFM “não são custeados pelo governo federal, sendo, de fato, uma transferência dos governos estaduais e dos municípios (inclusive os do Amazonas) mediante a diminuição dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e Municípios (FPM)”, bem como dos fundos constitucionais de financiamento do Norte (FNO), Centro-Oeste (FCO) e Nordeste (FNE) e da parcela de 10% da arrecadação do IPI distribuída aos governos estaduais

segundo o volume de exportações de cada Estado.

*Enquanto a economia do AM permanece dependente de um modelo concentrador de capital e de favores fiscais, o déficit habitacional da capital cresce de ano a ano, com a chegada de migrantes do interior e de Estados próximos. Segundo a PNAD de 2009, o déficit de moradias em Manaus chega a 93 mil*

Embora ainda defenda o modelo industrial da Zona Franca, o deputado estadual Luiz Castro (PPS) pondera que é necessário buscar uma alternativa sustentável

com base no desenvolvimento da agroecologia e do potencial biotecnológico da região, o que implica investir em pesquisas, ciência e tecnologia. “O plano também deve garantir que as políticas públicas sociais se aproximem mais das populações dos municípios distantes do interior”, explica.

Ao mesmo tempo em que a economia do Amazonas permanece dependente de um modelo concentrador de capital e de favores fiscais, o déficit habitacional da capital cresce de ano para ano, com a chegada de migrantes do interior do Estado (e de outros Estados mais próximos), em busca do sonhado emprego na ZFM. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2009, o déficit em Manaus é de 93.655 moradias.

Sem ter onde morar, as famílias que se deslocaram para Manaus, nas últimas quatro décadas, foram se amontoando nas margens dos 148 igarapés, os rios de pequeno curso que cortam a cidade. Construíram suas moradias sobre as águas, as palafitas, às quais os rios servem como esgoto e lixeira. Somente em 2006 teve início um programa de saneamento básico e reurbanização da zona sul da capital, a mais densamente ocupada pela população pobre. Os números impressionam. Por meio do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim) o governo estadual já investiu US\$ 930 milhões, beneficiando quase 70 mil pessoas; construiu cerca de 130 quilômetros de esgoto; construiu pontes e novas vias



**Obras do Prosamim no bairro São Jorge: aparências enganam?**

nos 15 bairros que fazem parte das primeiras etapas do programa, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Apesar desses aparentes avanços, o Instituto Amazônico da Cidadania (IACI) ingressou com uma representação junto ao Ministério Público Federal pedindo a apuração de possíveis danos ambientais nos igarapés alvos da intervenção do governo estadual. O MPF acatou e abriu um inqué-

rito civil público para investigar a falta de medidas para recuperação da mata ciliar e a denúncia de que o Prosamim teria se limitado a aterrar, canalizar, cimentar o leito e as margens, e construir algumas moradias. Hamilton Leão, presidente do IACI, sustenta que após a conclusão do trabalho de recuperação os igarapés continuam verdadeiros esgotos a céu aberto. Acrescenta que os trabalhos de dragagem deveriam começar pe-



Morador do bairro São José: casa marcada para remoção

las nascentes e não pela foz dos igarapés, pois no período de chuvas os alagamentos são constantes nas áreas antecedentes.

***As obras do Prosamim, programa de saneamento financiado pelo BID, reduziram a largura dos igarapés para 15 metros ou menos, insuficiente para dar vazão à água das chuvas durante as cheias dos rios Amazonas e Negro, explica Hamilton Leão, presidente do Instituto Amazônico da Cidadania (IACI)***

O IACI quer evitar que se repitam os mesmos erros na execução

dos trabalhos de saneamento da Baía do Igarapé São Raimundo, a terceira etapa do projeto. A largura dos igarapés, que originalmente era de 50 metros, foi reduzida para 10 metros ou 15 metros, insuficientes para dar vazão ao volume de água da chuva e no período das cheias dos rios Amazonas e Negro, explica Leão.

O arquiteto e professor Jaime Kuck, presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), considera que os cartolas estão sendo desleais com a turma da arquibancada. A ação do poder público visa “promover um saneamento social e da paisagem, nas áreas mais centrais da cidade, com a retirada da população das margens dos igarapés”. Ele diz ainda que, para os gestores públicos, a presença das palafitas “não é uma imagem interessante numa área tão visível da cidade, como na baía do igarapé São Raimundo”.

As opções do Prosamim para resolver o problema da moradia são garantir uma habitação, do ti-

po apartamento, em área próxima daquela em que a pessoa morava. A outra é oferecer uma carta de crédito no valor de R\$ 20 mil a cada morador de palafita. Isso acaba empurrando a família para outra área mais distante e, provavelmente, alagada. O problema apenas se transfere de uma área para outra.

Kuck traça um panorama crítico do mercado imobiliário em Manaus. É inexpressivo o investimento para oferta de unidades habitacionais para a população de baixa renda. E o mercado formal avança em direção às áreas já urbanizadas da cidade. Para a alta renda o mercado está aquecido em Manaus, por conta de um segmento do capital especulativo que investe em imóveis.

A pressão por moradia se agrava ainda mais quando a Prefeitura anuncia obras de infraestrutura urbana que implicam o remanejamento de residências em espaços consolidados há décadas. Como foi o caso do anunciado projeto do BRT, que pretende implantar um corredor com 22 quilômetros de extensão, ligando 20 estações e três terminais de integração entre as zonas norte, leste e o centro de Manaus.

Mais de 900 casas foram marcadas para serem retiradas a fim de dar passagem à linha expressa. A maioria das famílias se pergunta para onde irá e os gestores públicos não têm respostas. As principais preocupações: como será feita a retirada dos moradores, como serão feitas as desapropriações e se os valores serão suficientes para a compra de uma nova casa, pelo menos no mesmo bairro.

*João Santos conta que foi surpreendido com a chegada, em agosto de 2009, de carro da Prefeitura e funcionários, que picharam a porta da sua casa com os dizeres “BRT 57”. A família Santos recebeu mais tarde a explicação de que, desde então, o imóvel não poderia sofrer qualquer alteração física*



João Santos e a esposa Raimunda Mota

João Souza dos Santos, 70 anos, e a mulher, Raimunda Mota dos Santos, 63 anos, subiram o rio Amazonas, saindo do município de Oriximiná, no Pará, há mais de 20 anos, para Manaus. A família foi em busca de tratamento para um de seus seis filhos. Mestre de obras, João construiu muitas casas para outras pessoas, mas só após conseguir um terreno no bairro São José I, na zona leste, há 17 anos, começou a construir a sua própria moradia.

Os nove compartimentos foram sendo levantados aos poucos, em alvenaria, numa área de 20 metros de comprimento por 5 metros de largura. Nem todos os cômodos estão rebocados, mas a rua ganhou asfalto e o imóvel valeria em torno de R\$ 300 mil, na avaliação do operário, que hoje está aposentado e vive com um salário mínimo.

Santos conta também que foi surpreendido com a chegada, em agosto de 2009, de um carro da Pre-

feitura e alguns funcionários, que picharam a porta da sua casa com a inscrição “BRT 57”, que é o número da Rua do Careiro, onde mora. Mas somente dois anos depois foi convocado para uma reunião com assistentes sociais da Prefeitura, na zona sul, bem distante da zona leste.

A única explicação que a família Santos recebeu foi de que, da data em que a casa foi marcada em diante, o imóvel não poderia mais sofrer qualquer alteração física. Nada mais. Nenhum documento ou qualquer referência sobre o valor de desapropriação do imóvel os moradores receberam. Impaciente e angustiado está João Timóteo da Silva, técnico em eletrônica, três filhos, seis netos e três bisnetos. Ele mora na casa 73 da mesma Rua do Careiro, há 29 anos. Até adoeceu de depressão enquanto aguarda a decisão da Prefeitura.

Quem também está na mesma rua, há 31 anos, é Antônio Santos Nogueira, que considera frustrante não poder fazer qualquer reforma em sua própria casa, segundo o co-



João Timóteo e os netos

municado verbal da Prefeitura. “Nos meus planos só deixaria esta casa para o cemitério”, diz o pequeno empresário que vende café da manhã, de forma ambulante. Todas as lojas da feira do bairro estão marcadas. A Escola Municipal Júlia Bajona já foi demolida, em 2011, para dar lugar a um terminal de integração. Francisco das Chagas Fontenele, 60 anos, morador do bairro São José há 30, relata que as crianças foram remanejadas para outras escolas mais distantes.

Enquanto os gestores públicos, responsáveis pelo planejamento urbano, sentem-se no direito de anunciar e retardar a seu bel prazer o início de obras que afetam a vida do cidadão comum, projetos de discutível eficácia são executados e deixam um rastro de suspeitas sobre os seus reais objetivos. Foi o caso da “Praia Perene da Ponta Negra”.

O então prefeito Amazonino Mendes (PTB), aliado de Arthur Virgílio, decidiu implantar uma praia artificial na região da Ponta Negra, na zona oeste da cidade, on-



Antonio Nogueira e sua esposa

***O investimento total na praia artificial da Ponta Negra e no seu entorno foi de R\$ 29 milhões. Mas a morte de vários banhistas — tragados pela areia — causou sucessivas interdições da praia e exigiu o reforço do aterro e adoção de medidas de segurança. Então surgiram os jacarés***

de já existe uma praia natural, que surge assim que baixam as águas do rio Negro, a partir de setembro de cada ano. Como a Copa do Mundo se realiza em junho, o visitante não veria a praia, o que levou Amazoniño a inventar sua “Praia Perene”.

O investimento total com a praia artificial e seu entorno foi de R\$ 29

milhões e inclui calçadão, mirante e edifício-garagem. O aterro, que consiste de areia misturada com argila, foi transportado por balsas, do rio Solimões à Ponta Negra. Até junho de 2012 foram colocados no local 980 mil metros cúbicos de areia. O local aterrado mede 40 metros de largura por 400 metros de extensão. Mas a partir de setembro começaram os problemas. Alguns banhistas foram tragados pela areia e a praia foi interditada. Reaberta poucos dias depois, voltou a ser proibida em outubro.

O Ministério Público Estadual (MPE) entrou em ação e pediu a interdição da praia, novamente, em novembro de 2012, após a morte de 14 pessoas. Foram adicionados mais 1,5 mil metros cúbicos de areia. Um laudo técnico do Serviço Geológico do Brasil, órgão do Ministério das Minas e Energia, apontou que existiam “desníveis abruptos e depressões” que variavam de seis a dez metros de profundidade. E recomendou um monitoramento na área aterrada até 2014.

Somente em 10 de abril de 2013 a praia foi novamente liberada ao público, após a assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta entre a Prefeitura e o MPE. Mas o banhista passou a ter hora marcada para sair das águas do rio Negro. Ninguém pode permanecer após as 17 horas, quando uma sirene anuncia o toque de recolher. Boias de sinalização foram instaladas e o Corpo de Bombeiros faz o patrulhamento usando motos, *jet skis*, lanchas e cadeirões.

Mas, para surpresa de todos, novos problemas surgiram. Três jacarés apareceram e no dia 28 de abril e a praia foi novamente interditada. Um animal de dois metros de comprimento foi capturado pela Polícia Ambiental e muita gente ficou assustada. O biólogo Ronis da Silveira, da UFAM, explica que a área aterrada é rota de jacarés no período da cheia do rio. Novos répteis foram avistados nos dias 1º e 3 de maio e o prefeito anunciou que uma alternativa seria o uso de redes para impedir a passagem dos jacarés. Até o momento, a natureza ganha o jogo de goleada.

# NA USP, TEATRO FOI PALCO DE RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR

Eduardo Campos Lima  
Jornalista

Victor Knoll/Acervo Flávio Império/Sociedade Cultural Flávio Império



TUSP encena Os Fuzis de Dona Tereza

*Juntos, estudantes e artistas construíram no Brasil, até o fim dos anos 1960, uma forte cultura de esquerda. No teatro, destacaram-se coletivos como Teatro de Arena e Grupo Opinião. A USP tornou-se espaço de resistência cultural: surgiram o TUSP (1966), dedicado às peças de Brecht; o Teatro Novo (1968), que optou pelo “Teatro do Absurdo” de Arrabal; os coletivos de “Teatro-Jornal” (1970), inspirados em Boal e apoiados no Arena; grupos na Medicina, Poli, EESC, Direito. Entre os participantes, Heleny Guariba, Cláudia Alencar, Antonio Petrin (todos da EAD), Paulo José...*



Victor Knoll/Acervo Flávio Império/SCF

André Gouveia, Sérgio Mindlin, Bety Chachamovitz e Cida Previatti em *Os Fuzis de Dona Tereza*, no Teatro Ruth Escobar, em 1968

O golpe militar de 1964 disparou um processo de dura repressão aos movimentos operário e camponês, com intervenção em sindicatos, prisão de líderes dos trabalhadores e desarticulação política geral. Naquela conjuntura, os estudantes passaram a desempenhar papel fundamental de resistência. Juntos, estudantes e artistas construíram, até o fim da década de 1960, uma forte cultura de esquerda — em que o teatro foi um dos polos fortes, com o trabalho de coletivos como o Teatro de Arena e o Grupo Opinião. Um dos espaços de intensa e produtiva convergência artística e estudantil foi a Universidade de São Paulo, onde grupos de teatro se constituíram em diversas unidades.

Os diferentes coletivos de teatro da USP funcionaram como instância para criação artística, formação política e militância, sofrendo as limitações impostas pela repressão e acompanhando, muitas vezes, o movimento histórico da esquerda rumo

a diferentes frentes de atuação na sociedade. O grande divisor de águas no movimento teatral da universidade foi o Ato Institucional número 5, imposto em dezembro de 1968. Até o AI-5, os grupos tinham mais liberdade para atuar e, eventualmente, contavam com algum tipo de apoio institucional. O endurecimento da repressão levou diversos coletivos a desaparecer, ao passo que outros radicalizaram suas perspectivas de trabalho. A derrota da guerrilha como proposta política acarretou, em meados da década de 1970, um novo movimento estudantil e cultural.

Um dos primeiros coletivos a surgir com a perspectiva de fazer teatro de resistência foi o Teatro dos Universitários de São Paulo (TUSP). O grupo se formou em 1966, durante a viagem de uma turma de estudantes à Aldeia de Arcozelo, em Paty do Alferes (RJ), onde o diplomata e teatrólogo Paschoal Carlos Magno organizava um festival de teatro.

Muitos estudantes de Arquite-

tura integravam o TUSP, mas havia também alunos de outros cursos, como Iara Iavelberg, do Instituto de Psicologia (*vide p.61*). Desde o princípio, animou o coletivo a possibilidade de desempenhar um trabalho ligado à obra e ao pensamento do dramaturgo e encenador alemão Bertolt Brecht, e o TUSP acabou montando ou ensaiando apenas peças dele. A primeira, dirigida por Paulo José, à época integrante do Teatro de Arena de São Paulo, foi *A Exceção e a Regra*, em que se esmiúça o papel da Justiça como esteio da opressão sobre os trabalhadores.

O público eleito pelo coletivo para essa primeira montagem foi o operariado, de modo que dezenas de apresentações foram feitas em sindicatos e associações. Roberto Schwarz, um interlocutor muito próximo do grupo (colaborava com traduções e adaptações dos textos de Brecht), lembra-se de uma delas, feita para operários que ocupavam uma fábrica em Pe-

rus. “Após a encenação, foi aberta a discussão. Cheios de dedos, tentávamos explicar que a Justiça tem um componente de classe, até que um dos trabalhadores disse: ‘Vocês estão tentando explicar que a Justiça é de classe? Isso nós estamos cansados de saber’. Achávamos que estávamos trazendo a maior novidade”, conta Schwarz, que posteriormente se notabilizaria como um de nossos maiores críticos literários.

Era novo, de fato, que um grupo conseguisse mobilizar estudantes, artistas e intelectuais para discutir os textos e as formulações brechtianas a respeito do teatro épico — forma que procura apresentar os mecanismos de “funcionamento” da sociedade e promover reflexão sobre eles. A diretora e professora da Escola de Arte Dramática (EAD) Heleny Guariba, o teatrólogo Augusto Boal e o crítico e também professor da EAD Anatol Rosenfeld participaram desses debates.

Paulo José deixou o TUSP após a montagem, passando o bastão para o arquiteto e cenógrafo Flávio Império, que dirigiu a montagem seguinte, *Os Fuzis da Senhora Carrar*, apresentada em palcos convencionais. Entre os que assistiram à peça estava o ator e encenador Celso Frateschi, diretor do atual TUSP, criado em 1976 por iniciativa da Reitoria. “Era uma montagem bem piscatoriana, grandiosa, com muita gente em cena”, descreve, fazendo referência ao diretor alemão Erwin Piscator, proponente de um teatro assumidamente político e mobilizador.

A peça, que trata da necessidade de tomar posição na luta contra o fascismo, foi estendida, com uma porção final que fazia menção ao Brasil. “Incluímos uma gravação que fazia referência à morte do estudante Edson Luís. Por isso, passamos a intitular a peça *Os Fuzis de Dona Tereza*”, explica a engenheira de sistemas Bety Chachamovitz, uma das fundadoras do antigo TUSP. “No fim, entrávamos todas com a mesma indumentária de senhora Carrar e repetíamos o mesmo texto muito perto do público, de forma a quase intimidá-lo a tomar uma posição”, detalha Marina Heck, hoje professora da Fundação Getúlio Vargas.

***O Teatro Novo, grupo formado por moradores do Crusp, optou por encenar peças de Ionesco e Arrabal, autores do Teatro do Absurdo. A invasão do Crusp pelas Forças Armadas, em 1968, tirou-lhes os lugares de ensaio e dispersou seus atores, inviabilizando o TN***

Também estudavam Brecht os participantes do Teatro Novo do Conjunto Residencial da USP (Crusp), o TN, formado em 1968



Bety Chachamovitz

Daniel Garcia



Celso Frateschi

pela Associação de Universitários Rafael Kauan (Aurk). Mas, por sugestão do argentino Miguel Angel Fernandez, que assumiu a direção, o grupo acabou enveredando pela trilha do Teatro do Absurdo, encenando as peças *A Bicicleta do Condenado*, de Fernando Arrabal, e *Vítimas do Dever*, de Eugène Ionesco.

No lugar do ataque direto às questões sociais e políticas, o co-



letivo lançava mão de metáforas, subentendidos e alegorias. “Ou seja, ferramentas semânticas utilizadas quando a prudência indica ser necessário driblar proibições que ameaçam a saúde de quem as desobedece”, define Fernandez, que hoje é escritor e roteirista. Essa perspectiva estética por vezes gerava divergências. “A maioria dos nossos colegas do movimento estudantil nos considerava alienados, não compreendia nossa radical oposição”, avalia Wojciech Kulesza, que em 1976 se tornaria professor da Universidade Federal da Paraíba.

A estranheza gerada pelas inusitadas montagens do TN muitas vezes funcionava como gancho para o debate entre a trupe e o público, realizado sempre ao fim da apresentação, conforme lembra Marísia Buitoni, hoje professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. “Era um momento em que estávamos mudos, então tínhamos que gritar esse absurdo”, argumenta.

O diretor Fernandez e seu com-

patriota Luiz González, produtor e contra-regra do coletivo, eram os únicos integrantes que tinham experiência prévia na atividade teatral. Os membros do TN tinham que cumprir uma rotina de ensaios e laboratórios por vezes exaustiva. Os ensaios eram feitos no Restaurante Universitário, onde funcionava o centro de vivência após as 20 horas.

O TN mantinha intercâmbio intenso com teatros profissionais, que auxiliavam os jovens agitadores culturais cedendo salas de ensaio e figurinos. “Retribuíamos divulgando seus espetáculos na Universidade”, afirma Kulesza. Por vezes, a retribuição envolvia maiores riscos. Em uma ocasião, o coletivo fez a segurança do Theatro São Pedro, onde era apresentada a peça *Roda Viva*, cujo elenco sofrera ataque do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) em uma apresentação anterior.

O TN chegou a receber subvenção da Reitoria para participar de um festival de teatro em Ouro Preto. Mas não podia dispor de

muitos recursos, de modo que os direitos autorais da peça de Arrabal não foram recolhidos à Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT). A estreia realizada na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, naquele momento ocupada por outras entidades, acabou proibida pela justiça. “Claro que, no clima da época, fizemos a estreia assim mesmo, com todo apoio dos meios teatrais”, conta Kulesza. A apresentação foi inteiramente acompanhada pela polícia e ocorreu na penumbra, porque quase todas as luzes do teatro foram desligadas, em represália. Terminado o espetáculo, o elenco foi passear na praia do Flamengo — onde a polícia o deteve e o levou para prestar depoimento.

O recrudescimento da repressão, no fim de 1968, colocou fim ao TUSP e ao TN. Com o decreto do AI-5, o trabalho político pretendido pelo TUSP tornou-se inviável. “Em 1969 a repressão era grande e algumas pessoas do grupo já esta-

vam na mira da polícia”, conta Bety Chachamovitz. Quando o coletivo foi convidado a participar do Festival Mundial de Teatro Universitário de Nancy, na França, houve uma discussão quanto à justeza de representar o Brasil naquele momento. Por fim, o TUSP aceitou as passagens cedidas pelo governador de São Paulo, Abreu Sodré, por intermédio de Augusto Boal, e foi para o festival como viagem de despedida. No retorno, o grupo se dispersou.

O golpe que arruinaria o TN foi dado quatro dias após o AI-5, quando tropas do Exército invadiram o Crusp e detiveram seus moradores. “Acordamos com armamentos apontados para nós”, lembra Marísia. Com o fechamento do Crusp, as reuniões do coletivo eram prejudicadas por não haver mais onde ensaiar e por se tornar difícil reunir os membros do grupo, que foram morar em diferentes regiões da cidade. “A ação era para desmobilizar todo mundo, mas ainda resistimos por um ano”, explica Marísia. Os ensaios passaram a ser feitos no teatro Ruth Escobar, que cedeu uma sala para o TN, e depois na biblioteca Anne Frank. Mas as dificuldades crescentes levaram ao fim do grupo, ainda em 1969. “Resistimos, mas a vida cobrava a gente — como fazer para pagar o aluguel?”

O endurecimento do regime não apenas fechava os canais de apoio institucional a grupos de teatro, como colocava na clandestinidade aqueles que tinham perspectivas mais avançadas de atuação política. “Quando entrei na Geologia, em 1969, o contexto teatral era zero. Como a repressão política era muito forte, ninguém queria



Fotos: Acervo TN

Dácio de Castro, W. Kulesza, Helcio Cremonese, Álvaro X. de Carvalho

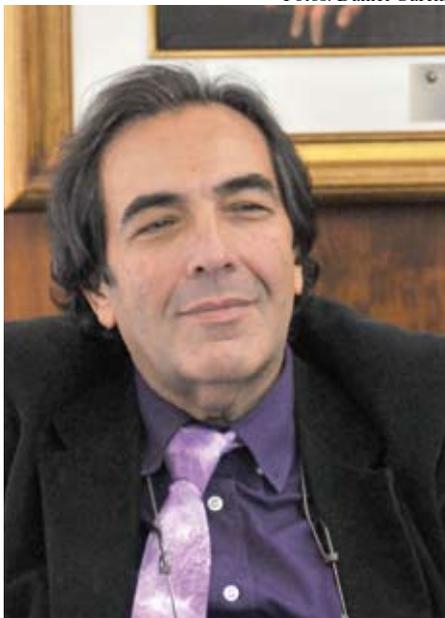


Álvaro Ximenes de Carvalho e Wojciech Kulesza



A turma do TN: Rubens Krakauer, Engles Seriti, Miguel Fernandez (sentado), Marisia Buitoni; na segunda fila, Victor Feroni, W. Kulesza, Dácio de Castro e outros não identificados

Fotos: Daniel Garcia



Adriano Diogo



Denise del Vecchio

***O Teatro-Jornal rompeu a censura e mostrou notícias de jornal e episódios da luta estudantil. Como a resistência armada ao regime, o “agitprop” precisava ser clandestino. A repressão desmobilizou o Teatro-Jornal e as organizações de esquerda na USP***

nem exibir filmes na faculdade”, relata Adriano Diogo, que mais tarde ingressaria no grupo guerrilheiro Ação Libertadora Nacional (ALN).

Da mesma forma que muitos estudantes de ensino médio e universitários, Diogo era frequentador assíduo do Teatro de Arena. Naquele momento, constituía-se em tal teatro

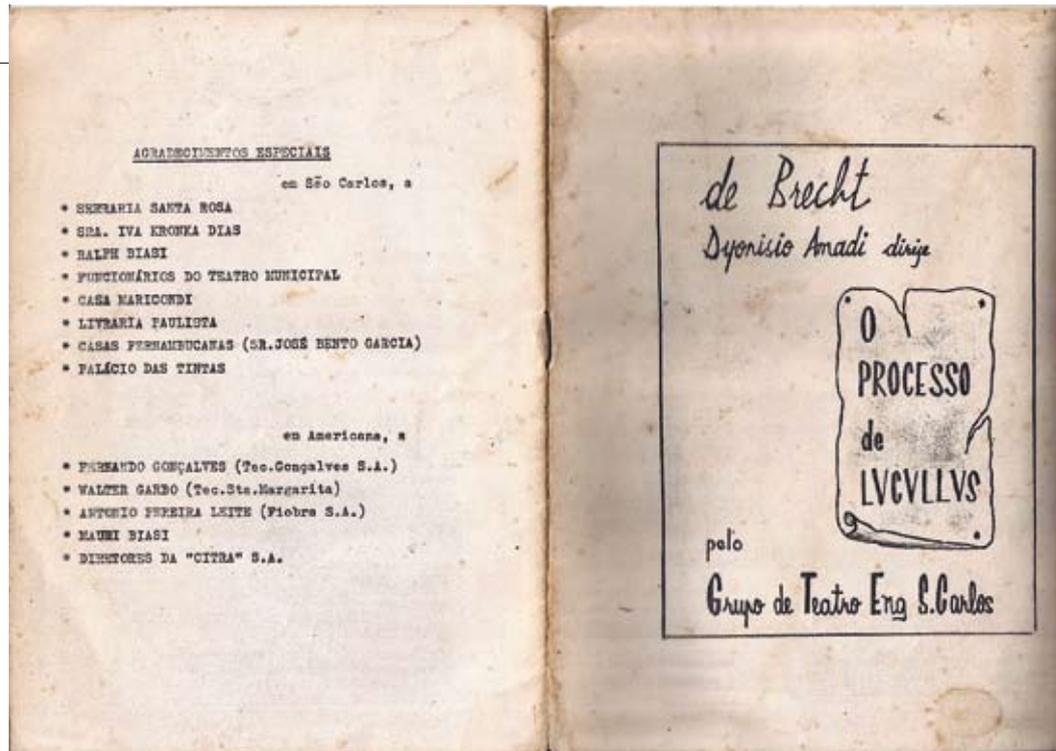
um núcleo experimental formado por jovens artistas que procuravam desenvolver, por indicação de Augusto Boal, formas de teatralizar notícias de jornal. Sistematizadas em nove técnicas por Boal, as descobertas do núcleo resultaram na peça *Teatro Jornal - Primeira Edição*, bem como na metodologia do teatro-jornal, que se disseminaria rapidamente pela USP.

A ideia era chocar os conteúdos das notícias uns com os outros e com a realidade social, de modo a estimular reflexão e crítica, denunciar o regime militar e incentivar a mobilização. Diogo foi um dos primeiros universitários a travar contato com os artistas do Arena, formando um núcleo inicial de teatro-jornal com seus colegas de curso. Os artistas passaram a desenvolver um trabalho frequente na Universidade. “Fazíamos exercícios de improvisação, às vezes não com notícias publicadas na imprensa, mas com fatos do interesse dos próprios estudantes”, recorda a atriz Denise Del Vecchio.

O núcleo da Geologia fez uma montagem composta por episódios relacionados à Transamazônica, ao fim da estabilidade no emprego com a instituição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e ao assassinato do militante de esquerda Olavo Hanssen. Ao mesmo tempo, os estudantes começaram a ramificar a experiência.

A convite da atriz Cláudia Alencar, à época aluna da EAD, o coletivo passou a ocupar uma sala de ensaios da escola. “Ela montou uma escolinha de teatro-jornal para nós. Ensaivávamos todos os dias, na hora do almoço”, narra Diogo. Desse centro de difusão participavam estudantes das diversas unidades de ensino da USP, agrupados num único coletivo de teatro-jornal, e, ao mesmo tempo, distribuídos em coletivos autônomos. “Houve grupos na Medicina, na Geografia, nas Ciências Sociais, na Psicologia. Às vezes um núcleo se formava, fazia uma peça, e logo depois já voltava sua atenção à reorganização do centro acadêmico”, lembra Celso Frateschi, um dos componentes do núcleo inicial do Teatro de Arena.

Uma das encenações feitas pelo coletivo de Teatro-Jornal da USP partia das notícias sobre a caçada do Esquadrão da Morte a Guri, suspeito de ter assassinado um investigador. Na cena em que Guri deixa uma carta de despedida para sua mãe, todos os elementos envolvidos ganham um sentido duplo: o Esquadrão da Morte torna-se uma figuração da Operação Bandeirante (OBAN) e Guri representa os militantes da resistência que eram perseguidos pela Ditadura. “Não podíamos falar nem da guerrilha nem da OBAN, mas podíamos



José Antônio Lima e o programa de *O Processo de Lucullus*

falar do Esquadrão da Morte. Então fizemos essa referência”, descreve o médico José Antônio Lima, que atua hoje como pesquisador do movimento corporal humano.

Os praticantes do Teatro-Jornal situavam-se no campo político que apostava na resistência armada ao regime militar, embora nem todos integrassem organizações de esquerda. “Como esse trabalho chegou a reunir bastante gente, as pessoas foram presas. Fomos junto com elas”, explica Denise, que ficou detida com Frateschi por 15 dias. Diversos militantes do coletivo que tinham ligações com a ALN caíram nas mãos da repressão política em 1973, entre eles Adriano Diogo, hoje deputado estadual (PT-SP). A OBAN já havia sido substituída por outro órgão, o DOI-CODI, ou Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército. A perseguição implacável às organizações, naquele momento, impediu que

a experiência do Teatro-Jornal prosseguisse — mas, enquanto ela perdurou, serviu para fomentar a retomada da militância cultural na USP.

*Em São Carlos, o Centro Acadêmico perdeu o presidente, preso no Congresso da UNE em Ibiúna, e o vice, forçado a se afastar após ameaças. Mas a estrutura autônoma assegurou a encenação de peças políticas como o “Processo de Lucullus” e “A Mandrágora”*

Alguns núcleos de atuação cultural da Universidade conseguiram manter-se razoavelmente preserva-

dos nos anos mais duros do regime. Um deles foi o Centro Acadêmico Armando Salles de Oliveira (Caaso), da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC-USP), que havia formado o Grupo de Teatro Engenharia de São Carlos (GTESC). O Caaso contava com uma grande estrutura e tinha uma fonte de financiamento importante, seu curso pré-vestibular.

Em 1968, o GTESC contratou o diretor Dyonísio Amadi, formado pela EAD. “Quando ele chegou, perguntou para nós quem já havia feito teatro. Ninguém levantou a mão. Ele disse: ‘Estou perdido!’”, diverte-se Ricardo Martucci, à época vice-presidente de assuntos culturais do Caaso, atualmente professor aposentado da EESC. O empenho dos estudantes propiciou um aprendizado rápido, louvado pelo diretor em texto incluído no programa da primeira peça apresentada pelo grupo, *O Processo de Lucullus*, de Brecht.

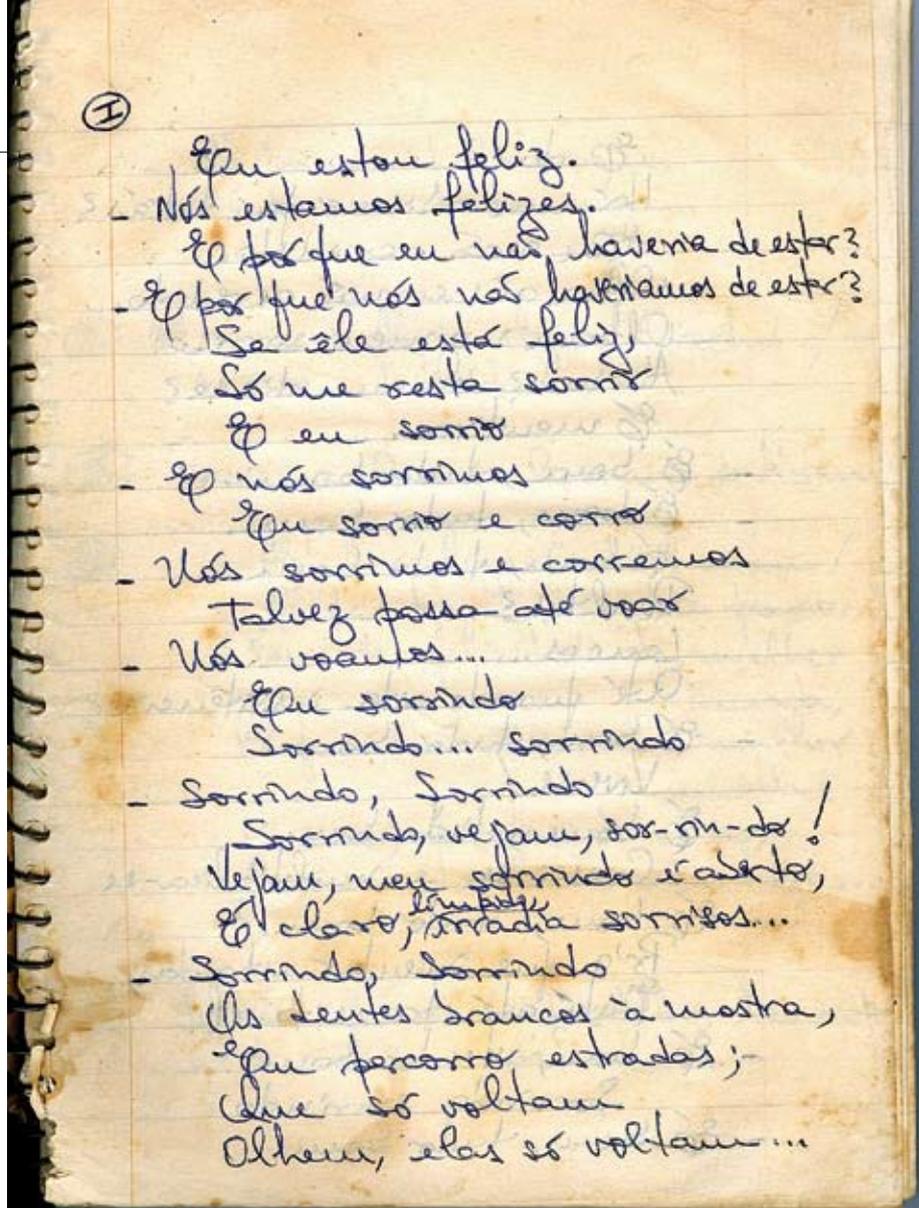


Gelson Reicher ainda garoto, numa das raras fotos que restaram à família; seu poema de 1969; e o retrato oficial



Não só em interpretação se formaram os estudantes de engenharia, que também desempenhavam funções técnicas, atuando como iluminadores e cenógrafos. “Nossos ensaios eram em praticáveis no próprio Caaso. Tínhamos que esperar o pessoal acabar de comer, porque nosso espaço era o restaurante”, recorda Martucci.

A montagem seguinte foi de *A Mandrágora*, de Maquiavel, peça que tivera uma encenação famosa, anos



antes, pelo Teatro de Arena. Martucci, que começou os ensaios desempenhando o papel do corrupto Frei Timóteo, teve de deixá-lo, por conta da baixa assiduidade nos ensaios. “Naquele momento, eu estava muito envolvido na política”, conta. O motivo é que Martucci havia assumido a presidência do centro acadêmico, pois Azael Rangel Camargo, o antigo presidente, havia sido preso no 30º Congresso da UNE, realizado clandestinamente em Ibiúna, e o vice-presidente, perseguido pela repressão, também se afastara. Apesar disso, a peça foi apresentada com êxito ao longo de 1969.

Além das encenações mais elaboradas, o GTESC empenhava-se

na criação do Show Engenharia, um dos momentos mais aguardados da Semana Universitária, realizada anualmente. Espécie de encenação de teatro de revista, o Show Engenharia satirizava fatos ocorridos ao longo do ano anterior. “Aproveitávamos para atingir o pessoal de direita da cidade e do corpo docente. Era barra pesada! Mas era comédia, então a gente passava ileso”, define o professor.

Em 1970, a nova gestão do Caaso não quis mais arcar com a contratação de um diretor profissional e Amadi deixou o GTESC, colocando fim àquela fase. Mas o coletivo continuou seus trabalhos nos anos seguintes.

Fotos: Acervo GTP



Ary Perez, Ana Odila, Claude Breton e Mauro Kaon encenam "Galileu"



Mauro Kaon (alto) e Roberto Peixoto

**Com o agravamento da violência estatal, o grupo da Medicina radicalizou-se, fazendo teatro-jornal e montagens de esquetes e poemas políticos. O líder do coletivo, Gelson Reicher, militava na ALN e seria assassinado pelo regime em 1972**

Outro núcleo que conseguiu conservar sua produção cultural, chegando mesmo a radicalizar-se após o AI-5, foi o Grupo de Teatro Medicina (GTM), do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (Caoc). O GTM já existia havia alguns anos, tendo feito em 1968 uma montagem famosa de *Noite de Guerra no Museu do Prado*, de Rafael Alberti, sob direção do di-

retor italiano Alberto D'Aversa.

Em 1969, Gelson Reicher, diretor do Caoc e militante da ALN, encarregou-se da direção do GTM. A encenação dirigida por ele naquele ano era uma composição de vários esquetes e poemas que tratavam da realidade política mais ampla, mas também do universo dos ingressantes no curso de Medicina. Um dos poemas de Reicher, lido nessa apresentação, expõe o desassossego de um eu-lírico constringido a se declarar feliz: “*Revoltas?! Loucos.../ Até quando esta insistência?! — É bom, tudo bom./ Vive-se! — É bom, tudo bom./ Cresce-se e multiplica-se! — É bom, tudo bom./ Pra que inventar estradas, / Está até transitável. — É bom, tudo bom.*”

O Show do GTM, apresentado para os calouros, canalizava os esforços do coletivo ao longo do ano. Mas sua atuação ramificava-se em outras iniciativas, inclusive com representantes seus, como o próprio José Antônio Lima, no núcleo de Teatro-Jornal da USP. O GTM conseguia prosseguir com sua atuação política, em grande

parte, por causa da enorme estrutura do Caoc. “O centro acadêmico tinha um restaurante, uma gráfica que editava revista científica de *index* internacional, moradia de estudantes e outros espaços, cedidos em comodato. Até nisso a faculdade era reacionária: eles não tiravam essas coisas de nós, mesmo vendo o que fazíamos”, analisa Lima.

Reicher afastou-se do GTM em 1971, porque teve que passar à clandestinidade — e acabou assassinado em 1972. Lima assumiu a direção e a dramaturgia, inserindo pequenas peças de cerca de 40 minutos, que dividiam espaço com conjuntos de esquetes. Uma delas foi *O Circo*, montada em 1973, em que cada artista circense representava um segmento da política de repressão.

O intercâmbio com outros coletivos da Universidade era promovido não apenas pela articulação do teatro-jornal, mas também pelas noites de espetáculos organizadas pelo DCE Livre, no começo da década de 1970. “Tivemos também um apoio

Acervo GTP



Antonio Kandir em “Galileu”

Daniel Garcia



Ary Perez

muito grande do pessoal de teatro da época, como Sylvio Zilber, Augusto Boal e Ruth Escobar”, aponta Lima. Ele liderou o GTM até 1976, mais ou menos, com um intervalo em 1975, quando um grupo ligado à Liberdade e Luta (Libelu) convidou o diretor Joacir Castro para dirigir *Vereda da Salvação*, de Jorge Andrade.

***O grupo da Escola Politécnica atravessou diferentes etapas da política estudantil apoiando-se na “máquina de resistência” que era o Grêmio. Contribuiu para a organização de grandes shows na Cidade Universitária, abrindo novos horizontes. Criou o Teatro do Momento e montou peças como “Galileu”, de Brecht***

Também o Grupo de Teatro da Poli (GTP), ligado ao Grêmio Politécnico, conseguiu sobreviver à tormenta do AI-5. “O Grêmio era uma empresa, então não podia ser extinto. Tinha patrimônio: uma editora muito grande, o Cursinho Politécnico, a Casa do Politécnico com 80 apartamentos, a gráfica. Era uma máquina de resistência”, resume o engenheiro e artista plástico Ary Perez.

O GTP funcionava como um polo importante de formação e discussão política. Dele saíram vários presidentes do grêmio. “Não houve uma repressão direta ao grupo”, declara o engenheiro Roberto de Souza. Mas a perseguição ao movimento estudantil deixava marcas no trabalho da trupe. “Todo este clima gerava uma tensão permanente e, é claro, afetava o trabalho teatral”, recorda.

A cada ano, na época do trote, o GTP apresentava-se de sala em sala e encenava uma peça para os calouros. Entre 1969 e 1973, o coletivo fez montagens sobre a reforma

agrária, a história da música brasileira entre 1960 e 1970 (contada lado a lado com a história política) e a conjuntura do Brasil, que combinava as linguagens noticiosa, cômica e poética para abordar temas como a economia, a cultura e os mecanismos da censura. “Ao mesmo tempo, criamos pequenas peças que denominávamos de Teatro de Momento, abordando assuntos do cotidiano da Universidade”, conta Souza.

Paralelamente, integrantes do GTP e do Grêmio que compunham o comitê cultural da USP contribuíam com a organização de shows de música para o público universitário. “Houve apresentações de Mercedes Sosa, Milton Nascimento, Tarancón. Cansei de buscar o Adoniran Barbosa no Bixiga — o cachê dele era uma garrafa de Old Eight! Ele vinha de graça, sábado à tarde”, lembra Perez. Era um fenômeno novo na vida cultural da Universidade, que apontava para uma geração que não apostava mais na guerrilha e buscava construir uma atuação cultural de massas.

Em 1975, o GTP partiu da obra de Brecht e montou *Galileu*, com a orientação dos diretores peruanos Hugo Villavicencio e Lino Rojas, os quais alguns membros do grupo haviam conhecido em uma viagem. “Pegamos um teatro em construção na Mecânica. Só tinha a estrutura de concreto. Fechamos com lona e fizemos um cenário concretista. Tinha um público de 800 pessoas por noite”, conta Perez.

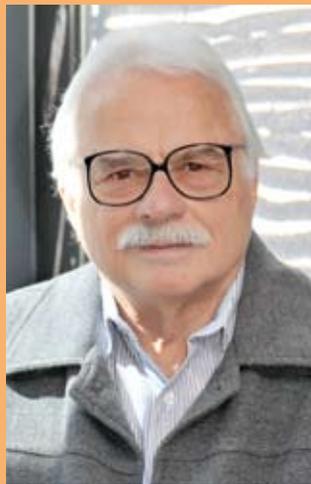
Em meados da década de 1970, a esquerda se reorganizava, após a desarticulação geral provocada pelo regime militar com suas matanças, torturas e prisões nos anos recentes. Em alguma medida, o foco deixava de

## TEATRO FORA DO CENTRO

Alguns artistas e coletivos iniciaram ainda na década de 1960 uma atuação fora dos centros de produção cultural e intelectual, antecipando em alguns anos o movimento que seria marcante nos anos 1970. Foi o caso do Teatro do Onze, ligado ao Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP. Após uma fase inicial de apresentações em teatros regulares, o grupo adquire caráter marcadamente popular, mudando de nome, em um momento seguinte, para Teatro Popular União e Olho Vivo, que continua ativo até hoje.

Outro núcleo voltado ao teatro fora do centro foi o Grupo Teatro da Cidade (GTC), formado por egressos da EAD em Santo André. Em 1967, Heleny Guariba, professora de dramaturgia na EAD, acabava de retornar de um estágio realizado na França com o teatrólogo Roger Planchon, que defendia um teatro descentralizado e popular. “Ela veio com essa formação e queria desenvolver a mesma experiência aqui. Quando ela soube que na EAD havia vários alunos de Santo André, ela nos procurou”, conta o ator Antonio Petrin, que à época fazia o último ano do curso de interpretação.

A turma de alunos de Santo André tinha vivência no teatro amador do ABC — alguns deles eram remanescentes do Centro Popular de Cultura de Santo André, iniciativa animada pelo diretor e dramaturgo Chico de Assis no começo da década de 1960. A eles se juntaram outros atores que não eram da cidade, como Antônio Natal e Sônia Braga.



Ulysses Guariba

Daniel Garcia

Heleny escolheu como primeira peça *Jorge Dandin*, de Molière. “Fiz a primeira tradução, que depois foi aprimorada durante os ensaios, com várias adaptações”, lembra Ulysses Telles Guariba Netto, professor de História da USP, à época casado com Heleny. A peça abordava as relações entre as diferentes classes sociais, por meio da história de um burguês traído por sua esposa aristocrata. A cenografia de Flávio Império foi um elemento importante da montagem, distribuindo em níveis cada segmento social. “Tinha um visual claro,

de fácil entendimento. O palco rebaixado era onde os trabalhadores ficavam”, descreve Petrin.

A primeira montagem do GTC teve grande êxito. “Foi assistida por 40 mil pessoas. Equipes foram formadas por amigos e entusiastas que percorriam sindicatos e escolas da região para organizar os espetáculos, com debates e muita participação do jovem público”, recorda o professor Guariba.

Encerrada a temporada da peça, o GTC não conseguiu dar continuidade aos trabalhos com Heleny. “Sem que a gente percebesse, a Heleny começou a voltar o foco para a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)”, lembra Petrin. Heleny foi presa em 1970 pela Operação Bandeirante (OBAN), sendo solta em 1971. Ainda pôde ver uma encenação do GTC, feita sem sua orientação. Foi para a clandestinidade logo depois, sendo assassinada em julho de 1971. O GTC existiu durante 10 anos, contribuindo para a promoção de outras iniciativas culturais no ABC.

ser o movimento estudantil e passava a ser o movimento popular. Egressos do GTP atuaram na formação do Grupo de Teatro da Vila Remo, na zona sul de São Paulo. Na mesma Vila Remo, e também em bairros da zona norte, participantes do GTM

fizeram oficinas de teatro com os moradores, eventualmente na companhia de Celso Frateschi. Adriano Diogo chegou a levar a metodologia do teatro-jornal para escolas da zona leste, onde lecionava. Esses reencontros encerravam o capítulo do teatro

universitário de resistência e abriam a história do teatro militante das periferias na década de 1970. Até o fim da década, surgiram ao menos 2.500 grupos amadores, Brasil a fora, muitos deles voltados principalmente para o fortalecimento das lutas populares.

# REVOLUÇÃO E PAIXÃO NA VIDA ADMIRÁVEL DE IARA IAVELBERG

Gabriela Moncau  
Jornalista

Arquivo de Samuel Iavelberg



*Ela gostava de lecionar, primeiro no cursinho do grêmio, e — depois de graduada — no próprio Instituto de Psicologia (IP-USP), como professora assistente. Aproximou-se do teatro, tornou-se entusiasta da emancipação feminina, ingressou na militância política. Engajou-se na oposição armada à Ditadura Militar, tendo atuado na Polop, VPR, VAR-Palmares e MR-8. Apaixonou-se pelo líder guerrilheiro Lamarca, numa das mais belas e trágicas histórias de amor da esquerda brasileira. Executada em 1971 na Bahia, pela repressão política, o regime inventou que fora “suicídio”*

Estava agachada, com arma na mão, em um banheiro do apartamento 202, vizinho do seu. Tinha planejado pular a muretinha que separava um do outro, naquele 20 de agosto de 1971, em pleno governo do general Médici. O edifício Santa Terezinha, na Pituba, em Salvador, estava cercado pela polícia, e Iara Iavelberg, guerrilheira do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), podia ouvir o coronel Luiz Arthur ao megafone, conclamando todos a se renderem. O apartamento 201 estava fumigado com bombas de gás lacrimogêneo e de lá saíram três dos militantes que moravam no aparelho, mais a empregada e duas crianças.

Os recém presos foram colocados na caminhonete do DOI-CODI e a polícia julgava ter terminado o trabalho por lá. Orientaram os moradores a voltarem aos apartamentos e abrirem as janelas, para liberar o gás. Um menino, José Arthur Bagatini, sobe então para onde morava, no 202, e quando abre o quarto de empregada, dá de cara com Iara. Ela pede silêncio.

“O menino fecha a porta e, de acordo com um documento interno da Polícia Federal a que tivemos acesso por meio do Arquivo Nacional de Brasília, não fala imediatamente para a polícia”, conta Flávio Frederico, diretor do documentário “*Em busca de Iara*”, em audiência sobre a militante, na Comissão da Verdade “Rubens Paiva”, da Assembleia Legislativa de São Paulo, realizada em março. “Ele ficou em dúvida sobre o que fazer. Contou para a mãe, que ficou apavorada e contou pa-

ra o tio, que conhecia alguém da polícia e avisou”, relata. Foi então que a polícia voltou ao prédio, e saiu de lá com Iara Iavelberg — identidade que só descobririam mais tarde, era uma das mais procuradas do país — morta, atingida por um tiro no peito.

Suicídio, segundo a versão oficial, ratificada por laudos médicos e documentos do Exército que desapareceram. O caixão, que só chegaria para a família em São Paulo um mês depois — retiveram a informação para que não atrapalhasse a captura de Carlos Lamarca, seu companheiro, em fuga no sertão baiano — veio lacrado.

*Simone de Beauvoir e Betty Friedan é que despertaram Iara para temas como a emancipação feminina e a liberdade sexual. “Tudo que fosse revolucionário, pode ter certeza de que a Iara ia se interessar. Era uma pessoa sempre à frente do seu tempo”, diz a amiga Maria Lucia*

Samuel Iavelberg, ou Melo, como era chamado desde pequeno pela irmã mais velha, estava exilado em Santiago quando a imprensa chilena o avisou da morte de Iara.

Nesse mesmo dia a notícia chegava aos pais David e Eva.

Tuta Magaldi, sua colega da Psicologia da USP, recebeu a notícia do pai, médico engajado. “Eu estava chegando da rua, de noite, e ele estava me esperando na porta. Disse: ‘Tenho uma notícia para você, bem ruim’”, recorda. Maria Lucia Carvalho, também no exílio chileno depois de prisão e tortura, tomava um chocolate quente num barzinho quando viu na televisão a foto de Lamarca e a notícia de que ele e sua melhor amiga estavam mortos.

Mariana Pamplona era ainda três meses de barriga de Rosa Iavelberg, irmã de Iara e a caçula de quatro irmãos. Roteirista do filme dirigido por Frederico que será lançado no início de 2014, Mariana explica que a ideia principal do longa é desvendar quais foram as reais circunstâncias da morte de sua tia. “Ouvia sua história desde pequena. Quando eu fiz 15 anos li na íntegra o diário que o Lamarca escreveu para ela no sertão da Bahia, o que me emocionou muito. Sempre tive a Iara muito forte dentro de mim, desde que me conheço por gente”, resume. “E sempre duvidamos da tese do suicídio”.

Nascida em 1944 numa abastada família judia do bairro do Ipiranga, em São Paulo, Iara Iavelberg estudou na Escola Israelita do Cambuci e se casou aos 16 anos com um médico, também judeu. “É, o casamento dela foi um... tropeço”, observa o irmão Samuel, com humor. A entrada no curso de Psicologia em 1963, na rua Maria Antônia, marcaria a mudança nos rumos de sua vida e o início do seu engajamento político.

Fotos: Daniel Garcia



Tuta Magaldi

Foi lá, logo no primeiro ano, que desenvolveria grande amizade com suas colegas de sala, Maria Lucia e Evelise. Sempre carregando uma caixa de lenços de papel por conta da incessante rinite, Iara descobriu na efervescência da Maria Antônia o interesse por teatro, a Cinemateca Brasileira na rua Sete de Abril, o Cine Bijou da praça Roosevelt, os temas relacionados à liberdade sexual, emancipação da mulher, os ousados artigos de Carmen da Silva, na *Revista Cláudia*.

Em *Iara, reportagem biográfica*, a jornalista Judith Patarra aponta que a entrada de Iara na faculdade abriu horizontes à família toda. “Converteu os irmãos menores à música erudita, Vivaldi primeiro. Introduziu-os aos filmes de arte. Levou Raul [irmão] ao teatro pela primeira vez; assistiram *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, no TUCA”, descreve. “Quando almoçava no Ipiranga escolhia temas polêmicos. ‘Por que não dormir com o namorado? Por que tem de casar virgem?’”



Maria Lúcia Carvalho

“Simone de Beauvoir acho que foi quem despertou Iara para essas questões. Também aquela estadunidense, Betty Friedan. Tudo que fosse revolucionário, pode ter certeza que a Iara ia se interessar. Era uma pessoa que estava sempre procurando coisas mais à frente do seu tempo, muito estudiosa”, caracteriza Maria Lucia, hoje funcionária pública aposentada.

***Não demorou para que o irmão Samuel Iavelberg começasse a se organizar na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop). “Eu e Iara éramos muito amigos e sempre militamos na mesma organização”, conta Samuca, repórter-fotográfico de renome***

A única recusa de Iara a fazer um trabalho acadêmico ocorreu na disciplina de Biologia, uma das poucas que tinha na Cidade Universitária, quando os alunos tiveram de dissecar um sapo vivo, anestesiado. “A violência e o sofrimento do animal horrorizaram-na. Abandonou a sala”, conta Judith.

Mas foi na Biologia que lhe chamou a atenção um colega que lia um livro, ignorando o professor. Cláudio Willer, poeta, fazia parte de um grupo de artistas plásticos surrealistas e circulava no meio da boemia literária. Tinha ganhado fama ao hostilizar o cronista Paulo Bonfim e os concretistas e distribuiria, na Bienal daquele ano, um necrológio anunciando a morte dos poetas Lindolf Bell, Hilda Hilst, Renata Pallotini e Ferreira Gullar, entre outros. Apresentou a Iara as ideias anarquistas e da geração *beat*.

Samuel, apenas um ano mais novo do que a irmã, tinha entrado em Física na mesma Maria Antônia e jogava futebol. A Associação Atlética da faculdade era dentro do grêmio. “Por conta disso eu comeci a descobrir as assembleias, a movimentação política dos estudantes”. Não demorou para que começasse a se organizar na Polop, ou Organização Revolucionária Marxista Política Operária. “Eu e Iara éramos muito amigos e sempre militamos na mesma organização”, expõe Samuca, como é conhecido por amigos e colegas o hoje jornalista e repórter-fotográfico de renome.

A primeira mobilização de que Iara participou foi no início de 1964, quando João Pinheiro Neto, da Superintendência da Reforma Agrária

do governo João Goulart, foi convidado a participar das “Conferências pela Paz” na Faculdade de Direito da USP. Alguns grupos conservadores o impediram de entrar, enquanto os organizadores do evento bradavam pela reforma agrária. O dia terminou com porradas, tiros e fogo no carro do convidado.

Foram poucos os da Faculdade de Filosofia que ficaram de fora da greve que a UNE convocou em seguida, junto com o Centro Acadêmico XI de Agosto, pela liberdade de expressão e contra a política do governador Adhemar de Barros. Consumado o golpe militar, a greve passou a ser geral e uma assembleia sob coordenação do então presidente do grêmio da Filosofia, Fuad Daher Saad, sob aplausos e lágrimas, votou pela ocupação da faculdade.

“Com o golpe em 1964, acho que o processo do nosso engajamento político se acelerou”, avalia Maria Lucia. “As organizações que existiam na época no movimento estudantil eram basicamente o Partido Comunista, a Polop e a Ação Popular. Por afinidade com algumas pessoas, a gente acabou se engajando na Polop. É engraçado, uma opção pessoal mesmo. Lembro de uma influência do Emir e do Eder Sader, mas não sei dizer se teve alguém em especial que foi determinante para essa escolha”, afirma.

Para Samuel, a vida de Iara na universidade era dupla. Por um lado a militância do movimento universitário, voltada também para as reivindicações da Psicologia: ela chegou a ser presidente do chamado Centrinho (Associação Universitária dos Estudantes de Psicolo-

gia), que hoje leva seu nome. “A gente queria uma participação dos estudantes nas decisões sobre a estrutura do curso. A respeito da categoria, havia uma discussão, ainda incipiente, sobre as internações violentíssimas a que eram submetidos os doentes mentais”, comenta Maria Lucia. As duas contribuíram na criação do Serviço de Atendimento Psicológico (SAP), voltado para pessoas pobres. Por outro lado, Iara envolvia-se nas atividades políticas da Polop, que incluíam grupos teóricos, venda de materiais e panfletagens na porta de fábricas como a da Ford, no Ipiranga.

***Tuta Magaldi, diretora da Divisão de Creches da USP, lembra que a amiga influenciou sua própria opção de vida “Discutíamos muito sobre educação, sempre foi um tema que me encantou e Iara colaborou bastante para que eu decidisse ficar nesse ramo”***

Por um tempo, Iara quis ser atriz e participava do grupo do TUSP. As primeiras leituras dramáticas foram Oswald de Andrade e Brecht. “Paulo José percebia que Iara julgava as peças pouco arrojadas. Não se concentrava e perdeu a chance de subir no palco”,



**Samuel Lavelberg**

conta Judith, referindo-se ao ator que dirigia o TUSP à época (*vide p.*). Trocava cartas com sua grande amiga, Heleny Guariba, que na época estava em Paris e contava que pretendia aplicar no Brasil o aprendizado na rede das Casas de Cultura francesas. Heleny voltaria para o Brasil em 1967, daria aulas de dramaturgia no Teatro de Arena e dirigiria o grupo “Teatro da Cidade”, em Santo André. Em 1969 começou a militar na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Assassinada pelo Exército, Heleny encontra-se desaparecida até os dias de hoje.

Vaidosa e com muitos namorados, por vezes Iara foi censurada na Polop. “Mais por machismo do que por moralismo”, interpreta Regina Sader, então estudante de Ciências Sociais que se casou com Eder Sader, citada no livro de Judith. “Gozadora, Iara não levava nada muito a sério, menos ainda os caretões da Polop. Se alguém fizesse sermão ela ironizava, sem ofender ou criar ani-



**Exumação dos restos mortais de Iara, em 2003**

mosidade. Numa boa. E a pessoa desistia, embaraçada”, completa em seguida Francisco Sales, o Chicão, companheiro de militância e futuro marido de Maria Lucia.

O primeiro ano de Tuta no curso de Psicologia da USP foi o último de Iara. Ainda aluna do cursinho do grêmio, Tuta a viu pela primeira vez, quando Iara, lecionando para os futuros colegas, andava e gesticulava sobre o tabladinho da sala: “Fiquei muito impressionada com ela desde essa época. Pensei: ‘que mulher porreta’”. “As aulas eram um sucesso. Ela falava sobre a liberação da mulher, sobre o que queria. Vinha gente que nem era do cursinho para assistir”, salienta Samuel.

“Quando eu entrei na faculdade em 1967, a Iara era amiga de um

moço chamado Elias da Rocha Barros, e ele me convidou para compor uma chapa do Centrinho de Psicologia. Quem estava na oposição era a Iara, então em setembro de 1967 nós ganhamos da chapa dela”, diz Tuta Magaldi. Ainda assim, tornaram-se muito próximas. “A gente fazia parte das mesmas células para ir às passeatas. Discutíamos muito sobre educação, sempre foi um tema que me encantou e acho que a Iara colaborou bastante para que eu decidisse ficar nesse ramo”, relembra Tuta, atualmente diretora da Divisão de Creches da USP.

Em 1968 Iara começou uma pós-graduação que não concluiria, junto com Maria Lucia, período em que também deu aulas no próprio Instituto de Psicologia da USP, de modo informal, como professora assisten-

te. “Se não tivesse acontecido o que aconteceu, hoje ela seria professora titular da USP, não tenho a menor dúvida. Era uma pessoa que gostava muito do mundo acadêmico, de dar aulas”, reflete Maria Lucia.

Em 1967, a Polop teve o primeiro racha, em um congresso na Praia Grande, litoral de São Paulo. Alguns queriam um enfrentamento imediato e significativo com o regime militar: o sucesso da Revolução Cubana em 1959, e posteriormente a guerrilha liderada por Che Guevara na Bolívia (que culminaria, porém, no assassinato do líder revolucionário), inspiraram parte do grupo, que optou pela luta armada. Iara estava entre os que se uniram aos remanescentes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) para constituir a VPR.

***Samuel conheceu Lamarca em uma ação da qual os dois foram encarregados. “Quando o vi, já reconheci, a cara dele aparecia estampada como procurado nos jornais. E ele me reconheceu como irmão da Iara. Nos cumprimentamos e bom, já acabou a segurança porque eu sei quem esse cara é”***

Clandestina, seu nome era Clara. Um dia, antes de uma viagem que faria ao Vale do Ribeira para treinamento militar e dar aulas de marxismo aos companheiros, Iara foi à casa de Tuta, para uma consulta médica com o pai desta. “Me lembro da gente conversando no sofá e ela me contou que estava com um grande amor. Me fez uma descrição muito bonita dele, ‘é um dirigente importante, um cara sério, interessante, muito amoroso, quero que você conheça ele um dia’”, rememora. “Diferente de tudo o que já tinha vivido”, classificou, “mas também era muito difícil, porque a cada despedida eles não sabiam se iam se encontrar de novo”.

Nesse dia, Tuta ficou encarregada de ir a um armazém na Avenida Duque de Caxias, em São Paulo, e comprar apetrechos para a viagem. “Comprei uma porção de coisas.

Cantil, coturno, bolsa de lona verde, e numa segunda vez que ela foi em casa eu entreguei tudo, foi a última vez que eu a vi”, relata.

A paixão entre Iara e o capitão carioca Lamarca, filho de um sapateiro e de uma dona de casa, começou em abril de 1969, dois meses depois que ele desertou do Exército, levando consigo 63 fuzis, três metralhadoras e toda a munição que podia carregar.

Samuel conheceu Lamarca em uma ação da qual os dois foram encarregados. “Quando o vi, já reconheci, a cara dele aparecia estampada como procurado nos jornais. E ele me reconheceu como irmão da Iara. Nos cumprimentamos e bom, já acabou a segurança porque eu sei quem esse cara é, mas enfim...” Depois de um tempo, Samuel foi incumbido de fazer a transferência de Lamarca para o Rio de Janeiro. Encontraram-se um dia antes, iriam em dois casais. “E a Iara estava lá, foi quando eu percebi que eles formavam um casal de verdade, não o falso que estávamos arranjando. Mais um erro de segurança”, conta.

Questionado quanto ao conhecimento dos pais da militância clandestina dos filhos, Samuel salienta que a mãe sim, sabia. “Eu participava muito do movimento estudantil. Quando fomos para a VPR, tive que fazer a cena de que tinha parado de militar. Falava que tinha me desiludido, minha mãe não acreditava”. A desconfiança de dona Eva se confirmou quando viu que um hospital militar em Cambuci havia sido atacado por um grupo revolucionário e, em seguida, encontrou um capacete militar no quarto do filho. “Eles



**Carlos Lamarca**

achavam interessante judeus serem socialistas. Achavam legal, como estudantes. Depois não sei muito bem o que achavam”, resume.

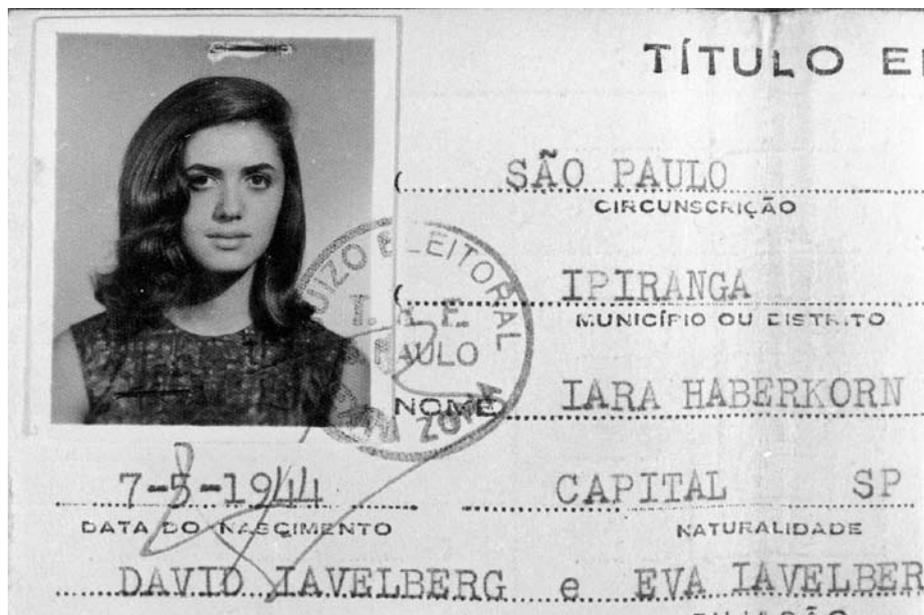
Em 1969 a fusão da VPR com o Comando de Libertação Nacional, ou Colina, deu origem à VAR-Palmares, ou Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, na qual também atuaria Dilma Rousseff, codinome Vanda. A ação mais famosa da organização foi a expropriação de mais de 2,5 milhões de dólares do “cofre do Adhemar”, confiado a uma amante pelo então ex-governador Adhemar de Barros.

Em junho de 1971, quando fotografias dos dois já estavam espalhadas Brasil afora em cartazes de “terroristas procurados”, Lamarca e Iara saíram do Rio de Janeiro, onde moraram por alguns meses, e foram para a Bahia, juntando-se ao MR-8. Com o nome de Cirilo e dizendo-se geólogo, o capitão foi enviado para o sertão, próximo ao Rio São Francisco, e Iara, para Salvador (vide *Revista Adusp* 52, <http://goo.gl/TN9nzd>).



*lara sempre feliz, seja  
com as colegas na  
escola, seja como noiva  
em plena adolescência,  
ou em viagem a passeio.  
Imagens cedidas por  
Samuel Iavelberg*

*“Para mim é uma incógnita como ela conseguiu lidar com essas questões no âmbito da luta armada, porque ela era ligada aos grupos de teatro, aos debates da contracultura, disposta a experimentar”, diz Maria Lucia. “Mesmo na VPR, às vezes escandalizava os militantes mais velhos, com roupas bonitas, ousadas”*



Entre 8 de julho e 16 de agosto de 1971, Lamarca escreveu um diário com 39 trechos (um por dia) dedicados a Iara, a quem chama de “neguinha”. “O nosso amor é uma realidade que veio sendo transformada — hoje atinge um nível nunca por mim sonhado, mas vamos continuar transformando. Sonho com ele numa fazenda coletiva — juro não ser ciumento e lutar junto contigo pela tua liberdade — e vou te amar mais intensamente, isto é possível, sinto que é”. “Nosso amor não está isolado na realização de nós dois, nem nos milhares de filhos que teremos, ele nasceu e estará umbilicalmente ligado à Revolução e construção do Socialismo”, escreve.

“Penso adoidadamente em ti — é impressionante — nunca pensei amar tanto”, declara o capitão, então ini-

migo número 1 da Ditadura Militar. O diário nunca chegou à destinatária. Foi para as mãos de João Lopes Salgado, codinome Fio, e em seguida para César Benjamin, o Menininho, na época com 17 anos. Benjamin estava num fusca no Rio de Janeiro quando foi abordado pela polícia, perto de Ipanema. Escapou durante a revista. Ficaram no carro os outros três companheiros, uma mala de roupas, uma arma e o envelope com o diário de Lamarca. As últimas linhas do capitão, que seria morto em setembro daquele ano: “Te amo, te adoro. Segue esta carta impregnada de amor — vou te ver nem que seja a última coisa da minha vida e mil beijos do teu amor”.

O último contato de Samuel com Iara foi uma carta, entregue por um militante do MR-8 que viajava em missão para Cuba e passou pelo Chile. “Eu respondi, não sei se ela recebeu. Na época havia um movimento do MR-8 para que ela e o Lamarca saíssem do Brasil. Mas na carta ficava claro que os dois tinha decidido ficar”, diz. “Nós, da luta armada, não conseguíamos ver que estávamos sendo ani-

quilados. Ela argumentava que eles tinham que dar o exemplo. Exemplo de não abandono da luta”, analisa.

“Quando a Ditadura começa a engrossar depois do AI-5, muita gente resolveu parar de militar. E o termo pejorativo que se usava para eles era de que eram ‘desbundados’”, relata Samuel. O “desbunde” valia tanto para os que saíam da luta armada, quanto para os ligados a movimentos relacionados à contracultura, aos hippies, à experimentação de drogas, ao amor livre etc.

“A esquerda armada tinha uma visão estreita em relação a isso”, avalia: “Mas o pessoal dos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, vinha predominantemente do movimento estudantil, que era ligado ao que chamavam de ‘esquerda festiva’: crítica à monogamia, uso de drogas, libertação nas relações. Foi um grande choque em algumas organizações”, lembra, sorrindo. “Imagina os senhores comunistas, militantes desde os anos 1940, vendo um moleque de sua organização fumando um cigarro de maconha?”

“Para mim, que conheci tão bem a Iara, é uma incógnita como ela conseguiu lidar com essas questões dentro do âmbito da luta armada, porque ela era ligada aos grupos de teatro, aos debates da contracultura, disposta a experimentar as coisas”, descreve Maria Lucia. “Mesmo quando a gente estava na VPR, às vezes ela escandalizava os militantes mais velhos, com roupas bonitas, ousadas. ‘Ah, que fútil pensar em roupa’. Mas ela gosta ué!”

***A batalha judicial da família Iavelberg começou em 1998, quando solicitou a exumação do corpo de Iara, que obteve em 2003. O professor Daniel Muñoz, da FMUSP, incumbido da investigação, concluiu que o disparo que matou Iara foi de longa distância. Caía por terra a tese de “suicídio”***

Para Maria Lucia, o resgate da memória e da história do país é fundamental, inclusive para as lutas contemporâneas. “Se hoje estamos numa democracia, com essa maravilha de protestos estourando no país inteiro, as lutas que foram travadas no passado tem uma importância muito grande”, opina. “As pessoas precisam saber o que aconteceu, a Iara foi assassinada pelo regime militar como muitos e muitos jovens, não dá para esquecer isso, precisa ser contado,

para que nunca mais aconteça”, completa Mariana Pamplona.

A batalha judicial da família Iavelberg começou em 1998, solicitando a exumação do corpo de Iara em busca de provas que confrontassem a versão dos militares a respeito de sua morte. Não obstante uma série de entraves jurídicos — criados até por parte da comunidade judaica, que tentou impedir que Iara fosse retirada da seção reservada aos suicidas no cemitério — a exumação aconteceu em 2003.

A investigação ficou a cargo do professor Daniel Muñoz, da USP, especialista em medicina legal. Além dos dados obtidos pela exumação, Muñoz baseou seu trabalho no rascunho do laudo feito pelo médico legista da época, Charles Pittex, fotos feitas no necrotério e simulações de disparo em pele de porco, para observar como ficam os resíduos de balas disparadas a curta, média e longa distância. O próprio Pittex, apesar de na época ter sido informado pelo delegado de que se tratava de suicídio, colocou um ponto de interrogação acompanhando essa palavra, no rascunho do laudo (o oficial nunca foi encontrado). Muñoz concluiu que o tiro que matou Iara foi disparado de longa distância. Há ainda testemunhos como da zeladora do prédio, que ouviu Iara gritar “eu me entrego” antes do barulho dos disparos.

“Em março, depois da audiência da Comissão da Verdade de São Paulo, veio um casal da Psicologia falar comigo, para ver como divulgar na faculdade a história da Iara, porque as pessoas não sabem”, ressalta Samuel. “É gozado, as coisas vão

passando e a memória não fica, eu já fui lá falar sobre ela algumas vezes. Esse resgate precisa ser feito continuamente”. Emocionado, lembra de uma família de feirantes da VPR. “Eles tinham uma casa em Atibaia, onde guardavam os armamentos. Um dia foram cercados. O pai morreu, a gente chamava ele de Doutor porque, apesar de analfabeto, era inteligentíssimo. A mãe, uma senhora, um menino menor de idade e uma criança foram presos”, narra.

A mãe foi solta como moeda de troca em um dos sequestros de embaixadores. “Depois de anos eu encontrava de vez em quando com Ariston Lucena, o filho mais velho, que tinha sido condenado à pena de morte”, relata Samuel, ressaltando a injustiça de poucos conhecerem sua história. Ariston, que teve a pena comutada para prisão perpétua, sendo libertado após dez anos na prisão, faleceu recentemente, aos 62 anos, em razão de um ataque cardíaco. “É fundamental que as comissões da verdade, em todos âmbitos, resgatem a história dessas pessoas e ajudem a reescrever a história do país”, observa Tuta.

Iara andava sempre com um anel, uma aliança larga de ouro, herança do casamento precoce. “Eu achava o anel lindo, e ao mesmo tempo ela gostava de uma bolsa e um casaco que eu tinha, a gente brincava: ‘Ah, me dá esse anel?’ ‘Só se você me der seu casaco de couro’”, sorri Tuta: “No último dia que nos vimos, antes de entrar no táxi, ela tira o anel, me entrega e diz ‘A gente se encontra no palanque da educação, quando estivermos comemorando a revolução’”.

# “DITADURA FARDADA”, NA VISÃO INSUSPEITA DA ESQUERDA MILITAR

João Ricardo Penteado  
Jornalista



*Os autores do livro **1964: o DNA da Conspiração** são oficiais do Exército. Legalistas e democratas, sentiram na pele a perseguição aos dissidentes do golpe militar. Jônathas Nunes foi reformado e soube pela **Voz do Brasil**. Sofreu espionagem e perseguições. Gastão Weyne, preso por tentar resistir ao golpe, passaria 80 dias no cárcere. Reintegrado em decorrência da Lei da Anistia, Jônathas é coronel da reserva, filiou-se a sucessivos partidos, elegeu-se deputado federal. Gastão, tenente-coronel da reserva, aposentou-se em 1992 como professor associado da Escola Politécnica da USP*

“Se o Brasil for perdido, não será outra Cuba, mas outra China, em nosso hemisfério ocidental”, escreveu certa vez o diplomata Lincoln Gordon, embaixador no Brasil entre 1961 e 1966, em um telegrama ao então presidente dos Estados Unidos John F. Kennedy. O teor da mensagem dá uma ideia do alarmismo reinante nos governos de países capitalistas no início da década de 1960. Era o auge da Guerra Fria e a zona de influência soviética já alcançava a América, após Fidel Castro declarar a adesão de Cuba ao socialismo. Por consequência, recrudescia no continente o sentimento anticomunista.

No Brasil não era diferente. Ganhava força entre setores conservadores nacionais uma paranoia que dava conta de que uma guerra revolucionária poderia estourar dentro do território a qualquer momento. Um dos campos férteis para este tipo de pensamento eram as Forças Armadas, em especial a sua alta cúpula. Não por acaso, coube aos militares executar o golpe de Estado de 1964, após uma série de “ensaios” ao longo da década de 1950 e início de 1960 (*vide p.*). Do golpe, tramado em cooperação com setores do empresariado e ostensivamente apoiado por Gordon e os Estados Unidos, nasceu a Ditadura Militar, que só terminaria em 1985.

Ainda que este fato histórico tenha confirmado a predominância, nas Forças Armadas, de uma mentalidade retrógrada, antidemocrática e anticomunista, é importante lembrar que havia setores da oficialidade que se opuseram ao golpe. O livro *1964: o DNA da Conspiração* (Editora Scortecci, 2012) tenta fazer essa clivagem. Seus autores: o tenente-coronel Gastão Rúbio

de Sá Weyne e o coronel Jônathas de Barros Nunes, ambos oficiais da reserva do Exército, ambos testemunhas do que se passava dentro da corporação à época da ruptura com a legalidade. Foram punidos por discordarem do golpe, Jônathas chegou a ser reformado (e depois reintegrado por decisão judicial), mas seguiram no Exército e, paralelamente, construíram carreiras acadêmicas. Jônathas tornou-se reitor da Universidade Estadual do Piauí. Gastão tornou-se professor da Escola Politécnica da USP e de instituições privadas.

A obra lista os nomes de 379 oficiais de variadas patentes, implicados na derrubada do governo João Goulart, e classificados no livro como conspiradores. Na visão talvez ingênua de Jônathas e Gastão, a maioria absoluta das Forças Armadas era legalista e, portanto, contrária ao golpe. O fato de os conspiradores estarem muito mais articulados e imbuídos de “mais determinação” é que teria permitido a tomada do poder. “O que houve em 1964 foi uma prova convincente de que, em uma rede social, vinte elementos [*sic*] organizados e bem posicionados podem tranquilamente aniquilar, neutralizar ou direcionar os movimentos, atitudes e decisões de outros duzentos”, assinalam.

Críticos ferrenhos do golpe militar, os autores fazem do livro um libelo contra aqueles que “pisotearam de forma cruel, sistemática e repugnante, o modelo de civilização ocidental e cristã no qual nossos avós os criaram, e submeteram o Brasil a 21 anos de Ditadura fardada”. A linguagem carregada de tom inflamado e adjetivos rebuscados é uma marca registrada da narrativa do livro, que

está dividido em duas partes.

A primeira parte da obra, intitulada “A mão do destino”, traz uma biografia dos autores, contando a infância no Nordeste (Jônathas nascido no Piauí, Gastão no Ceará), os motivos que os levaram a procurar a vida de militar, e a trajetória de cada um no Exército. A segunda parte, “Anatomia do golpe”, busca destrinchar os principais acontecimentos que desembocaram em 1964, mencionando as rebeliões militares da década de 1950, o espírito conspiratório próprio da vida castrense, e o despreparo do governo João Goulart frente às ostensivas maquinções para destituí-lo. Aqui os autores descrevem cada um dos conspiradores. Golbery do Couto e Silva, tido como um dos principais mentores do golpe, merece sete páginas. Na maioria dos casos, porém, Gastão e Jônathas se limitam a informar a função exercida pelos oficiais na corporação militar.

*Nas alas de cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) não circulavam “jornais, revistas, livros atualizados”. Pior ainda, “grandes eventos históricos, políticos, econômicos, passaram ao largo do espaço da AMAN, de tal forma que, ao sair aspirante em dezembro de 1956, parecia que estávamos saindo de um convento”*

A história que surge primeiro é a de Jônathas. Nascido em Floriano, ao sul do Piauí, à época uma região miserável, era mais um de uma prole de dez filhos. Pobres, mas indômitos: “O condão do destino presenteou a mim e aos irmãos com um pai e uma mãe que, mesmo sem terem frequentado uma escola, perceberam a necessidade de dar aos filhos a oportunidade de estudo que a vida lhes havia negado”, escreve Jônathas, antes de detalhar seu périplo ao lado dos pais em busca de uma escola nas cercanias de Floriano na qual pudesse ser matriculado. “Tiveram [seus pais], no entanto, a sapiência de, na sequência, empreender a aventura da travessia da catinga e do agreste, levando os filhos pequenos em cangalhas e jacás pendurados em lombo de jumento, alimentando-se de fritada de porco, feijão e rapadura com farinha, dormindo em taperas e choupanas de taipa”, relata.

Em 1952, Jônathas já cursava a primeira série do Liceu Piauiense, um colégio público, gratuito e de fama em Teresina. Bom aluno, foi instigado por um amigo a prestar o concurso para cadete do Exército. “O que é isso?” foi sua primeira reação à ideia. Mas em janeiro de 1953 lá estava Jônathas embarcando numa “maria fumaça” rumo a São Luís (MA), onde prestaria a prova para a Escola Preparatória de Cadetes do Exército de Fortaleza (EPF). Tempos depois, já de volta a Teresina, recebeu a informação de que havia sido aprovado em primeiro lugar nacional para ingressar diretamente no segundo ano do curso. Jônathas então deixa o Piauí e

a família para trás, e vai iniciar sua carreira militar na capital cearense, onde conheceria Gastão.

Este nascera e crescera em Fortaleza. Seu pai, sócio-proprietário de uma empresa de transporte de cargas, era também escritor e, por ironia, membro do Partido Comunista do Brasil, PCB. Após ser levado a uma instrução de educação física na EPF, Gastão encantou-se com o que viu, e decidiu matricular-se em um curso preparatório do ingresso na escola. Em 1952 foi aprovado, e em 1953, no segundo ano de curso, estava na mesma classe que Jônathas.

Em 1954, tendo concluído o curso na EPF, ambos ingressaram automaticamente na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende (RJ). Lá, durante três anos, foram preparados para se tornarem oficiais do Exército. Ao longo desta experiência, tanto Gastão quanto Jônathas enxergaram na natureza da Academia, mais do que a existência óbvia e ostensiva da hierarquia militar baseada em cega obediência aos superiores, traços do caráter autoritário e antidemocrático da principal corporação armada do Brasil.

O livro ressalta que “jornais, periódicos, revistas, livros atualizados sobre acontecimentos da época não circulavam dentro das alas do corpo de cadetes”. Pior ainda, observa que “grandes eventos históricos, políticos, econômicos, principalmente de 50, 54, 55 e 56, passaram ao largo do espaço acadêmico da AMAN, de tal forma que ao sair aspirante em dezembro de 1956, parecia que estávamos saindo de um convento

militar”. Conclui que “a AMAN dos anos 50 funcionava como uma redoma segregada da sociedade”, na qual “o cadete se adestrava na arte da disciplina militar, devendo obediência incondicional ao superior hierárquico, não lhe cabendo discutir a natureza da ordem, qualquer que fosse sua procedência”.

Ainda na AMAN, logo no primeiro ano, Jônathas, Gastão e outros três colegas viveram um episódio que os uniria ainda mais. Após denunciarem o roubo de uma prova que seria aplicada no curso, os cinco foram isolados e hostilizados por todos os demais cadetes, situação que perdurou por vários meses. “Hoje sabemos que esses maus colegas foram conspiradores e golpistas de 64”, escreve Jônathas, se referindo aos que cometeram o furto.

*Por sua trajetória “humanística” e seus comentários críticos, Jônathas acabou tachado como “esquerdista”, estigma que lhe acabaria custando caro. Após abril de 1964, desafetos internos o denunciaram à Comissão Geral de Investigação (CGI), criada para perseguir militares que não estavam alinhados ao golpe*



**Professor Jônathas de Barros**

Jônathas e Gastão assumiam-se como militares de esquerda. Para o primeiro, como se vê no livro, “os problemas sociais do Brasil eram de tal gravidade que o seu desenvolvimento deveria ser promovido sob um enfoque de esquerda ou de centro-esquerda, jamais sob o guante do extremismo direitista”. O segundo crescera em uma casa que servira a uma célula do PCB, o que fez com que a formação ideológica progressista lhe fosse natural.

No golpe de 1964 os dois estavam no Rio de Janeiro, mas em postos diferentes. Jônathas fazia parte da Escola de Material Bélico (EsMB), que era, nas suas palavras, um dos principais focos conspiratórios do país. Após a formatura na AMAN, em 1957, foi destacado para Salvador (BA), cidade onde começou o curso de Direito. Nesse tempo, assumiu a direção de um jornalzinho do quartel e foi acusado de “influência esquerdista” por conta de uma expressão utilizada no periódico. Em 1959, transferiu-se para o Rio de

Janeiro, onde continuou sua graduação universitária, formando-se pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1961, ingressou na EsMB, na qual exerceu a função de instrutor de oficiais e sargentos.

Por toda sua trajetória demasiadamente “humanística”, somada aos seus comentários críticos durante as discussões com colegas, Jônathas acabou tachado como “esquerdista”, estigma que lhe acabaria custando caro. Nos meses seguintes a abril de 1964, desafetos internos o denunciaram à Comissão Geral de Investigação (CGI), organismo criado para perseguir militares que não estavam alinhados ao golpe. Ele então foi interrogado, sob acusações de, por exemplo, ser “homem de confiança de João Goulart” e de ter frequentado um curso no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, criado por Juscelino Kubitschek com o fim de cooptar a intelectualidade de esquerda.

Tempos depois, no início de outubro, escutou na *Voz do Brasil* o anúncio de que havia sido reformado pelo Exército. Dessa forma, Jônathas se viu obrigado a reconstruir sua vida profissional, e partiu com sua mulher para Brasília, onde cursaria nova graduação (Física) e exerceria o magistério. Mas isso não impediu que agentes da Ditadura o perseguissem por muito tempo. Jônathas chegou a ser levado de Brasília ao Rio de Janeiro, onde ficou preso por três dias. Nos anos seguintes, sofreu com boicote de instituições acadêmicas e espionagem.

Já Gastão não chegou a ser condecorado à reserva, mas enfrentou a prisão por diversas vezes após a

eclosão do golpe. Na sequência de sua formação na AMAN, serviu em Olinda (PE), depois em Fortaleza, até ingressar em 1961 no Instituto Militar de Engenharia (IME), no Rio de Janeiro. Foi lá que, segundo diz, “iniciou seu rosário de sofrimentos”, quando no dia 31 de março de 1964, dirigiu-se juntamente com um colega ao Palácio da Guerra com o objetivo de se opor ao movimento golpista. Foram impedidos de entrar por um oficial ligado aos conspiradores. Logo no dia seguinte, foi preso em sala de aula do IME, onde permaneceu por dois dias. De lá, foi encaminhado ao navio Princesa Leopoldina, que estava atracado na Baía de Guanabara, ficando ali detido por 36 dias.

*Gastão passou à reserva em 1980, quando expandiu sua carreira acadêmica surpreendente, tal a diversidade de áreas com que se envolveu, bem como o número de instituições nas quais lecionou. “Eu gosto muito mesmo de estudar. Tenho uma biblioteca enorme em casa”, declarou. Ele lecionou na USP entre 1969 e 1992, quando se aposentou*

“Eu era acordado durante a madrugada para ser interrogado”, recordou Gastão em entrevista con-

cedida à *Revista Adusp*. Ele afirmou, porém, que não chegou a ser torturado. “Praticávamos ginástica todos os dias, como uma forma de gastar energia e manter o bom convívio entre os detidos. Foi depois desse episódio que passei a entender como funciona a cabeça de um preso. Você pode estourar a qualquer momento”, contou. Após ser libertado, Gastão ainda foi preso outras vezes. No total, ficou detido por 80 dias. A punição, no entanto, não se traduziu em afastamento da corporação, como aconteceu com Jônathas. “Acho que foi porque eu tinha formação apenas de técnico e o Jônathas, de combatente. Eu também nutria boas relações dentro do Exército, e muita gente gostava de mim”, avaliou ao comentar a “sorte” que teve.

Jônathas, ainda durante a Ditadura, foi beneficiado pela Lei da Anistia de 1979 e reintegrado à corporação, na qual depois conseguiu promoções por conta da boa classificação obtida ao longo da carreira. Enveredou pela carreira acadêmica. Tornou-se Ph.D. em Física pela Universidade de Londres, lecionou na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (onde chegou a ser pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), na Universidade de Brasília e na Universidade Federal do Piauí. Ao mesmo tempo, ingressou na política representativa, na qual, curiosamente, traçou uma trajetória de viés conservador: eleger-se deputado federal pelo antigo PDS em 1982, passando depois por PDT, PFL, PTB e PMDB.

Daniel Garcia

**Professor Gastão de Sá Weyne**

Gastão também conseguiu promoções por mérito no Exército, até passar à reserva em 1980, quando deu continuação e expandiu sua carreira acadêmica surpreendente, que ele próprio define como “multidisciplinar”. Impressiona a diversidade de áreas do conhecimento com que se envolveu, bem como o número de instituições superiores de ensino nas quais lecionou. Na USP, formou-se e cursou a licenciatura em Matemática (1967); fez mestrado (1976) e doutorado (1984) em Engenharia Química na Escola Politécnica; tornou-se livre-docente na mesma unidade (1987), após fazer um pós-doutorado em Londres com bolsa da Fapesp; posteriormente, formou-se em Direito na São Francisco (1995), ali doutorando-se em Teoria Geral e Filosofia do Direito (2004). Em 2012, concluiu outro doutorado, desta vez em Educação Matemática, pela PUC-SP. “Eu gosto muito mesmo

de estudar. Tenho uma biblioteca enorme em casa, mal tenho espaço para colocar mais livros. Quando morrer, quero que doem tudo, talvez até para a USP”, declarou à reportagem.

Lecionou na USP entre 1969 e 1992, quando se aposentou como professor associado. Foi professor titular da Universidade Presbiteriana Mackenzie (cuja Escola de Engenharia dirigiu), da PUC-SP, da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), das Faculdades Oswaldo Cruz e da Faculdade de Medicina do ABC, bem como da Unipalmarens, instituição que atende preferencialmente jovens negros, onde ajudou a criar e coordenou o Curso de Direito.

A apresentação do seu currículo Lattes, atualizado em janeiro de 2013, encerra-se assim: “É tenente-coronel reformado do Exército e, sendo marxista, sofreu repressão durante a Ditadura Militar. Publicou mais de 20 livros, escreveu mais de 100 artigos em revistas e participou de mais de 50 congressos. Formou mais de 10 pesquisadores, entre Mestres e Doutores, na Escola Politécnica da USP. É músico (violonista), lançando diversos CDs e um álbum com 19 músicas de sua autoria, publicado pela Editora Irmãos Vitale, de São Paulo” (<http://goo.gl/2wJhiQ>). Contraditoriamente, em 2000 o professor recebeu do então Ministério do Exército a Medalha do Pacificador.

Não consta do Lattes, mas ao longo dos anos Gastão filiou-se ao Partido Progressista Socialista (PPS), que arrebanhou parte dos deserdados do antigo PCB, e virou maçom.

# UNIVESP É QUEM COMANDA O PRIMEIRO CURSO DA USP DE GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA

Eliane Parmezani  
Jornalista



*Implantado às pressas, o “Curso Semipresencial de Licenciatura em Ciências” (LC-EàD), realizado pela USP em convênio com a Univesp, propõe-se a formar professores de Matemática, Física, Química e Biologia para a educação básica. No processo de planejamento, a comissão da USP coordenada por José Cipolla resistiu à tentativa da Univesp de assumir controle total do curso. Ao tomar posse, em 2010, o reitor Rodas destituiu a comissão e o projeto “se consolidou como a Univesp queria”. Os alunos são “USP”, mas os polos presenciais só funcionam aos sábados*

O Programa de Formação de Professores diz que, “em praticamente todas as unidades o diploma de Bacharelado é, de fato, um pré-requisito para a obtenção do título de Licenciado”. Feitas as devidas ressalvas, tais como as licenciaturas em Artes, Física e Matemática, “a concepção prevalecente ainda é a da justaposição da formação pedagógica ao bacharelado”. Desde o segundo semestre de 2010, contudo, fala mais alto a urgência do governo Serra em aumentar o número de vagas e o pretense acesso da população às universidades públicas paulistas antes da sua sucessão nas urnas. Assim, a partir de 18 de outubro daquele ano tem início o período letivo do Curso Semipresencial de Licenciatura em Ciências

(LC-EàD) em convênio com a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp).

Não por acaso, as inscrições para o vestibular daquele ano foram abertas no dia 2 de agosto; os locais de exame foram divulgados em 3 de setembro; as provas foram aplicadas no dia 12 do mesmo mês; por fim, o período de matrículas teve início em 1º de outubro. A título de comparação com o calendário habitual da Fuvest, o prazo entre a abertura das inscrições e a efetivação das matrículas dos candidatos convocados leva, em média, cinco meses (de setembro a fevereiro).

A modalidade dita semipresencial — um eufemismo para ensino à distância ou EàD — se traduz em pelo menos 10 horas semanais

(2 horas por dia) dedicadas pelo aluno ao conteúdo e atividades online, mais 8 horas presenciais aos sábados no campus onde está matriculado, chamado de “polo” na linguagem própria do EàD. A organização curricular é estruturada em oito módulos, um por semestre. Com carga de 2.865 horas, configura-se como curso de graduação, o primeiro à distância da USP.

Somado ao questionável programa de inclusão de caráter puramente eleitoreiro, o convênio com a USP propõe, segundo texto da Univesp, a “superação de um problema que, no Brasil, adquiriu caráter emergencial: a carência de professores de língua portuguesa e de ciências (física, química, biologia e matemática)”. A ideia está pre-

sente no Manual do Aluno. Consta na introdução do livreto que “este modelo visa a complementar os esforços governamentais de capacitação e qualificação dos professores do Ensino Fundamental”. O curso propõe a formação de professores de ciências para os 3º e 4º ciclos (6º ao 9º anos). Por professores de ciências, entendam-se professores de Biologia, Química, Física e Matemática.

***O curso tinha já data para “ir ao ar”, quando Rodas assume o cargo de reitor: “De uma penada, destituiu a comissão, criou outra e colocou Gil Marques como representante desse processo na universidade. Daí o projeto se consolidou como a Univesp queria que fosse”, diz Cipolla***

O ensino à distância na USP começou a ser discutido na gestão do reitor Adolpho Melfi (2001-2005). Na ocasião, uma comissão foi formada e o professor José Cipolla-Neto, então membro do Conselho de Pós-Graduação, foi indicado para integrá-la. Na gestão da reitora Suely Vilela (2005-2009), Cipolla foi alçado à presidência da comissão.

O professor Rubens Camargo, da FE, lembra que a comissão “trazia entusiastas e gente contra o

Rafael Hupsel/ Agência IstoÉ



**Professor José Cipolla Neto**

EàD, assim como quem discutisse a licenciatura em ciências em si”. O curso foi aprovado por referendo pela Pró-Reitoria e ratificado na Comissão de Graduação. A aprovação pelo Conselho Universitário ocorreu em fevereiro de 2009.

Conforme narra Cipolla, o projeto começou a adquirir um contorno mais politizado e menos voltado para aspectos educacionais ao final da gestão Suely. “Estávamos elaborando conteúdos, discutindo método, linguagem, interação com os alunos. Com o surgimento da Univesp e as relações entre a Suely e o governo do Estado, a questão passa a ser se o curso iria ou não ser incorporado à Univesp”.

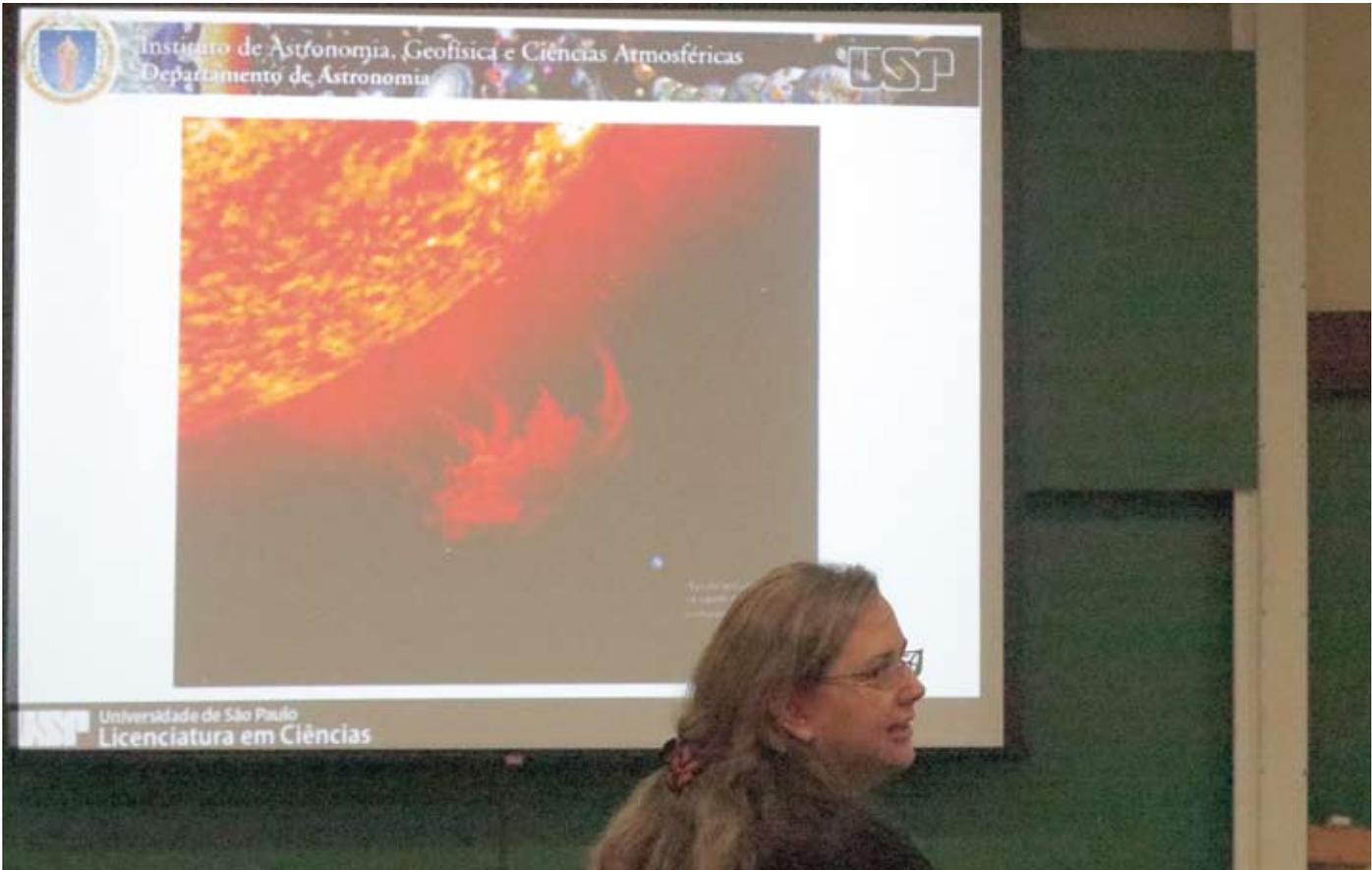
O financiamento do Tesouro estadual seria bem-vindo. Só o financiamento, porque a comissão entendia que o controle do conteúdo e a administração deveriam ficar a cargo da USP. Aconteceu o inverso, lembra Cipolla: “O pessoal da Univesp queria que fosse um curso cedido a ela e por ela comandado. À USP caberia exclusivamente fornecer o projeto”. Ainda nas pala-

avras do professor, como “o projeto do governo do Estado veio para ser assinado nos termos que ela [a Univesp] queria”, a comissão recorreu à Reitoria e à Pró-Reitoria de Graduação, avisando que se recusava a avaliar o projeto naqueles moldes. Ao final da gestão Suely, houve o impasse: “Ou era para ser do jeito que a gente queria, ou deixaríamos de participar do processo”.

Paralelamente à comissão, explica Cipolla, o professor Gil da Costa Marques exercia uma espécie de interlocução entre a USP e a Univesp. Atuando na Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI), designada como responsável pela implementação e condução da LC-EàD, ele “era o homem do Carlos Vogt dentro da universidade”. Vogt, então secretário do Ensino Superior, é o “pai” da Univesp, seu único projeto enquanto esteve à frente da pasta (vide *Revista Adusp* 41, <http://goo.gl/wNeff8>).

O curso tinha já data para “ir ao ar”, quando J. G. Rodas assume o cargo de reitor da USP: “De uma penada, destituiu a comissão, criou outra e colocou Gil Marques como representante desse processo na universidade. Daí o projeto se consolidou como a Univesp queria que fosse”, completa o professor Cipolla.

A proposta da comissão idealizadora era de amplo investimento, que envolveria a criação de um instituto na USP, “com professores próprios, estrutura para escrever material, fazer as teleconferências, enfim, ter todos os recursos para poder viabilizar uma propos-



**Professora Elysandra Figueiredo durante aula presencial na capital**

ta experimental”, como relata o professor Camargo, da FE. Nada disso vingou.

Na prática, Gil Marques, hoje na coordenação da LC-EàD, fala em um aporte da ordem de R\$ 2 milhões na implementação de todos os polos. “A maior parte veio da Univesp, sem contar o laboratório didático, onde foram investidos mais uns R\$ 2 milhões da mesma fonte”. O convênio tem cinco anos, no valor de R\$ 38,4 milhões, segundo a USP. Mas, para Camargo, a universidade deveria investir muito mais: “Pensa-se apenas em escrever o material, produzir os vídeos. Junta-se tudo da forma mais barata possível e coloca-se em prática por meio dos tutores, que são extremamente precarizados”.

***O professor José Marcelino Pinto adverte que os docentes contratados para a LC-EàD estão excessivamente atarefados, pois devem ministrar disciplinas nos períodos diurno e noturno em sua área de atuação com 16 horas de dedicação no polo, 8 horas das quais aos sábados***

Os tutores são os educadores que acompanham os alunos nas atividades

online. Há ainda os educadores “ao vivo” nos polos. Esses profissionais são alunos da pós-graduação, normalmente bolsistas, e devem cumprir carga horária semanal de 20 horas. Eles são treinados na chamada semana zero do curso ou participam de cursos oferecidos pela universidade.

“Os educadores presenciais ou não, Help Desk, ilustradores, o pessoal que trabalha com edição de vídeos, produção de livros, editoração eletrônica, possuem contratos. E quem elabora isso e contrata é a Fusp”, explica Gil Marques, referindo-se à Fundação USP, entidade privada. “Todos os recursos são provenientes do convênio, então quem paga esses profissionais é a Univesp”, diz.

Já os docentes — professor-coordenador, professor-autor, profes-

sor-atividades, professor-laboratório — são contratados em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), por 40 horas semanais. Eles planejam e executam o curso e, ao mesmo tempo, desenvolvem projetos próprios de pesquisa com os alunos. Em documento endereçado ao diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCL-RP), onde funciona um dos polos, o professor José Marcelino Pinto adverte que os docentes contratados para a LC-EàD estão excessivamente atarefados, pois devem ministrar disciplinas nos períodos diurno e noturno em sua área de atuação com, no mínimo, 16 horas de dedicação no polo, 8 horas das quais aos sábados. Devem ainda estar disponíveis para atender necessidades pedagógicas em todos os polos, sempre que solicitados. “Eles são, na verdade, superprofessores. E os alunos são subalunos, não são tratados como membros da USP”, declara o professor da FFCL-RP.

A propósito, uma característica apontada como positiva pelos alunos é precisamente o apoio docente, considerado por Cristiano de Sá, um dos diretores do recém-criado Centro Acadêmico de Licenciatura em Ciências Semipresencial da USP (CAULC), até superior ao recebido por alunos dos cursos presenciais de graduação da universidade. Ainda assim, ele observa que há “uma estrutura burocrática e hierárquica dentro do curso”, a qual resulta em “algumas demoras no atendimento”.

Entretanto, o fato de receber atenção “privilegiada” dos professores não

faz do aluno desse primeiro curso à distância da USP, propriamente, um aluno integrado à universidade. Apesar de constar, da proposta original de criação do curso e do Manual do Candidato para o vestibular 2013, que “o ingressante no Curso de Licenciatura em Ciências será um aluno USP como os demais e terá acesso a todos os benefícios e ambiente oferecidos aos alunos dos cursos inteiramente presenciais”, as aulas ocorrem, em todos os polos, aos sábados, submetendo os estudantes às restrições da universidade em um dia não letivo.

O horário de aulas vai das 8h00 às 17h30, com um intervalo de uma hora e meia, em média, para o almoço. Às vezes, contudo, as aulas se estendem um pouco. “Então, quando o pessoal sai, o ônibus já foi embora”, relata um aluno de São Paulo. Ele acrescenta que, quando se trata de um final de semana de feriado prolongado, os ônibus são ainda mais escassos e as lanchonetes e bandejões não abrem.

Recentemente, linhas especiais de ônibus têm transportado os alunos para os bandejões centrais no horário do almoço, em um sistema de leva-e-traz. “O problema é preencher o cartão do Crusp para ter acesso aos bandejões, porque de sábado não carrega”, reclama o aluno da capital. Para que os estudantes alcem nos bandejões é necessário realizar a compra de créditos, que são inclusos na carteira de identificação da USP. É o chamado sistema RUCard. A venda desses créditos cabe à Coordenadoria de Assistência Social (Coseas), cujo guichê de atendimento no Bandejão Central, no campus do Butantã,

só funciona de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 18h45.

No polo de Ribeirão Preto, a solução encontrada foi fazer uma espécie de mutirão para tomar um lanche nos intervalos. Cada aluno leva um prato de salgados ou de doces, ou ainda bebidas, como sucos e refrigerantes, alguém fica responsável pelos utensílios (toalha de mesa, pratos, garfos e copos descartáveis), e todos compartilham a comida. Professores também participam. As dificuldades de transporte e alimentação, porém, não são as únicas. Os alunos também criticam o horário reduzido de funcionamento e mesmo o fechamento das bibliotecas aos sábados.

***No vestibular de 2010, o primeiro do curso, São Paulo registrou recorde na relação candidatos/vaga: 12,73. Nos polos do interior a razão mais alta foi a de Ribeirão Preto: 3,08. Nos exames para 2012 e 2013, os números baixaram e muito. Respectivamente, foram de 11,60 e 1,99; 3,57 e 1,43***

A ampliação da distribuição geográfica das vagas nas universidades públicas paulistas é preceito do governo estadual em defesa do convênio Univesp com essas instituições. Até 2012, a LC-EàD contava com 360 vagas equitativamente distri-

buídas entre São Paulo, Ribeirão Preto, São Carlos e Pirassununga. O coordenador Marques justifica a implantação de polos em Santos, Lorena e Jaú como necessária ao atendimento do maior número possível de alunos. Para 2013 foram alocadas 120 vagas na capital e 40 em cada um dos seis polos restantes. Na prática, todavia, os resultados vão em sentido contrário.

No já citado vestibular “fora de época”, o primeiro do curso de LC-EaD, São Paulo registrou o índice recorde na relação candidatos/vaga de 12,73; ao passo que no interior a razão mais alta foi no polo de Ribeirão Preto, com 3,08 candidatos/vaga. No exame realizado para as turmas de 2012, São Paulo já contabilizava 11,60 candidatos/vaga e Ribeirão Preto, 1,99. Para 2013, com a abertura dos novos polos (Santos, Jaú e Lorena), a quantidade de vestibulandos por vaga ficou distribuída em 3,57 na capital e 1,43 em Ribeirão Preto. Nos demais polos, à exceção de Piracicaba, com 2,3 candidatos/vaga, a razão foi inferior a 2.

Nos novos polos de Santos e de Jaú sobraram vagas, já que a relação de inscritos para cada uma foi de 0,83. Marques alega que, a partir do segundo processo seletivo, o curso não foi divulgado na Fuvest como sendo regular, o que contribuiu, na sua opinião, para a redução do número de interessados.

À baixa demanda se junta um expressivo índice de evasão. O coordenador reconhece que nas primeiras turmas cerca de 45% dos alunos abandonaram o curso. O índice de evasão atualmente é de 20% a 25%, diz ele. Raphael Liguori Neto, co-



ordenador do polo de São Paulo, pondera que tal indicador pode ser considerado normal, pois se equipara ao de desistência de alunos da graduação de Física, por exemplo. Mas um aluno da primeira turma de Ribeirão Preto, cursando hoje o quinto módulo, informa que seu grupo, inicialmente formado por 90 alunos, está reduzido a um terço. “Muita gente de São Paulo veio para o interior fazer o primeiro módulo. Com as desistências em São Paulo, o pessoal começou a retornar para a capital porque havia vaga”, justifica.

“A evasão dos cursos à distância tem a ver com o rótulo de que são mais fáceis”, propõe Fabiana Versuti-Stoque, professora de Ribeirão Preto, atribuindo a redução das turmas à visão dos calouros de que o ensino à distância é mais “fraco” que o presencial. Na capital, a professora Ely-

sandra Figueredo partilha da mesma ideia: “Os alunos têm que seguir uma rotina de estudos, não adianta deixar para fazer tudo em cima da hora”.

Esta questão não é trivial. No artigo “O ensino a distância e a falência da educação”, publicado na revista acadêmica *Educação e Pesquisa*, a professora Maria Helena Souza Patto, ex-diretora do Instituto de Psicologia (IP-USP), discute o que vem a ser “um retrato do aluno adequado aos cursos à distância”, como ser “disciplinado (capaz de evitar dispersão e de cumprir horários)” e “organizado (apto a dividir o tempo entre o estudo e os horários de atividades *on-line*)”. Segundo a professora, o nível de conhecimento alcançado dependeria, portanto, do perfil do aluno. “Os que carecem dessas características seriam aqueles que integram as fileiras dos que abandonam os cursos virtuais,

Daniel Garcia



Professor Raphael Liguori Neto

evasão tomada como prova do alto nível de exigência e da qualidade do ensino a distância”.

***Aspecto preocupante do EàD diz respeito à confusão entre conhecimento e acúmulo de informações, e entre formação ampla e simples treinamento, adverte o professor Minto: “É provável que a mentalidade da aceleração de processos já tenha contaminado seus administradores e que traga reflexos negativos”***

A implantação da LC-EàD foi motivo de protesto no campus de São Paulo, onde está instalado seu aparato administrativo. Segundo relato de Arielli Moreira, diretora do DCE na época, foram feitas duas mobilizações e a Reitoria não deu as caras,

mesmo tendo sido ocupada pelo corpo de manifestantes. Moreira explica que em 2008 a Reitoria divulgou a aplicação do programa Univesp já para o ano seguinte. Com as pressões da comunidade universitária, o início do curso foi então adiado para 2010.

Para a representante do DCE, “o ensino à distância no caso brasileiro não é implementado com o intuito de permitir o acesso à educação a localidades onde não existem universidades, mas como uma forma barata de massificar conhecimentos e, portanto, multiplicar diplomas universitários sem priorizar a qualidade do ensino. Não por acaso, ele cresceu mais de 300% nos últimos anos em nosso país, enquanto a maioria dos estudantes segue de fora do ensino superior”.

Em se tratando da formação de professores, o professor na FE-USP e vice-presidente da Adusp, César Minto, traz à tona um aspecto da legislação brasileira no que se refere à “sólida formação básica” dos profissionais aptos à docência: o de que apenas subsidiariamente se faça “uso de recursos e tecnologias de educação à distância” durante a formação inicial, que “deve ser presencial, pois a aprendizagem é ato social”. Para ele, o professor “precisa compreender as diversas situações vivenciadas pelos estudantes para poder aumentar a chance de criar as melhores oportunidades nesse processo, que é individual e coletivo ao mesmo tempo”.

De acordo com o professor Minto, um aspecto preocupante do EàD diz respeito à confusão que se faz entre conhecimento e acúmulo de informações, e entre formação ampla e simples treinamento. “Embora pos-

sa não ser o caso da USP, é provável que a mentalidade da aceleração de processos já tenha contaminado seus administradores e que traga reflexos negativos, do ponto de vista social, à instituição. A formação ampla, em especial de professores, demanda o uso de metodologias artesanais — planejadas, acompanhadas e avaliadas”.

Basta, para compreender a que tipo de distorção Minto se refere, ouvir como o próprio Gil Marques define, de maneira entusiasmada, os conteúdos do LC-EàD: “É um curso com um número muito grande de disciplinas, que vai desde astronomia, matemática, doenças contagiosas, além das didáticas, tem de tudo”. E para que não restem dúvidas, completa, quanto à abrangência do curso: “É essa a ideia”.

Maria Helena Patto, em seu artigo, defende que, “submetida à compressão do tempo, a educação se afasta da reflexão não por mero erro técnico, mas por meio da invasão das instituições de ensino pela lógica produtivista”. Nas palavras da pesquisadora, ao contrário de promover maior democratização ao ensino superior público e de qualidade, a expansão do EàD de maneira geral no país vem ocasionando uma elitização dos cursos presenciais nas universidades estaduais paulistas. “Esse tipo de curso é feito exatamente para os alunos que mais precisam do ensino presencial porque são os com maior dificuldade”, pontua José Marcelino Pinto, da FFCLRP. A Revista Adusp procurou ouvir a Pró-Reitora de Graduação, Telma Zorn, por intermédio de sua assessoria de imprensa, mas não obteve retorno até o fechamento da edição.

# NOSSA AMÉRICA E A OBRA DO HERÓI CUBANO JOSÉ MARTÍ

Hugo Fanton  
Jornalista

Hugo Fanton



*Instalação do  
Museu Moncada  
reúne Martí e  
Fidel*

*“Já estou todos os dias em perigo de dar minha vida por meu país e por meu dever de impedir em tempo, com a independência de Cuba, que os Estados Unidos se estendam pelas Antilhas e caiam, com essa grande força, sobre nossas terras da América”. Os vaticínios de José Martí, pensador do século 19, herói da guerra de libertação contra a Espanha, ecoam até hoje nas palavras de Fidel Castro e de intelectuais da América Latina. No ensaio **Nuestra América**, a crítica da condição colonial é ponto de partida e de chegada para quem luta pela soberania do continente*

Muitos anos depois, frente aos magistrados de Fulgêncio Batista, o comandante Fidel Castro se lembraria daquela tarde remota em que conheceu o pensamento de José Martí: “O homem que se conforma em obedecer a leis injustas, e permite que pisem, no país em que nasceu, os homens que o maltratam, não é um homem honrado”. Foi assim, recorrendo às palavras daquele que é até hoje seu maior inspirador na luta pela soberania de Cuba, que Fidel defendeu o assalto ao Quartel Moncada em 26 de julho de 1953, ano do centésimo aniversário do natalício de Martí. O então jovem revolucionário inspirou-se em uma vida e obra que seguem atuais na reflexão sobre o contexto político latinoamericano e mundial.

Poeta, escritor, advogado e jornalista, Martí é considerado o

principal mártir da guerra de independência cubana contra a Espanha. Nascido em 28 de janeiro de 1853, fora preso já aos 16 anos, acusado de traição à Coroa por redigir uma carta em que criticava um amigo recém integrado ao exército espanhol para combater os independentistas. Deportado, estuda direito, filosofia e letras na Espanha, de onde partiria para viver em diferentes países da América, como Estados Unidos, México e Guatemala. De volta a Cuba em 1878, tornou-se um dos fundadores do Clube Central Revolucionário, gesto que o levou novamente à deportação, desta vez para Nova Iorque.

Nos Estados Unidos, adquiriu renome graças aos artigos e crônicas publicados em jornais de cidades como Caracas, Buenos Aires, Cidade do México e Nova Iorque.

Decide então mudar-se para a Venezuela, onde fundaria a *Revista Venezuelana*, sua última iniciativa antes de regressar a Cuba. “Quando volta, Martí afirma que a República a ser fundada na pequena ilha do Caribe teria de ser diferente. Não como a metrópole espanhola, e tampouco como as repúblicas que derivaram dos processos independentistas americanos. Ele aprendeu que o espírito solidário das revoluções de 1810 fora sequestrado pelas oligarquias, e o espírito da colônia seguia vivendo nas repúblicas. A história da América é a história dos sequestros”, explica Carlos Rodríguez Almaguer, vice-presidente da Sociedade Cultural José Martí.

Em 1882, o pensador se reintegrou ao processo de organização revolucionária de Cuba, dirigido por Máximo Gómez Báez e Antonio Maceo. Entre idas e vindas, apenas em



Fotos: Hugo Fanton

Estátua na entrada do Memorial José Martí, em Havana

1892 o grupo logrou redigir as bases e estatutos do Partido Revolucionário Cubano. O caminho para a guerra seria construído com arrecadação de recursos em viagens a diferentes países da América, e com a redação de um programa, conhecido como o “Manifesto Montecristi”, escrito na República Dominicana pouco antes do embarque em direção a Baracoa, na Província do Oriente de Cuba. Lá, Martí redigiria sua última carta, afirmando: “Já estou todos os dias em perigo de dar minha vida por meu país e por meu dever, posto que o entendo e estou disposto a realizá-lo, de impedir em tempo com a independência de Cuba que os Estados Unidos se estendam pelas Antilhas e caiam, com essa grande força, sobre nossas terras da América. Tudo o que fiz até hoje e farei, é para isso”.

Assim, Martí resume aquilo que já era uma das bases de seu pensa-

mento, expresso em ensaios como o *Nuestra América*, publicado em 1891. “O grande sonho de Martí era ter sua ilha totalmente livre do domínio colonial da Espanha e das aspirações imperiais dos Estados Unidos. E teceu suas críticas desde as estranhas do monstro”, explica Almaguer. “Enfrentar o império se converte em palavra de ação na obra martiana, e a partir disso começa seu trabalho por unidade dos povos da América”. Desse modo, sua obra e ação política se fundam sobre o princípio de que todas as pessoas deveriam “unirse em uma só organização política”, continua. “Sabia Martí que o afã de protagonismo poderia nos dividir”, e frente a isso era necessário “servir, ser útil e solidário”.

Humanista e autor de escritos voltados à construção de uma ética universal, com valores de solidariedade entre os povos, Martí “se vê obrigado

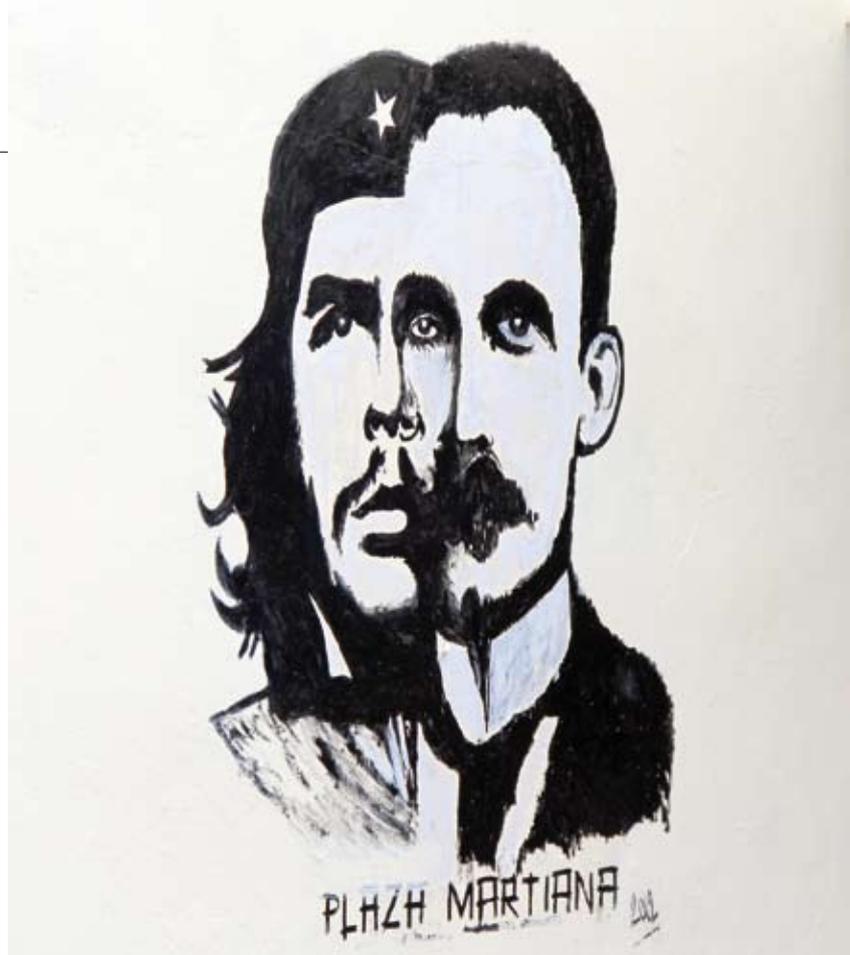


Imagem pintada em muro nas ruas da cidade de Artemisa

a organizar uma guerra, porque a Espanha não oferece outra alternativa”. Para os que desejavam uma Cuba livre, era preciso “se organizar em torno de um partido revolucionário, em que a unidade é garantia da independência da República”. Assim, afirma Almaguer, *el apóstol* fundamentou um princípio político que muito tempo depois faria “possível à Revolução Cubana se manter viva por mais de 50 anos frente ao imperialismo dos Estados Unidos”, ou seja: “O feito de que, abarcando todas as opiniões, os cubanos que desejam uma Cuba livre, soberana e independente se organizam em um só partido. O partido único em Cuba não foi uma criação da revolução nem uma ideia de Fidel, mas vem como parte indissolúvel da tradição cubana de pensamento na luta contra o imperialismo”.

A seu ver, está deitada sobre tais raízes a contínua luta por fazer avan-

çar o socialismo em Cuba. “Enquanto o mundo traiu todas as ideias e projetos possíveis de mudança social, por oportunismo dos homens e pela miséria humana, pudemos resistir. Passamos por uma década terrível nos anos 1990, uma época em que o mundo discutia quando a revolução cubana iria abaixo. Não sabíamos o que comer, o que vestir ou como iríamos nos transportar. Só sabíamos que nosso dever era defender a Revolução, e isso importava mais”.

***A luta contra o imperialismo e pela autonomia do povo cubano tornou-se uma expressão prática dos conceitos de Martí. O ensaio “Nuestra América” pretende fixar “conceitos que possam abranger e articular a variedade de culturas dentro da concepção de que existe nossa América”, diz o antropólogo Andrés Puig***

A luta contra o imperialismo e pela autonomia do povo cubano tornou-se então uma expressão prática dos conceitos formulados por Martí. Seu ensaio até hoje mais lido e publicado, *Nuestra América*, é considerado uma “crítica da condição colonial”, que tem por propósito “oferecer conceitos que possam abranger e articular a variedade de culturas dentro da concepção de que existe nossa Amé-

rica”, afirma o antropólogo Andrés Puig, do Centro de Investigações e Estudos Superiores em Antropologia Social, de Chiapas, no México. O intento martiano era “construir uma macroidentidade, não étnica, mas política, que estaria alimentada pela variedade de culturas dos povos que habitam este continente, incluindo os originários dos Estados Unidos”.

Nesse contexto, a crítica da condição colonial faz de *nossa América*, enquanto conceito, um ponto de partida e de chegada para aqueles que lutam pela soberania dos povos do continente. “Assim, faz Martí uma distinção entre comunidade política e comunidade de cultura”, explica Puig. A proposta de uma América que é nossa resume a formulação conceitual de uma macrocomunidade política, “que se constrói a partir da aliança política, da articulação de nossos povos, que é possível precisamente porque há uma luta comum contra a condição colonial”. A crítica às distintas expressões do imperialismo permitiu a formulação de um conceito e uma proposta política de unidade dos povos na luta por libertação e autonomia. “Independentemente de quais sejam nossas correntes de pensamento e modos de vida, a condição colonial nos une e identifica claramente onde está o problema de nossos povos, em que a dominação colonial existe. Hoje em dia chamam de globalização, mas isso nada mais é do que a face do colonialismo contemporâneo”.

Ao contrário do pensamento europeu vigente na época, que estabelecia uma relação direta entre nação e homogeneidade cultural, “diz Martí que nossa América tem uma variedade étnica que nos é comum, cabendo

a nós articulá-la diante dos objetivos políticos de emancipação”. Para Puig, no pensamento martiano está muito bem correlacionada a autonomia de cada povo americano e a luta contra a dominação imperial. “Se os povos originários não caminham, não caminha nossa América”. Em Martí, os povos não devem abandonar seus caminhos próprios ou deixar de preservar sua comunidade de cultura, mas sim “construir uma grande comunidade política, caracterizada pela variedade de culturas, condição colonial e desigualdade social”.

Sobre estas bases conceituais reside, então, a “possibilidade de se criar uma antropologia latinoamericana”, que articule a maneira de ver seus próprios povos com “a concepção martiana de criar a macroidentidade política de nossa América”. Esse, complementa Puig, “é justamente o compromisso de Martí com a liberdade, que torna possível uma antropologia comprometida com a descolonização de nossos povos”.

Nesse sentido, diretamente relacionada à ideia de comunidade política está a formulação martiana de que “Pátria é humanidade”. Almaguer afirma que a pátria do cubano “é o mundo”, sobretudo onde estão os “pobres da Terra”. A solidariedade entre os povos fomentada por Cuba se fundamenta no princípio de Martí “de que o ser humano verdadeiro não deve estar onde se vive melhor, mas onde está o dever”, uma vez que “ninguém tem o direito de dormir tranquilo enquanto algum ser humano estiver infeliz”.

Assim, é possível estabelecer uma diferença entre a ilha de Cuba e a pátria cubana. “Para ser cubano de

Cuba, a pátria, não é requisito indispensável ter nascido na ilha. Como para ser inimigo de Cuba, a pátria, não é requisito indispensável ter nascido em outras terras. Há inimigos tenazes da pátria Cuba que desgraçadamente nasceram na ilha”. Por isso, o humanismo de José Martí que deu origem ao patriotismo cubano, um dos fundamentos da Revolução de 1959, em nenhum momento histórico levou a posições chauvinistas e xenófobas. Pelo contrário, o princípio de que pátria é humanidade “imprimiu nos estatutos constitucionais da Revolução um artigo para declarar filho por natureza de Cuba o comandante argentino-cubano Ernesto Che Guevara”, lembra Almaguer.

Por isso, em meio à crise civilizatória por que passa o mundo contemporâneo, o pensamento martiano é invocado para apontar alternativas políticas. Nas palavras de Armando Hart Dávalos, diretor da Oficina do Programa Martiano, uma instituição que tem por função coordenar as atividades no país relacionadas a vida e obra do pensador, “só com a visão integradora e de dimensão global, de que pátria é humanidade”, é que poderão ser enfrentados, exitosamente, os dramáticos desafios postos à frente dos que lutam por transformações profundas que permitam o fim das desigualdades. “Essa é uma ideia que inspira e mantém os milhares de médicos, enfermeiros e engenheiros cubanos junto ‘aos pobres da Terra’”. É preciso, a seu ver, assumir que “a humanidade está enferma”, e são cada vez maiores os desafios colocados neste século XXI. “Todos os impérios empreendem ações desaperadas para tentar deter o inevitá-

vel, para manter sua dominação. Não vacilam no uso da força para manter a exploração de recursos de todo mundo e o modelo consumista que provoca aumento das desigualdades e de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza”.

Diante disso, Dávalos entende que a humanidade deve desenvolver ações conjuntas frente à profunda crise do capitalismo, que é de “caráter civilizatório, pois abarca não apenas a economia, mas todas as esferas do sistema”. Há uma maquinaria de guerra que ameaça seriamente nossa sobrevivência, socializa prejuízos e concentra riquezas. “Desse modo, é tarefa de primeira ordem a luta pela paz”, fundada sobre os preceitos éticos do pensamento martiano.

***Para Martí, cabe à sociedade promover o acesso de todas as pessoas ao conhecimento, pois este é fundamento da liberdade. “Ao dizer que ‘ser culto é o único modo de ser livre’, e ‘ser bom é o único modo de ser feliz’, ele afirma a necessidade de se ensinar verdades elementares para que o ser humano esteja à altura de sua época”***

Tal olhar para a sociedade, a partir de uma ética humanista, levou Martí a correlacionar o conceito

de que “pátria é humanidade” com fundamentos pedagógicos que tornariam possível uma comunidade política de novo tipo. “O mundo melhor não será construído por geração espontânea. O ser humano de que falava Martí será o mesmo ‘homem novo’ de Che. Temos de construir o mundo melhor hoje, aqui e agora, com homens e mulheres novos, que busquem realizar a melhor obra possível desde o lugar em que se encontram”. Almaguer ressalta que, para Martí, o dever do indivíduo é fazer tudo o que está ao seu alcance para que a história não o possa declarar culpado pelo sofrimento humano, e a pátria não o possa chamar de cúmplice da dominação.

Cabe, então, à sociedade, promover o acesso de todas as pessoas ao conhecimento, pois este é um fundamento da liberdade. “Ao dizer que ‘ser culto é o único modo de ser livre’, e ‘ser bom é o único modo de ser feliz’, Martí afirma a necessidade de se ensinar um grupo de verdades elementares para que o ser humano esteja à altura de sua época e de seus povos”. Junto aos conceitos, está ainda o exemplo pessoal e coletivo vivenciado no dia-a-dia, no conduzir da Revolução: “Temos um mundo que nos motiva e um império que nos agride, por isso não podemos ficar parados. Uma revolução imóvel é uma revolução morta. Por esse motivo ela segue seu curso, como uma escola, caminhando para melhorar o ser humano”.

Também para Héctor Hernández Pardo, subdiretor geral da Oficina do Programa Martiano, Martí está na gênese do processo revolucionário cubano, e “sua presença espiritual,

seu legado ético, patriótico e antiimperialista, têm valor estratégico para o futuro da pátria”. Trata-se de uma formulação política que “desenha a nação cubana para todos os tempos e representa os esforços de nosso povo pela emancipação política, justiça e libertação social”. Disto vem a relação entre seu pensamento e a ação de líderes históricos cubanos como Antonio Maceo e Fidel Castro, “seu mais extraordinário discípulo, que liderou a grande epopeia que constitui a revolução cubana, uma das páginas mais gloriosas da história universal”.

Hoje, em Cuba, há um programa nacional de educação conduzido pela Oficina do Programa Martiano e por organizações de massa e do Estado. “São particularmente meritórios o empenho das escolas com crianças e adolescentes e os planos de formação de professores. Há igualmente um trabalho relevante de disseminação da obra de Martí no setor da cultura, nas forças armadas e entre os jovens”, todos responsáveis por pensar Cuba e construir conhecimentos a partir dos princípios éticos do pensador. “Martí é patrimônio de nossa América, dos povos caribenhos e latinoamericanos, patrimônio universal. Seu pensamento pode ser bússola para orientar os passos de quem deseja construir um mundo melhor, independente de suas crenças religiosas e posições políticas”.

Para lograr esse propósito, é necessário superar “a doutrina neoliberal” de que as ideias não têm mais importância, bem como “a visão etnocentrista e eurocentrista de que as ideias só se gestam nas grandes metrópoles do Norte”, adverte Pardo. “Martí é, desde o Sul, um pensador



**Túmulo de Martí, em Santiago de Cuba**

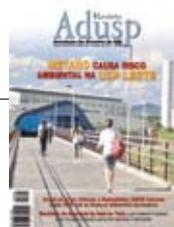
universal. Temos o dever de nos esforçar cada vez mais para internacionalizar estudo e conhecimento de sua vida e obra”, entende Pardo.

***“Se com alguma coisa temos sabido honrar o herói, foi demonstrando que um país pequeno e pobre, ainda que cometendo erros inevitáveis de aprendizagem, pode fazer muito com muito pouco”, afirmou Fidel em discurso proferido no 150º aniversário do natalício de Martí (2003)***

Além do ensaio *Nuestra América*, Martí publicou textos literários e jornalísticos, em que analisa a realidade política e econômica de diferentes países americanos. Sua obra em espanhol está reunida em uma coleção de 27 volumes, sendo mais conhecidos

os livros de poesia *Versos Sencillos*, *Versos Libres*, *Flores del destierro* e a publicação infantil *La edad de oro*.

Fidel Castro, que recuperou o pensamento martiano na sua auto-defesa no julgamento pelo assalto ao Quartel de Moncada, no famoso discurso publicado com o título “A história me absolverá”, voltaria a recorrer a Martí na análise da realidade política latinoamericana e mundial em diferentes contextos. No discurso proferido no encerramento da Conferência Internacional Pelo Equilíbrio do Mundo, em homenagem ao 150º aniversário do natalício de Martí, em 2003, afirmou: “Se com alguma coisa temos sabido honrar o herói, cujo fecundo natalício comemoramos hoje, foi demonstrando que um país pequeno e pobre, ainda que cometendo erros inevitáveis de aprendizagem, pode fazer muito com muito pouco. O maior monumento dos cubanos à sua memória é ter sabido construir e defender esta trincheira, para que ninguém possa mais cair com uma força sobre os povos da América e do mundo. Aprendemos dele o valor infinito e a força das ideias”.



# GOVERNO ALCKMIN PRESSIONOU CETESB PARA LICENCIAR USP LESTE, REVELA SEF

Daniel Garcia



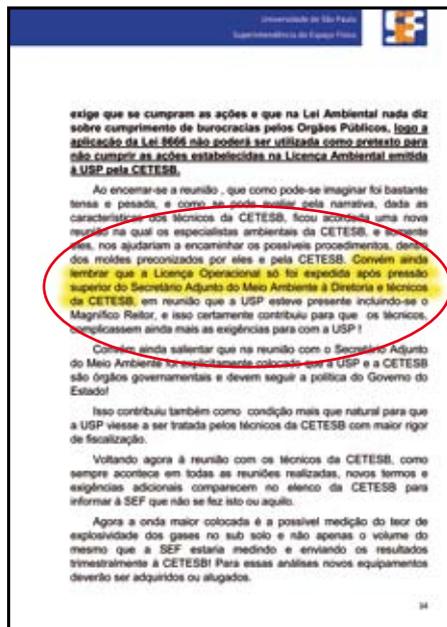
Manifestantes da EACH marcham pelo campus do Butantã em 19/9

... dos técnicos da CETESB, ficou acordado na qual os especialistas ambientais da CETESB, e somente eles, nos ajudariam a encaminhar os possíveis procedimentos, dentro dos moldes preconizados por eles e pela CETESB. Convém ainda lembrar que a Licença Operacional só foi expedida após pressão superior do Secretário Adjunto do Meio Ambiente à Diretoria e técnicos da CETESB, em reunião que a USP esteve presente incluindo-se o Magnífico Reitor, e isso certamente contribuiu para que os técnicos, complicassem ainda mais as exigências para com a USP!

... ainda salientar que na reunião com o Secretário Adjunto do Meio Ambiente...

Um documento da Superintendência do Espaço Físico (SEF, órgão da Universidade de São Paulo) revela que o governo estadual pressionou a Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb) para que esta expedisse, em novembro de 2012, Licença Operacional para o *campus* da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), conhecida como USP Leste, apesar das diversas irregularidades identificadas pela empresa pública, a quem cabe fiscalizar o cumprimento das leis ambientais.

“Convém ainda lembrar que a Licença Operacional só foi expedida após pressão superior do Secretário Adjunto do Meio Ambiente à Diretoria e técnicos da Cetesb, em reunião que a USP esteve presente incluindo-se o Magnífico Reitor, e isso certamente contribuiu para que os técnicos complicassem ainda mais as exigências para com a USP!”, afirma à página 34 o documento “Relato de Situação USP Leste. Licença Operacional conce-



Documento da SEF-USP revela que, sem a pressão do governo estadual, a Cetesb não teria licenciado o campus leste em 2012

cida à USP pela Cetesb. Ações a serem executadas pela USP”, datado de 4 de setembro de 2013.

O trecho faz parte do tópico 3.1., intitulado “Histórico das reuniões com a Cetesb”, no qual o autor, não identificado, aponta que os técnicos da Cetesb fazem “onda” (*sic*), ou seja, exigências que a USP vê como descabidas. Relata que, numa reunião realizada em 1º de agosto de 2013, com a presença do presidente da Cetesb e a participação do superintendente da SEF, Antonio Massola, e de Wanderley Messias da Costa, assessor do reitor J. G. Rodas, foi “achapantadamente informado pelos técnicos da Cetesb que até aquele momento as ações previstas na Li-

cença Operacional concedida ainda não tinham sido cumpridas e que assim a USP estaria para receber um documento de advertência para que num prazo de sessenta (60) dias viesse a realizar as ações previstas”.

Na reunião os representantes da Reitoria entregaram documentos aos técnicos da Cetesb, argumentando que a USP vem tentando resolver os problemas desde 2011, e que “nunca ficou parada ante suas efetivas responsabilidades!” (*sic*). A SEF informou ainda à Cetesb que “a USP irá cumprir tudo o que foi imposto pela Cetesb em todas as ações a serem cumpridas, mas que todas elas deveriam passar por procedimentos licitatórios, visto que a USP como instituição pública deveria cumprir o que estabelece a Lei 8.666. Assim todos os cronogramas e prazos estariam atrelados aos citados procedimentos licitatórios”.

Ao que parece, recorrer à Lei das Licitações como expediente para explicar o atraso no cumprimento das medidas determinadas pela



Votação que derrubou a direção da EACH em 11/9. No destaque, o diretor Boueri discute com um professor



Ciro Correia, presidente da Adusp, questiona Antonio Massola (SEF) em reunião na EACH

Cetesb irritou a equipe técnica da companhia ambiental. Prossegue o texto da SEF: “Recebemos então uma informação bombástica por parte da Cetesb! O consultor jurídico da Cetesb, presente à reunião, bem como toda a alta cúpula diretora da Cetesb, para total surpresa de todos os presentes [sic], informou que a Lei Ambiental exige que se cumpram as ações e que na Lei Ambiental nada diz sobre cumprimento de burocracias pelos órgãos públicos, logo a aplicação da Lei 8.666 não poderá ser utilizada como pretexto para não cumprir as ações estabelecidas na Licença Ambiental emitida à USP pela Cetesb”.

A reunião teria sido “bastante tensa e pesada, e como se pode avaliar pela narrativa, dadas as características dos técnicos da Cetesb, ficou acordada uma nova reunião na qual os especialistas ambientais da Cetesb, e somente eles, nos ajudariam a encaminhar os possíveis procedi-

mentos, dentro dos moldes preconizados por eles e pela Cetesb”.

O passivo ambiental da EACH, as irregularidades cometidas, a desídia da Reitoria diante da gravidade dos problemas, foram apontados na reportagem de capa da edição 49 da *Revista Adusp*, de janeiro de 2011 (“Metano causa risco ambiental na USP Leste”, “EACH funciona desde 2005 sem as licenças ambientais necessárias”). Mas em junho de 2011 um novo problema surgiu: a deposição clandestina de 40 mil metros cúbicos de terras provenientes de obras de construção civil, ao menos parcialmente contaminadas.

**Destituição.** Importantes informações sobre o histórico da EACH e sobre o crime ambiental cometido, com a anuência da direção da unidade, em 2011, vieram à tona no contexto da crise institucional deflagrada em setembro de 2013. A instalação, pela SEF, de placas de advertência nas áreas contamina-

das do aterro funcionou como estopim de uma greve que, quase num piscar de olhos, parou docentes, estudantes e funcionários sucessivamente, nos dias 10 e 11/9.

Uma inédita reunião aberta da Congregação da EACH, em 11/9, levou ao Salão Azul da unidade cerca de 250 pessoas, entre estudantes, docentes e funcionários. Depois de quase três horas de debates, que incluíram alguns lances insólitos, foi votada e aprovada, com apenas três abstenções, a destituição do diretor e do vice-diretor da unidade, professores Jorge Boueri e Edson Leite.

Numa concorrida audiência pública realizada na Assembleia Legislativa (Alesp) em 25/9, a professora Adriana Tufaile, que leciona nos cursos de Ciências Naturais e Gestão Ambiental da EACH, assim sintetizou as reivindicações do movimento: “Somos 5 mil pessoas em greve. Queremos um lugar seguro e sadio de trabalho e que os responsáveis

Daniel Garcia



Reitor e assessores recebem a "Comissão dos 13", em 26/9

por grave crime ambiental cometido na nossa escola sejam identificados e responsabilizados pelos ilícitos cometidos, para servir de exemplo para a sociedade. Nossa escola está instalada numa área de proteção ambiental do Parque Ecológico do Tietê”.

A professora Adriana, que é diretora da Adusp, destacou que, enquanto “o governador e as autoridades do alto escalão da Cetesb e da USP declaram publicamente que não há riscos à saúde” na EACH, os documentos técnicos nos processos dizem o contrário. O auto de infração emitido pela Cetesb em agosto de 2013, lembrou ela, poderia levar à quase imediata interdição da escola. Ela pediu o imediato afastamento do diretor e vice-diretor da EACH “para apurar suas responsabilidades, pois administram juntos nossa escola”.

**Concessões.** A greve obrigou a burocracia da USP a fazer concessões impensáveis. No dia 23/9, o professor Antonio Massola, que responde pela SEF, reuniu-se com a comunidade da EACH, entregou um grosso dossiê referente à unidade, respondeu a diversas indagações.

O superintendente fez novas revelações que confirmam a irresponsabilidade na escolha da gleba que hoje sedia a EACH, bem como a falta de planejamento adequado. “Não foi feita avaliação prévia na questão dos gases”, admitiu. “Na construção do prédio maior é que apareceu uma situação que nos alertou para a possível existência de gases, um *flash* na implantação de uma estaca. Neste instante contratamos o IPT”.

Massola descreveu situações constrangedoras. “Quando a gente estava discutindo com a Cetesb, por

meio de uma comissão designada pelo reitor, de meio ambiente, específica para a USP Leste, nós fomos surpreendidos por uma informação que apareceu, de que tinham sido colocadas terras aqui no volume de 40 mil metros cúbicos, e impactou tudo o que a gente estava fazendo”.

Também o reitor J.G. Rodas, em fim de mandato, obrigou-se a receber uma comissão de representantes das categorias em greve, mais Adusp e Sintusp, em 19/9, 26/9 e 14/10. Como resultado dessas negociações, o movimento obteve importantes conquistas: a realização de uma consulta às categorias para eleger uma nova direção da EACH; o compromisso de Rodas de nomear/empossar o candidato ou candidata que mais votos receber da comunidade; a criação de uma comissão tripartite para conduzir a gestão ambiental do *campus* leste. O movimento só não conseguiu do reitor a destituição do vice-diretor Leite, que assumiu a direção depois que o diretor Boueri, oportunamente, tirou uma licença-prêmio. A greve terminou, vitoriosa, em 30/10.

## Correção

### RECEITA DA FAPESP EQUIVALE A 0,06% DO PIB ESTADUAL DE SP (E NÃO 0,6%)

Na reportagem intitulada “Devemos mesmo ‘transformar ciência em negócios?’”, publicada na edição 54 da *Revista Adusp*, onde se lê, à página 90, que “a Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapesp, estadual) recebe anualmente, ‘por conta da luta de movimentos sociais’, 1% da receita tributária estadual, que é o equivalente a 0,6% do PIB estadual”, leia-se: **0,06%** do PIB. Esse é o dado correto e que constou da exposição do professor Ciro Correia na mesa-redonda “Ciência e Tecnologia na América Latina, em perspectiva de esquerda” (setembro de 2012, FFLCH).

# COMISSÃO DA VERDADE ESTADUAL EXAMINA CASOS FORRASTAL E BENETAZZO

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, realizou audiência pública, em 12/8, sobre dois crimes da Ditadura Militar relacionados à USP. O primeiro teve como vítimas os irmãos Juan Antonio e Jorge Rafael Carrasco Forrastal, bolivianos, ambos alunos da USP (Instituto de Física e Escola Politécnica, respectivamente). Eles foram torturados em 1968 e 1969 no quartel-general do II Exército, no Ibirapuera. Hemofílico, Juan não se recuperou e suicidou-se em 1972, em Madri. O outro caso

foi o de Antônio Benetazzo, militante do Molipo nascido na Itália em 1941 e assassinado pelo DOI-CODI do II Exército em 1972, ex-presidente do Centro Acadêmico de Filosofia da USP, onde também estudou Arquitetura.

A jornalista Luiza Sansão, autora da reportagem publicada pela *Revista Adusp* 53, de 2012, sobre as atrocidades cometidas pelo Exército contra os irmãos Forrastal, foi a principal depoente do caso (na imagem maior, ao microfone). Quanto a Benetazzo, vários companheiros

de militância manifestaram-se. Um dos depoimentos foi de Cida Horta, sua ex-cônjuge, que destacou o entusiasmado envolvimento de Benetazzo com a imprensa clandestina do Molipo.

Fotos: Daniel Garcia



# JUSTIÇA FEDERAL CONDENA EX-DIRETORES DA FUNBEO A SETE E DEZ ANOS DE PRISÃO

O juiz Roberto Lemos dos Santos Filho, da 1ª Vara Federal de Bauru-SP, condenou à prisão, em 19/9, Aguinaldo Campos Jr., Luiz Fernando Pegoraro, Liane Cassol Argenta e Aguedo Aragonês, por desvio de recursos federais, cometido entre 1996 e 2000. Campos Jr. e Pegoraro, ex-diretores da fundação privada dita “de apoio” Funbeo, que é controlada por docentes da USP e oferece cursos pagos na Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB-USP), foram condenados, respectivamente, a dez anos e seis meses de cárcere, em regime inicial fechado, e a sete anos e dois meses, em regime inicial semi-aberto. Os ex-cônjuges Liane e Aragonês receberam pena idêntica à de Pegoraro. Todos negam haver praticado ilícitos. Como são réus primários, poderão recorrer em liberdade.

Pegoraro, que por nove anos exerceu o cargo de diretor financeiro da Funbeo (1991-1999), foi condenado também à perda do seu cargo de docente da USP. Campos Jr., que foi diretor secretário da Funbeo, deixou de ser professor da universidade já em 2001, por decisão da Reitoria, após uma sindicância. À época, ele e

Liane (que foi docente da FOB por três anos) haviam entrado em conflito com a Funbeo e a denunciaram ao Ministério Público Federal (MPF), que abriu inquérito para investigar os cursos pagos oferecidos pela fundação. O caso foi relatado na *Revista Adusp* 31 (2003), p. 83.

A 1ª Vara Federal pronunciou-se em ação impetrada pelo MPF contra Campos Jr., Pegoraro, Liane, Aragonês e outros dois réus absolvidos, Euloir Passanezi (também docente da FOB) e Ana Lúcia Zuin Alegria. Eles foram denunciados, explica o juiz na sentença, “porque, em proveito próprio ou de terceiros, em especial de pessoas jurídicas das quais participavam como sócios, desviaram recursos federais liberados em prol da Fundação Bauruense de Estudos Odontológicos (Funbeo) e do Núcleo de Apoio à Pesquisa de Implantes Odontológicos (Napio) da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB-USP), oriundos do Convênio nº 2.977/98, firmado com o Ministério da Saúde, e do Convênio nº 021/98 – 76.98.0173.00, celebrado com a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep”.

**Acordo.** Como “não detinha personalidade jurídica própria, tampouco capacidade obrigacional para celebrar contratos, convênios ou atos assemelhados”, em 11 de julho de 1994 o Napio firmou, por meio de seu coordenador Campos Jr., um “Acordo de Trabalho” com a Funbeo, representada por seu então presidente José Mondelli, objetivando “a administração de recursos oriundos de ressarcimento de material de consumo utilizado em procedimentos de terapia de implantes e outras fontes”.

Por intermédio deste acordo, R\$ 300 mil, foram repassados da Funbeo ao Napio, que supostamente os empregava para adquirir equipamentos e materiais. Mas as compras eram realizadas em quatro empresas pertencentes a Campos Jr. e seus sócios, o que o juiz Santos Filho chamou de “esquema criminoso”. Segundo a sentença, Campos Jr. “controlava a escolha das empresas das quais os bens e serviços seriam adquiridos, selecionando aquelas em que ele próprio ou os seus cúmplices eram sócios”, e, em conjunto com Pegoraro, “era o responsável pelas contas correntes vinculadas ao convênio”.

# JUÍZES REJEITAM PEDIDOS DE CERRI E UIP CONTRA A REVISTA ADUSP

O ex-secretário estadual da Saúde, Guido Cerri, e o atual, David Uip, fracassaram no intento de interpor judicialmente o editor da *Revista Adusp* e duas jornalistas autoras de textos da edição 54. Cerri foi o primeiro a tentar, quando ainda estava à frente da pasta: alegou eventual crime contra sua honra, em razão da reportagem de capa e do editorial que apontam conflito de interesses na sua gestão. Uip solicitou a interpelação em julho, alegando que uma reportagem sobre o Hospital Emílio Ribas, na mesma edição, traz “afirmações infundadas e dúbias” a seu respeito.

A juíza Aparecida Angélica Correia, da 1ª Vara Criminal da capital, rejeitou e mandou arquivar a tentativa de Cerri de obter explicações dos jornalistas Pedro Pomar, Débora Prado e Tatiana Merlino, “a propósito de editorial e reportagem veiculados pela *Revista Adusp*” na edição 54. Isso porque só cabe pedido de explicações (“previsto no artigo 144 do Código Penal, tem feição cautelar e se destina a aparelhar eventual ação penal privada pela prática de delitos contra a honra”) quando os interpelados tenham empregado expressões ambíguas ou equívocas.

No caso em questão, “não se divisa dubiedade, equivocidade ou am-

biguidade”, avalia a juíza Aparecida Correia. No editorial, diz ela, “aponta-se que fundações privadas, ditas de apoio, dentre as quais estaria a FFM, da qual o requerente é presidente licenciado, celebram contratos vultosos com o governo estadual, cuja pasta de saúde foi confiada ao requerente, circunstância que, na opinião claramente expressada pelo articulista, configuraria conflito de interesses”. “Aponta-se, ainda, que a despeito do desempenho da função de Secretário de Saúde o requerente seguiu no Conselho de Administração do Sírio-Libanês, o qual, por sua vez, também mantém organização social que celebrou contrato milionário com o Estado de São Paulo, fato que também evidenciaria conflito de interesses, como afirma claramente a revista” (*Diário Oficial*, 8/8).

Quanto à reportagem, a juíza considera que “narra de maneira clara e objetiva os fatos que imputa ao requerente”. O enfoque, acrescenta, “é de que a atuação nas OSS e em empresas privadas como a DASA, paralelamente à atuação na Secretaria de Saúde, configura conflito de interesses”.

**Estocada.** Também o juiz Paulo Antonio Canali Campanella, da 24ª Vara Criminal da Capital, rejei-

tou pedido de explicações de David Uip aos mesmos jornalistas. Uip “julgou-se ofendido em sua honra pelos interpelados”, segundo alegou seu advogado, e “como medida preparatória à queixa-crime”, reclamou explicações. Ao decidir em sentido contrário, diz Campanella: “O pedido de explicações somente tem razão de ser quando as expressões apontadas como desonrosas são dúbias ou contraditórias, o que, porém, não é o caso dos autos” (*Diário Oficial*, 13/9).

O juiz ainda dá uma estocada nas pretensões do secretário da Saúde e seu advogado: “As afirmações, segundo a narrativa constante da petição inicial, são claras, inexistindo qualquer dubiedade nelas, de modo que, acaso entenda o requerente sejam elas caracterizadoras de crime contra a honra deverá, independentemente desta providência ora requerida, ajuizar a competente queixa-crime, se cabível. O pedido de explicações não se presta a formar elementos de convicção para ajuizamento de ação penal nem para substituir inquérito policial, mas tão-somente para esclarecer afirmações dúbias”.

A rejeição não impede que sejam impetradas as ações pretendidas, por “crime contra a honra”.